

---

**BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO  
REALIZADAS NO ANO FINANCEIRO  
DE 2014**

---



**Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
da República Popular da China**  
**Balanço das Acções realizadas no Ano Financeiro de 2014 e  
Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2015**

**Índice**

<b>Introdução</b> .....	7
<b>Primeira Parte</b>	
<b>Balanço das Acções do Governo da RAEM realizadas no Ano Financeiro de 2014</b> .....	9
1. Criação de mecanismos eficientes de longo prazo e melhoramento da qualidade de vida da população .....	10
2. Impulsionamento da diversificação adequada da economia e construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer .....	15
3. Reforço da cooperação regional numa perspectiva de complementaridade e de ganho mútuo .....	17
4. Construção conjunta de uma cidade habitável e partilha de uma vida de qualidade .....	19
5. Persistência numa governação científica e elevação da qualidade dos serviços prestados .....	20
<b>Segunda Parte</b>	
<b>Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2015 do Governo da RAEM</b> .....	23
<b>Conclusão</b> .....	27

## Índice

### **Balanço das Acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano financeiro de 2014**

—— Síntese ——

<b>Área da Administração e Justiça.....</b>	<b>33</b>
<b>Área da Economia e Finanças .....</b>	<b>55</b>
<b>Área da Segurança.....</b>	<b>77</b>
<b>Área dos Assuntos Sociais e Cultura.....</b>	<b>93</b>
<b>Área de Transportes e Obras Públicas.....</b>	<b>113</b>
<b>Comissariado contra a Corrupção.....</b>	<b>135</b>
<b>Comissariado de Auditoria.....</b>	<b>141</b>

### **Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2015**

—— Síntese ——

<b>Projecto de Orçamento das Receitas e Despesas da Região Administrativa Especial de Macau para o ano de 2015 (Síntese).....</b>	<b>147</b>
---	------------

**Governo da Região  
Administrativa Especial de Macau  
da República Popular da China  
Balanço das Acções do Governo realizadas  
no Ano Financeiro de 2014 e Programa  
Orçamental para o Ano Financeiro de 2015**



# **Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Balanço das Acções realizadas no Ano Financeiro de 2014 e Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2015**

**Chefe do Executivo CHUI SAI ON  
11 de Novembro de 2014**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

O ano de 2014 é o quinto ano de governação do terceiro mandato do Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Ao longo destes cinco anos, perante os mais diversos desafios e oportunidades, com o forte apoio do País e em comunhão de esforços com a população, o Governo da RAEM tem trabalhado empenhada e activamente, registando alguns êxitos, apesar de reconhecermos a existência de certas insuficiências. Deixa-nos particularmente satisfeitos verificar que a capacidade global da RAEM tem vindo a aumentar progressivamente, que a sociedade tem-se mantido estável, a qualidade de vida da população tem gradualmente melhorado e as acções empreendidas nos diversos domínios atingiram, basicamente, os objectivos previstos. Verifica-se uma boa situação das finanças públicas o que permitiu à população de Macau partilhar os frutos do desenvolvimento e a prosperidade da RAEM.

Porque se aproxima o termo do mandato deste Governo, em cumprimento da Lei Básica, venho hoje, em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, apresentar a esta nobre Assembleia, reunida em plenário, o Balanço das Acções do Governo realizadas no Ano Financeiro de 2014 e o Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2015.



# **Primeira Parte**

**Balanço das Acções do Governo da RAEM realizadas no  
Ano Financeiro de 2014**

Balanço das Acções do Governo da RAEM realizadas no Ano Financeiro de 2014

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

De seguida, irei fazer um breve balanço sobre as acções do Governo da RAEM durante o ano de 2014.

## **1. Criação de mecanismos eficientes de longo prazo e melhoramento da qualidade de vida da população**

O actual Governo tem vindo a criar mecanismos eficientes de longo prazo nos cinco grandes domínios ligados à vida quotidiana da população, nomeadamente nos domínios da segurança social, dos cuidados de saúde, da educação, da habitação e da formação de recursos humanos. A percentagem do investimento e de despesas nestes domínios e ainda nos da segurança pública e dos serviços económicos, que compõem as seis grandes áreas relacionadas com o bem-estar da população, tem vindo a registar uma subida ao longo dos anos, mais concretamente, de 53,9% em 2010 para 67,6% em 2013. O Governo tem gerido de forma ponderada o erário público, empenhando-se em tirar o melhor proveito dos recursos, em prol do bem-estar da população.

### **(1) Mecanismo eficiente de longo prazo para a segurança social**

O mecanismo eficiente de longo prazo para a segurança social abrange o fundo da segurança social, o apoio económico e a assistência social. O Governo pretende com este modelo de suporte, que compreende várias vertentes e é de protecção múltipla, aperfeiçoar a rede de segurança que assegura as condições básicas de vida da população.

Em 2014, concluíram-se os trabalhos de consulta sobre o «Regime de Previdência Central Não Obrigatório», iniciou-se o anteprojecto do documento relativo ao “Enquadramento das políticas do sistema de segurança social para os idosos” e os trabalhos de elaboração do “Programa de desenvolvimento do serviço de apoio a idosos nos próximos 10 anos”, estando criadas, assim, condições ao nível da regulamentação e em termos de planificação, em prol da segurança social dos idosos.

Foram implementadas uma série de medidas relativas ao reforço do apoio económico e do apoio na procura de emprego destinadas aos grupos em situação vulnerável, onde se incluem as pessoas portadoras de deficiência e as pessoas com baixo rendimento, tendo sido criado, também, um “subsídio provisório de invalidez”. Simultaneamente, reforçaram-se as medidas relacionadas com a segurança social para os idosos e com a partilha dos frutos económicos, além de se ter dado o maior apoio à criação de lares para idosos e ao serviço domiciliário para idosos. Para fazer face à crescente procura de serviços de creches, foram adoptadas medidas destinadas a aumentar as respectivas vagas, tendo igualmente o Governo adoptado medidas relativas quer à reserva de terrenos com vista à ampliação e à construção de infra-estruturas destinadas aos serviços sociais, quer ao desenvolvimento dos

recursos humanos. O Governo continua empenhado em concretizar o princípio governativo de “desenvolvimento económico e melhoramento das condições de vida da população”, em prol de uma sociedade mais justa e mais estável.

O terceiro Governo da RAEM, em conjugação de esforços com toda a população, tem acelerado os passos da implementação do regime de segurança social. O «Regime da Segurança Social», que entrou em vigor no ano de 2011, concretizou a criação do primeiro nível do regime da segurança social de dois níveis. Introduziram-se inovações no regime de contribuições, prevendo-se a existência de contribuições obrigatórias e de contribuições facultativas, o que permitiu alargar a cobertura da segurança social a todos os cidadãos. Em paralelo, estabeleceu-se o regime das «Contas Individuais de Previdência», criando-se, assim, um alicerce legal para a institucionalização gradual do regime de previdência central, o segundo nível no âmbito do regime da segurança social. De 2010 a 2014, o Governo injectou no total, em cada conta individual de previdência dos residentes permanentes de Macau qualificados, um montante máximo de 35.000 patacas.

O Fundo de Segurança Social passou da tutela do Secretário para a Economia e Finanças para a tutela do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, através de uma reestruturação organizacional, com vista a elevar a eficiência do desempenho das atribuições e melhorar a coordenação entre os serviços correlacionados.

No sentido de assegurar a estabilidade e o funcionamento sustentável do regime da segurança social, e sempre que a situação financeira o permitir, decidiu-se injectar, ao longo de quatro anos consecutivos, de 2013 a 2016, uma verba extra de 37 mil milhões de patacas no Fundo de Segurança Social, tendo sido aumentada de 60% para 75% a percentagem da dotação das receitas brutas do jogo das concessionárias para o Fundo de Segurança Social. Paralelamente, reforçou-se o investimento de recursos, tendo o valor da pensão para idosos aumentado das iniciais 1.150 patacas para as actuais 3.180 patacas.

Foi criado o mecanismo de acompanhamento e de ajustamento periódico do índice mínimo de subsistência, o qual serve de referência para o ajustamento dos vários apoios económicos, o que permitiu um apoio mais atempado aos grupos em situação vulnerável; desenvolveram-se trabalhos de elaboração do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio e de revisão do «Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão», intensificando-se as medidas de reabilitação e o regime de benefícios das pessoas portadoras de deficiência. A cooperação com as associações cívicas no domínio dos serviços sociais tem sido intensificada, desenvolvendo-se, assim, serviços mais diversificados.

O Governo introduziu um novo conceito que se traduz na fusão do regime de segurança social com contribuições, do apoio económico sem contribuições e do apoio social para toda a população, com vista a criar um mecanismo eficiente de longo prazo para a segurança social, e através do lançamento de medidas a curto, médio e longo prazo, tem promovido, de forma efectiva, o bem-estar da população.

## (2) Mecanismo eficiente de longo prazo para o sistema de saúde

O Governo da RAEM mantém-se empenhado na política de “tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção”, e tem promovido a criação do mecanismo eficiente de longo prazo para o sistema de saúde através da rede de cuidados de saúde primários, dos cuidados médicos especializados e de medidas de prevenção e controlo da saúde pública.

No ano de 2014, Macau foi um dos primeiros países ou regiões da Região do Pacífico Ocidental a ser distinguido com a certificação de “erradicação do sarampo”, atribuída pela Organização Mundial de Saúde, e seis centros de saúde obtiveram a acreditação internacional. Foi dada continuidade à revisão e aperfeiçoamento do «Regime dos internatos médicos», bem como do regime de credenciação dos profissionais das áreas ligadas a este domínio, e foram envidados esforços com o objectivo de elevar o nível profissional da equipa do pessoal de saúde. Paralelamente, implementou-se a medida de proibição completa de fumar nas áreas comuns de jogo dos casinos, tendo-se registado já os primeiros resultados.

Ao longo dos últimos cinco anos, o Governo tem aumentado ininterruptamente o investimento de recursos, empenhando-se em intensificar a regulamentação e otimizar as diversas instalações e equipamentos deste domínio, tal como, a implementação do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde, a construção gradual do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, de novos centros de saúde e de instalações destinadas a cuidados médicos especializados e à recuperação de doenças infecciosas.

Os residentes de Macau gozam de uma rede de serviços de cuidados de saúde primários gratuitos, considerada exemplar pela Organização Mundial de Saúde, e mais de oitenta por cento dos pacientes que se dirigem ao hospital público para consulta gozam de serviços gratuitos de tratamento especializado e de reabilitação. O Centro Hospitalar Conde de São Januário obteve em 2012 acreditação internacional e tem-se sempre empenhado em elevar a qualidade dos serviços prestados. Com a entrada em funcionamento do novo Edifício do Serviço de Urgência o ambiente das consultas foi, uma vez mais, melhorado, e o alargamento dos serviços prestados veio encurtar o tempo de espera para os cuidados especializados. A par disso foram, também, reforçados os serviços destinados aos idosos, através da criação do serviço de consulta e cuidados médicos para idosos. Actualmente, Macau continua a ocupar um dos primeiros lugares do mundo com melhores indicadores da saúde, nomeadamente o de esperança média de vida.

Para assegurar os direitos e os interesses dos prestadores de cuidados médicos e dos utentes dos cuidados de saúde, o «Regime jurídico de tratamento de litígios decorrentes de erro médico» foi já aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa e, em 2013, foi criado o Conselho para os Assuntos Médicos, que presentemente se encontra a discutir o «Regime de Registo dos Profissionais de Saúde».

Através do Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, o Governo tem impulsionado o sistema de medicina familiar, fazendo pleno aproveitamento dos recursos comunitários no âmbito da saúde. Foram reforçados os apoios às instituições médicas sem

fins lucrativos, subsidiando-se anualmente mais de 500 mil atendimentos, e iniciaram-se os trabalhos da primeira fase da construção do Sistema Electrónico Universal de Processos Clínicos de Macau, que visa otimizar o mecanismo de partilha de dados entre as instituições médicas.

Com a entrada em vigor da lei que aprovou o «Regime de Prevenção e Controlo do Tabagismo» atingiram-se resultados assinaláveis no controlo do tabagismo. O Governo tem reforçado as medidas de controlo e de prevenção de doenças transmissíveis através da cooperação com instituições médicas inter-regionais.

### **(3) Mecanismo eficiente de longo prazo para assegurar a habitação**

O Governo tem-se empenhado em implementar, de forma programada, o objectivo governativo da “habitação para todos, bem-estar para todos”, articulando as medidas da habitação social, da habitação económica e do mercado imobiliário privado.

Em 2014, o Governo da RAEM promoveu a revisão e a consulta pública da «Lei da habitação económica», tendo ajustado o planeamento dos novos aterros da Zona A, para a qual se prevê uma oferta de cerca de 28 mil fracções da habitação pública, proporcionando, assim, condições indispensáveis para assegurar a habitação. Foi concluída a atribuição das fracções do projecto da construção de 19 mil habitações públicas aos agregados familiares em lista de espera. Considerando que a construção da habitação pública levou à formação gradual de novas comunidades, o Governo acelerou a construção de instalações complementares para melhorar e facilitar a vida e as deslocações dos cidadãos. Além disso, concluiu-se a consulta pública do projecto da «Lei da actividade comercial de administração de condomínios».

Ao longo dos últimos cinco anos, o Governo tem-se empenhado no reforço da construção da habitação pública, promovendo, de forma ampla, o planeamento e a construção do projecto pós 19 mil habitações públicas. Foi acelerado, igualmente, o processo de tratamento dos terrenos não aproveitados. Lançou-se um novo concurso para atribuição de habitações sociais e foi reaberto o concurso para atribuição de habitações económicas, procurando dar resposta às aspirações dos cidadãos das diversas camadas sociais. Concluiu-se a revisão da «Lei da habitação económica» e foi criado o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública. Além disso, foram implementadas diversas medidas para atenuar os encargos dos cidadãos com a habitação, designadamente a atribuição de um abono de residência destinado aos agregados familiares que se encontram na lista de espera de habitação social, a isenção da renda da habitação social, a atribuição de apoio financeiro destinado à reparação predial, a redução e a isenção da contribuição predial urbana e do imposto de selo.

O Governo tem vindo a promover, activamente, a implementação de regimes e sistemas destinados a impulsionar o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário, designadamente a «Lei da actividade de mediação imobiliária» e o «Regime jurídico da promessa de transmissão de edifícios em construção», como também as leis relativas ao «Imposto do selo especial sobre a transmissão de bens imóveis» e ao «Regulamento do Imposto do Selo».

#### (4) Mecanismo eficiente de longo prazo para o sistema de educação

O Governo da RAEM, orientado pelo princípio de “Promover a prosperidade de Macau através da Educação”, tem-se empenhado no aperfeiçoamento da legislação, no reforço de investimento de recursos na área educativa e no estabelecimento de uma rede de educação destinada a toda a população, que interligue o ensino não superior, o ensino superior, o ensino técnico-profissional, o ensino especial, o aperfeiçoamento contínuo e a aprendizagem permanente, com vista a elevar a competitividade e a qualidade dos cidadãos em geral.

Em 2014, o Governo deu continuidade à promoção dos trabalhos legislativos sobre o ensino não superior. Entrou em vigor o «Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local», o «Regime da escolaridade obrigatória» foi revisto, e foi concluída a consulta pública sobre a proposta de lei «Estatuto das Escolas Particulares», otimizando, assim, as condições de desenvolvimento das escolas particulares do ensino não superior. Acelerámos os trabalhos preparativos da criação do “Fundo do Ensino Superior” e iniciámos o planeamento do desenvolvimento do ensino superior, a médio e longo prazo.

Simultaneamente, e para além do aumento progressivo dos montantes dos diversos subsídios educativos e dos subsídios dos alunos, reforçámos o apoio financeiro ao ensino especial e elevámos o número de vagas e o montante das bolsas atribuídas aos alunos do ensino superior. Foi lançada a 2.ª fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, tendo o montante do subsídio aumentado para 6.000 patacas.

Ao longo dos passados cinco anos, o Governo desenvolveu trabalhos relativos à criação do sistema e do regime do ensino não superior. Em articulação com o Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020), implementámos o «Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior», com vista à elevação do estatuto profissional e das regalias dos professores. A educação constitui uma das prioridades do investimento público, pelo que aumentámos os subsídios da escolaridade gratuita, de propinas e da aquisição de manuais escolares, atribuindo aos estudantes com dificuldades económicas os subsídios de propinas, de alimentação e da aquisição de material escolar.

O Governo da RAEM tem-se empenhado em elevar a qualidade do ensino superior. Demos continuidade ao acompanhamento do processo legislativo do «Regime do Ensino Superior» e solicitámos a colaboração das instituições académicas na elaboração de instruções relativas à definição de modalidades e conteúdo do regime de avaliação do ensino superior. A entrada em funcionamento do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Heng-qin trouxe um novo vigor ao desenvolvimento do ensino superior de Macau. O “Subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior”, atribuído pela primeira vez em 2012, registou um aumento para 3.000 patacas. Para além disso, acelerámos a construção da base de dados dos talentos com vista à previsão da situação da oferta e procura dos talentos nos diversos sectores de Macau, obtendo-se, desta forma, dados sobre as respectivas necessidades de talentos. O Governo tem dado a maior atenção ao desenvolvimento saudável dos jovens. Elaborámos a Política de Juventude de Macau (2012-2020), promo-

vendo junto dos jovens o valor do amor pela Pátria e por Macau, sensibilizando-os para a importância do sentido de responsabilidade social, e impulsionando o seu desenvolvimento integral.

#### **(5) Mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos**

O lema “Construir Macau através da formação de talentos” constitui o conceito básico da acção governativa relativa à formação de talentos. O Governo está empenhado em promover o desenvolvimento educativo, fundamental para a formação de talentos, colocando, como primeira prioridade da acção governativa, a formação de talentos locais, indispensável ao desenvolvimento socioeconómico de Macau.

Foi criada, no corrente ano, a Comissão de Desenvolvimento de Talentos, que dispõe de grupos especializados responsáveis pelo acompanhamento do estudo e da implementação dos projectos da formação de elites, de quadros qualificados e especializados, e de quadros técnico-profissionais. Os contactos realizados com várias universidades estrangeiras de renome mundial produziram os primeiros frutos. Serão seleccionados talentos e jovens de excelência em diversos sectores de Macau e ser-lhes-á facilitada a frequência de acções de formação no estrangeiro. Ao mesmo tempo, foram definidas as orientações para a implementação de projectos de frequência de cursos e de formação profissional em universidades de renome e instituições de países europeus, destinados a elites e a quadros qualificados e especializados. Foi já criada a página electrónica para o Registo de Informações de Talentos, com vista a facilitar, futuramente, ao Governo o conhecimento e o aproveitamento de talentos. Tomámos a iniciativa de criar um mecanismo de ligação com os talentos de Macau residentes no exterior de Macau, elaborando políticas e medidas de incentivo ao regresso de talentos do estrangeiro a Macau.

Ao longo dos últimos cinco anos, o Governo empenhou-se na promoção do regime de certificação de aptidões profissionais, proporcionando aos cidadãos uma segunda oportunidade de educação. Têm sido envidados esforços para a promoção do regime de acreditação profissional dos vários sectores, designadamente dos sectores da assistência social, da arquitectura, da saúde e da administração predial, criando melhores condições para o desenvolvimento profissional dos cidadãos de Macau.

## **2. Impulsionamento da diversificação adequada da economia e construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer**

O Governo está empenhado em manter o desenvolvimento estável e saudável da economia de Macau, procurando melhorar a competitividade integrada de Macau, com vista ao desenvolvimento sustentável.

Em 2014, foi organizada com sucesso a 8.ª Conferência Ministerial sobre Turismo do Fórum de Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC), o que permitiu elevar o renome e a influência de Macau a nível internacional, reforçando-se deste modo a confiança na construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

O Governo implementou várias medidas destinadas a promover o crescimento das indústrias de convenções e exposições e a apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, tendo lançado o novo Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais e o Plano de apoio à formação de talentos para a indústria de convenções e exposições. O recém-criado Fundo das Indústrias Culturais visa proporcionar oportunidades de desenvolvimento a este sector. Foi dado início à primeira fase da revisão da legislação de defesa dos direitos e interesses dos consumidores. O Governo avançou, de forma programada, com a implementação global do salário mínimo, tendo sido aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa a proposta de lei denominada "Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades". A entrada em vigor do Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil contribui para evitar e reduzir consideravelmente os acidentes de trabalho neste sector.

Ao longo dos últimos 5 anos o ambiente económico e financeiro internacional continuou a revelar-se complexo e volátil, contudo Macau tem mantido um desenvolvimento estável da economia. Entre 2010 e 2013, a economia local cresceu em média 17,5%, e a implementação do Regime Jurídico da Reserva Financeira promoveu a estabilidade do sistema financeiro e das finanças públicas. A situação de emprego dos residentes continua favorável e a taxa de desemprego manteve-se relativamente baixa.

Uma das prioridades da acção governativa consiste em investir um maior esforço na diversificação adequada da economia. Para além da manutenção do desenvolvimento estável da indústria pilar, registou-se um crescimento favorável noutros sectores, nomeadamente no comércio por grosso e a retalho, na indústria hoteleira, na restauração, na construção civil e na indústria financeira, bem como nas indústrias correlacionadas. Em 2013, as receitas brutas do jogo foram de cerca de 360 mil milhões de patacas, sendo superiores a 160 mil milhões de patacas as receitas brutas dos restantes sectores, que incluem o comércio por grosso e a retalho, a indústria hoteleira, a restauração, a construção civil e a indústria financeira, o que significa um dobro de crescimento relativamente ao ano 2009. Após vários anos de esforços, os sectores não ligados ao jogo têm vindo a consolidar a sua capacidade em contribuir para a estabilidade da economia de Macau. No futuro, o Governo continuará empenhado na definição de políticas adequadas e investirá mais recursos, sobretudo nas áreas técnicas e de recursos humanos, com vista a acelerar a diversificação adequada da economia.

O Governo tem reforçado a fiscalização da indústria do jogo no sentido de assegurar um saudável desenvolvimento do sector e tem promovido iniciativas que visam impulsionar a integração de elementos não associados com o jogo, de modo a elevar a competitividade do sector. Tem-se intensificado o desenvolvimento das indústrias de convenções e exposições, culturais e criativas, de medicina tradicional chinesa, de tecnologia informática e de logística. O crescimento da indústria de convenções e exposições é notório, e algumas convenções e exposições de grande dimensão e internacionais têm vindo a ser realizadas em Macau. Em 2013, o número de participantes em convenções e exposições aumentou 1,5 vezes em relação ao ano 2010. Em 2010, foi criado o Laboratório de Referência do Esta-

do para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa, em conjunto pelas Universidade de Macau e Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau, o que permitiu impulsionar o desenvolvimento e a internacionalização da medicina tradicional chinesa, promover a diversificação adequada da economia de Macau e elevar o nível da ciência e da tecnologia em Macau.

O Governo tem concedido grande apoio ao sector do turismo na exploração activa de mercados turísticos internacionais e na divulgação do turismo de qualidade, das convenções e exposições e do turismo integrado, promovendo assim Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer. Através da cooperação regional, tem sido desenvolvido o turismo multi-destinos e promovida a diversificação de produtos turísticos. A par disso, foi iniciada a formulação do Plano Geral de Desenvolvimento da Indústria do Turismo, definindo-se os objectivos de desenvolvimento a médio e longo prazo para a indústria do turismo de Macau.

O Governo está empenhado em apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, através da optimização dos apoios financeiros, do ambiente de negócios e dos recursos humanos, para melhorar as respectivas condições de operação. Foi criado o Plano de apoio a jovens empreendedores que visa conceder um apoio financeiro aos jovens de Macau que pretendam criar os seus negócios, mas que não detenham capital suficiente.

Atribui-se a maior importância à defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores locais. Além dos estudos relativos à revisão da Lei das relações de trabalho e da prorrogação da concessão do subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro mas com baixos rendimentos, têm sido proporcionadas adequadas acções de formação profissional e melhorados os mecanismos de formação e de promoção dos trabalhadores locais. O Governo tem prosseguido firmemente a execução da medida de não importação de croupiers do exterior, realizando actividades de formação adequada e de reciclagem para trabalhadores do sector do jogo, com vista a ajudá-los na sua promoção gradual a cargos de gestão.

O Governo está atento às reivindicações do grupo social com rendimentos médios, e para aliviar os encargos sentidos por este grupo social pôs em prática a política de devolução de imposto.

Além disso, estamos empenhados no alargamento dos canais de abastecimento de produtos e no reforço da transparência de informações e da defesa dos direitos dos consumidores, tendo vindo a ser implementadas medidas em benefício do bem-estar da população, que visam o alívio das pressões causadas pela inflação na sua vida quotidiana.

### **3. Reforço da cooperação regional numa perspectiva de complementaridade e de ganho mútuo**

Neste mandato, o Governo reforçou a cooperação regional e aproveitou o papel singular da RAEM para destacar as vantagens da plataforma de serviços e aumentar a atracção do Centro Mundial de Turismo e Lazer. Melhorámos de forma contínua os mecanismos de cooperação regional, promovemos a cooperação em todas as vertentes, o que nos permitiu

ultrapassar de forma gradual as nossas próprias condicionantes, no sentido de alcançar os objectivos a longo prazo, designadamente o desenvolvimento sustentável, a diversificação adequada da economia e a melhoria gradual da qualidade de vida da população.

No decurso do corrente ano empenhámo-nos na implementação dos trabalhos prioritários anuais no âmbito do «Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau», e com base no reforço da comunicação e dos contactos com os serviços competentes, as diversas formas de cooperação conheceram um avanço programado. A RAEM iniciou a sua participação no desenvolvimento do Novo Distrito de Zhongshan Cuiheng, a par de investir no desenvolvimento e construção de Hengqin e de Nansha. Com a organização, em conjunto com a Província de Guangdong e com Hong Kong, da 10.<sup>a</sup> edição do Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas e da Feira para a Cooperação Económica e Comercial, deu-se início a uma nova ronda de cooperação regional do Pan-Delta do Rio das Pérolas.

Nos últimos cinco anos, o Governo tem assumido uma atitude entusiástica relativamente ao desenvolvimento regional e tem adoptado um espírito de colaboração, construindo uma comunidade com qualidade de vida, com vista à melhoria do bem-estar da população.

Durante o presente mandato, o Governo desenvolveu esforços para a construção da plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, tendo realizado com sucesso duas edições da Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Através da construção do Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas dos Países de Língua Portuguesa, do Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e do Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre os Países Participantes do Fórum de Macau, valorizou-se pragmaticamente o papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. A RAEM participa e colabora activamente com o Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, apoiando as empresas do Interior da China e de Macau no investimento e desenvolvimento nos países de língua portuguesa, bem como estimula as empresas dos países de língua portuguesa a utilizar Macau para entrarem no mercado da China.

A implementação do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA) e dos respectivos suplementos promoveu a nossa integração no Interior da China. A primeira introdução de empregadas domésticas do Interior da China foi bem sucedida e o alargamento da cooperação no âmbito dos assuntos cívicos, nomeadamente o abastecimento de energias e produtos alimentares frescos e vivos, constituem novos meios de cooperação. O «Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau», assinado em 2011, não só constitui uma orientação para os projectos-piloto como também promove a cooperação em todas as vertentes. As acções de atracção de investimento para o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau, bem como os 33 projectos de desenvolvimento recomendados

para o Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau, promoveram o alargamento do espaço de desenvolvimento das empresas de Macau. A construção das grandes infra-estruturas transfronteiriças e o planeamento global estão a avançar de acordo com o programado, os projectos de construção do novo acesso entre Guangdong e Macau foram já iniciados, tendo sido impulsionados novos modelos de controlo fronteiriço.

A RAEM continua a apoiar a reconstrução da Província de Sichuan, afectada pelo sismo, o que demonstra a solidariedade e o carinho dos residentes de Macau para com os compatriotas do Interior da China. Estamos atentos ao aprofundamento da cooperação com a Província de Fujian, com Pequim e com outras províncias e cidades da China, promovendo-se, igualmente, uma maior interacção entre Macau e Hong Kong, e valorizando as funções da Delegação Económica e Cultural de Macau em Taiwan.

#### **4. Construção conjunta de uma cidade habitável e partilhada de uma vida de qualidade**

Um ambiente agradável para viver é um desejo e aspiração comum da população de Macau. Em 2014 entraram em vigor a «Lei de terras», a «Lei do planeamento urbanístico» e a «Lei de Salvaguarda do Património Cultural», o que permitiu o reforço da gestão de solos e do planeamento urbanístico, a promoção da preservação e revitalização do património histórico, bem como melhorar a definição do futuro plano director e dos planos de pormenor da cidade. No âmbito da protecção ambiental e da saúde da população, foi publicada a lei da «Prevenção e controlo do ruído ambiental». Foram concedidos mais alvarás de licenças de exploração de táxis. Os trabalhos de consulta pública sobre a revisão do regime jurídico do transporte de passageiros de táxis estarão concluídos dentro do corrente ano, após o que se dará início à revisão da respectiva legislação, com o objectivo de combater as infracções do sector dos táxis e melhorar os respectivos serviços.

Nos últimos cinco anos empenhámo-nos em promover a construção de uma cidade moderna e habitável, em enriquecer a vida da população e em evidenciar o encanto de Macau, caracterizado pela sua diversidade cultural.

O Governo, tendo sempre por referência a “primazia dos transportes públicos”, introduziu, através de concurso público, um novo modelo de “controlo pelo Governo e de funcionamento sob a forma comercial”, além de ter implementado programas de benefícios de tarifas para passageiros. Consciente da existência de um certo desfasamento entre o novo modelo de serviços de autocarros e o pretendido pela sociedade, o Governo adoptou várias medidas destinadas a ultrapassar os problemas que entretanto surgiram, procurando sempre melhorar a qualidade dos serviços de autocarros. A construção do sistema de metro ligeiro foi acelerada, com vista a reforçar a ligação entre as fronteiras terrestres, marítimas e aéreas, tendo sido igualmente acelerada a construção das infra-estruturas de transportes transfronteiriços e melhoradas as instalações de transporte de uma forma contínua.

Para manter um equilíbrio entre o desenvolvimento e a protecção ambiental, e em articulação com a estratégia global do Estado na área da protecção ambiental, foram desenvol-

vidas várias acções integradas no «Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)», tendo sido aprofundada a educação no âmbito da protecção ambiental, reforçadas as medidas legislativas e a fiscalização da sua execução. Aperfeiçoámos o funcionamento do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética e procurámos criar uma sociedade economizadora de água. Iremos continuar a implementar medidas relacionadas com o Plano de Desenvolvimento da Água Reciclada e a impulsionar a utilização do gás natural.

Esforçámo-nos por melhorar a capacidade de escoamento global das redes de drenagem e em resolver o problema das inundações, e tomámos medidas vocacionadas para a melhoria do ambiente urbano. A entrada em vigor da «Lei de segurança alimentar» e a criação do Centro de Segurança Alimentar permitiram reforçar a fiscalização da segurança alimentar e melhorar a gestão dos riscos associados.

O Governo da RAEM tem prestado a maior atenção ao melhoramento da condição física da população, adoptando medidas para o desenvolvimento simultâneo do desporto para todos e do desporto de rendimento, reforçando os apoios ao primeiro, elevando os níveis do segundo, e aperfeiçoando as instalações desportivas.

O Governo tomou iniciativas relevantes no sentido de impulsionar um desenvolvimento saudável do sector das telecomunicações e criou condições para desenvolver o serviço “Triple Play”. Por outro lado, foram reforçados os trabalhos relacionados com a generalização do conhecimento científico e aproveitados da melhor forma os apoios financeiros do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, promovendo-se a elevação do nível tecnológico.

O Governo, empenhado em assegurar a segurança em Macau, tem aprofundado o uso das tecnologias, intensificado o policiamento, aumentado a capacidade de intervenção e cooperação nos incidentes que envolvem outras regiões, além de ter criado e aperfeiçoado o mecanismo de cooperação em acções de execução policiais.

Ao longo dos tempos, os macaenses e os portugueses residentes em Macau têm contribuído de forma significativa para o desenvolvimento de Macau. Respeitando a pluralidade de culturas, costumes e hábitos, o Governo tem vindo a promover a coexistência harmoniosa das diferentes etnias em Macau, esforçando-se em conjunto com a população na construção de uma cidade segura, saudável, tolerável e habitável.

## **5. Persistência numa governação científica e elevação da qualidade dos serviços prestados**

O Governo da RAEM, tendo como lemas “ter por base a população” e “tomar decisões de forma científica”, continuou a impulsionar as reformas da administração pública, promovendo progressivamente o desenvolvimento da política democrática.

Em 2014, o Governo, em estrito cumprimento da Lei Básica da RAEM, da «Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo» e do regime jurídico aplicável, realizou com sucesso a eleição do Chefe do Executivo, quarto mandato. Por outro lado, as atribuições do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais nas áreas cultural e desportiva serão respectivamente transferidas para o Instituto Cultural e para o Instituto do Desporto, com vista a uma maior integração e aperfeiçoamento da estrutura da Administração. Continuámos a aprofundar o regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção de forma a aumentar a capacidade governativa na Administração Pública. Os trabalhos de recensão e de adaptação da legislação anteriormente vigente em Macau estão concluídos, o que permite acelerar a construção do sistema jurídico.

Ao longo dos últimos cinco anos, o terceiro Governo da RAEM tem vindo a auscultar, por sua iniciativa, a opinião da sociedade, procurando sempre atingir o consenso social, além de desenvolver o papel dos diversos organismos consultivos. Foi criado o Gabinete de Estudos das Políticas do Governo da RAEM para reforçar o estudo das políticas públicas, e o Sistema de porta-voz do Governo, estando o Governo empenhado em garantir o respeito pela liberdade de imprensa e de edição, tendo, ainda, sido elaboradas as «Normas para a Consulta de Políticas Públicas» a fim de otimizar o sistema de consulta de políticas.

Os trabalhadores dos serviços públicos, recursos preciosos do Governo da RAEM, são indispensáveis ao funcionamento do Governo e ao desenvolvimento socioeconómico da RAEM. Dando a maior atenção aos que pertencem às classes mais desfavorecidas, o Governo adoptou várias medidas destinadas a atenuar a pressão sentida no seu quotidiano, tendo sido ainda aperfeiçoado o regime de remuneração e regalias dos trabalhadores dos serviços públicos.

Foi elaborado, com base em estudos efectuados pelos serviços competentes e por entidades académicas, o sistema de gestão de desempenho, implementado o regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção e definidos os respectivos critérios e procedimentos, tendo sido posto em execução o mecanismo de relatório trimestral relativo ao estado de execução das políticas públicas, no sentido de assegurar a sua concretização e execução e aumentar a capacidade de execução e a credibilidade da Administração Pública da RAEM.

Foi elaborado um conjunto de diplomas legais regulador da responsabilização dos titulares de cargos, incluindo estatutos e regras dos titulares dos principais cargos da RAEM, padrões de conduta do pessoal de direcção e chefia, estando praticamente concluída a elaboração do regime jurídico de responsabilização dos titulares de cargos. Foi alterado o regime jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses e estabelecido um sistema de divulgação dos bens dos titulares dos principais cargos públicos.

Em resposta às tendências de desenvolvimento da sociedade foram revistos os diplomas de organização e funcionamento de diversos serviços, nomeadamente serviços da área da administração pública, da área jurídica, da habitação, da saúde, do turismo, dos assuntos marítimos e da água, bem como do Corpo de Bombeiros e da Polícia Judiciária, tendo sido

criado o Conselho para o Tratamento de Incidentes Imprevistos, presidido pelo Chefe do Executivo, que visa reforçar a capacidade de intervenção das entidades públicas em situações de perigo.

O Governo da RAEM, em cumprimento rigoroso da Lei Básica da RAEM e das Decisões do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, e nos termos da «Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa», realizou com sucesso os trabalhos de eleição da Quinta Assembleia Legislativa.

O Governo tem apoiado plenamente a construção de instalações de hardware e software dos órgãos judiciais, tendo sido aprovado o «Regime geral de apoio judiciário» e criada a Comissão de Apoio Judiciário. O mecanismo de coordenação da produção legislativa foi aperfeiçoado. Foram elaborados ou sujeitos a alterações diversos diplomas legais essenciais ao desenvolvimento urbano e à vida da população, tendo sido revistos grandes códigos, tais como o Código de Processo Penal e o Código do Registo Comercial.

O Comissariado contra a Corrupção tem persistido no cumprimento das suas atribuições de combate à corrupção e de fiscalização, no aperfeiçoamento do sistema comunitário íntegro e na prevenção e combate a todos os tipos de abuso de poder e de corrupção. Com a alteração da lei orgânica do Comissariado contra a Corrupção, aumentaram-se as respectivas atribuições e reforçaram-se as da provedoria de justiça do Comissariado. O Comissariado da Auditoria tem exercido uma rigorosa supervisão de auditoria, intensificando as auditorias concomitantes, alargando a cobertura da auditoria apoiada nas tecnologias de informação e comunicação, e aperfeiçoando continuamente os diversos tipos de auditoria.

# **Segunda Parte**

**Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2015 do  
Governo da RAEM**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Permitam-me que, em seguida, faça uma breve apresentação do programa orçamental para o ano financeiro de 2015.

O próximo Governo apresentará a esta nobre Assembleia, no primeiro trimestre de 2015, o Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2015.

Para garantir a estabilidade, o desenvolvimento da RAEM e o normal funcionamento dos serviços públicos, e em cumprimento das exigências previstas na lei, o actual Governo elaborou as bases do orçamento referente ao ano financeiro de 2015, o qual contempla, essencialmente, as despesas administrativas indispensáveis ao normal funcionamento dos serviços públicos, os encargos assumidos pelo Governo para o próximo ano e as dotações de verbas para as obras públicas referentes ao primeiro trimestre do próximo ano. O Governo decidiu, também, manter as medidas de isenção e de redução de taxas e impostos adoptadas nestes últimos anos, com o intuito de, por um lado, atenuar a pressão decorrente da inflação sentida pelos residentes e pelas pequenas e médias empresas, e, por outro lado, dar continuidade às medidas de partilha dos frutos do desenvolvimento económico destinadas a toda a população.

Antes de mais, o Governo pretende manter as medidas de isenção e redução de taxas e impostos implementadas em 2014, incluindo a redução de 30% no imposto profissional da população activa, com o limite de isenção em 144.000 patacas; a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguros, incluindo o seguro de vida e do imposto do selo sobre operações bancárias; a isenção da taxa da licença de reclames e tabuletas das unidades comerciais (à excepção da publicidade ao tabaco) e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; a isenção da contribuição predial urbana para residentes de Macau até 3.500 patacas; a elevação do valor para 300.000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (que anteriormente era de 200.000 patacas); a isenção do pagamento do imposto do selo sobre os bilhetes de entrada e de assistência pessoal a espectáculos, exposições e diversões. Os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir a primeira habitação continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel (aplicada apenas a unidades habitacionais) até 3 milhões de patacas do valor da propriedade. O Governo prorrogará a medida de devolução de 60% do imposto profissional referente ao ano de 2014 aos residentes de Macau que efectuaram o pagamento do imposto, com o limite máximo de devolução de 12.000 patacas. O imposto do ano 2013 será devolvido em 2015 e o de 2014 no ano de 2016.

Com a aplicação das referidas medidas de isenção e redução de taxas e impostos, o Governo da RAEM deixará de receber receitas fiscais de valor superior a 2.135 milhões de patacas.

Em simultâneo, o Governo da RAEM continua a manter os planos de subvenção das tarifas de autocarros, assim como a política de subvenção das tarifas de energia eléctrica domésticas, pretende continuar a reforçar as medidas de apoio às famílias em situação vulnerável, às pessoas portadoras de deficiência e aos grupos de pessoas com baixos rendimentos. Continuaremos a implementar o Projecto de Serviço sobre Vida Positiva e o Plano de Apoio Comunitário ao Emprego. Daremos continuidade às medidas de financiamento destinadas às famílias arrendatárias de habitações sociais que preenchem os requisitos e aos agregados familiares que se encontram na lista de espera de habitação social e, ainda, aos vários financiamentos à educação para o ano lectivo 2014/2015. O Governo também dará continuidade ao programa de participação nos cuidados de saúde, através da distribuição de vales de saúde e lançará a segunda fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo. A par disso, e depois de ter ouvido a Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, que propôs o aumento das remunerações dos funcionários públicos, já para o próximo mês de Janeiro, passando cada ponto do índice da tabela salarial para 79 patacas, o Governo entregará à Assembleia Legislativa a respectiva proposta de lei, para efeitos de apreciação.

O Governo da RAEM procederá em 2015, e segundo o planeado, à injeção extra de capital no Fundo de Segurança Social, no valor de 13.500 milhões de patacas e, por outro lado, continuará a promover a abertura de contas individuais de previdência aos residentes de Macau que preenchem os requisitos, dotando cada uma delas de uma verba de activação no montante de 10.000 patacas. Continuaremos a propor, no próximo ano, a injeção na conta individual de cada residente qualificado uma verba adicional de 7.000 patacas, proveniente do saldo orçamental. Relativamente ao Plano de Participação Pecuniária, propomos a sua continuação, atribuindo, no próximo ano, a cada residente permanente o montante de 9.000 patacas e a cada residente não permanente o montante de 5.400 patacas. Para além disso, propomos continuar a atribuição do Subsídio para Idosos, no montante de 7.000 patacas.

Com a aplicação das mencionadas subvenções e participações, o Governo da RAEM prevê despesas na ordem dos 11.419 milhões de patacas.

O Secretário para a Economia e Finanças, irá, por sua vez, em nome do Governo da RAEM, apresentar a esta Assembleia a proposta da Lei do Orçamento referente ao ano financeiro de 2015, que procederá à respectiva apreciação.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A economia global da RAEM tem vindo a registar um desenvolvimento estável, resultado da nossa conjugação de esforços. Até Setembro do corrente ano, a reserva financeira da RAEM apresentava uma reserva cambial de 129.200 milhões de patacas, uma reserva básica

de 116.500 milhões de patacas e uma reserva extraordinária de 128.100 milhões de patacas, prevendo-se que, findo o processo de liquidação do orçamento financeiro do ano de 2013, o montante global da reserva extraordinária atinja os 224.400 milhões de patacas, constituindo uma base financeira sólida para o futuro desenvolvimento e melhoramento do bem-estar da população da RAEM.

# Conclusão

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

O País encontra-se numa era de desenvolvimento dinâmico e esplêndido e os residentes de Macau partilham, também, da dignidade e da felicidade da Pátria, cada vez mais poderosa. Após o retorno de Macau à Pátria, os sucessos obtidos em todas as áreas demonstram plenamente a forte vitalidade da grande política “um País, dois sistemas”. O Governo da RAEM persiste no prosseguimento de valores essenciais, designadamente, a administração segundo a lei, o aperfeiçoamento do sistema jurídico, o desenvolvimento do espírito da independência judicial e a salvaguarda do Primado da Lei. Devemos continuar a persistir, com determinação, no pleno prosseguimento e cumprimento da Lei Básica de Macau, unindo a população a todos os níveis, promovendo a estabilidade a longo prazo e o desenvolvimento sustentável da Região Administrativa Especial de Macau. Estamos convictos de que através dos esforços conjuntos do povo chinês e das suas diásporas o sonho de um grande renascimento da nação chinesa será decerto concretizado!

Ao longo dos últimos cinco anos, com os frutos do desenvolvimento obtidos nos 10 anos anteriores, desde a reunificação, e sempre com o forte apoio do Governo Central, o terceiro Governo da RAEM deu continuidade ao aprofundamento da cooperação regional com o Interior da China, superando a exiguidade territorial de Macau, a fim de proporcionar uma diversificação de oportunidades de desenvolvimento aos residentes e às empresas de Macau. O País tem apoiado a construção de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, a criação da plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, a promoção da diversificação adequada da economia, o desenvolvimento do papel de Macau na implementação das estratégias gerais de desenvolvimento do País, o alargamento do intercâmbio e da cooperação internacional de Macau, a aceleração do processo de cooperação com o interior da China, em particular com a Província de Guangdong e com a Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, o aumento da eficácia da cooperação com ganhos mútuos e a conquista de mais espaços de desenvolvimento.

As perspectivas de Macau são encorajadoras, porém com a globalização económica e as constantes mudanças do ambiente sócio-económico de Macau, os diversos problemas de cariz histórico e as questões preexistentes têm-se vindo a revelar cada vez mais complexos e as exigências da sociedade são cada vez mais diversificadas. Devemos atribuir uma maior importância à distribuição mais justa da riqueza, procurando encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento social e o económico. Para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, devemos aperfeiçoar as condições ideais de vida e de habitação e, durante o processo do planeamento urbanístico, devemos dar importância aos trabalhos de protecção ambiental e salvaguarda do património cultural. Porque a juventude é o futuro, o Governo da RAEM está empenhado em proporcionar aos jovens acções de formação, oportunidades de aprendizagem contínua e de mobilidade ascendente. Com o avanço dos tempos, os jovens de hoje pensam de forma independente, são dotados de capacidade crítica e participam activamente na construção da sociedade. Devemos persistir na construção de uma sociedade de valores humanistas, na formação de talentos em diferentes áreas, na sensibilização sobre o amor

## Conclusão

pela Pátria e por Macau, na promoção de virtudes tradicionais, nomeadamente o respeito pelos idosos, a solidariedade e a convivência harmoniosa entre comunidades, bem como na melhoria permanente da qualidade de vida da população, na optimização do ambiente urbano, na promoção da solidariedade com os grupos mais vulneráveis, permitindo à população, para além de partilhar os frutos da prosperidade e alargar os seus horizontes sobre o mundo, participar cívica e activamente na vida social, servindo assim a comunidade.

O Governo da RAEM tem um conhecimento profundo das expectativas da população, nomeadamente da premência de um espírito de inovação, de uma governação de acordo com os princípios de “ter por base a população” e da “definição de políticas com base em estudos científicos”, da aceleração do processo de reestruturação dos serviços da Administração Pública e da elevação das capacidades decisória e executiva na gestão das diferentes áreas. O Governo dará continuidade ao aprofundamento da reforma jurídica e do regime de afectação de recursos humanos, à consolidação da consciência de responsabilização dos titulares dos cargos públicos, à promoção da integridade, ao aperfeiçoamento contínuo do mecanismo de fiscalização, à persistência na administração segundo a lei, à colaboração interactiva entre as entidades administrativas e legislativa e ao aumento contínuo da capacidade de governação do Governo.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

A política “um País, dois sistemas” é uma grande causa, sem precedentes, e no processo da sua concretização torna-se necessário rever, constantemente, a experiência já adquirida. Devemos maximizar o aproveitamento das oportunidades que nos são oferecidas e, em conjunto de esforços, ultrapassar os diversos desafios, dando, assim, continuidade à grande política “um País, dois sistemas”, rumo a uma nova era!

Finalmente, gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa, a todos os cidadãos e à equipa de trabalhadores da Administração Pública, pelo tanto que contribuíram, ao longo de tempo, para a execução da acção governativa e ao Governo Popular Central e respectivas instituições estabelecidas em Macau pelo grande e empenhado apoio à governação da RAEM.

Dou por terminada a minha intervenção.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os meus agradecimentos.



**Balanço das Acções do Governo  
da Região Administrativa Especial de Macau  
realizadas no Ano Financeiro de 2014  
— Síntese —**



# Área da Administração e Justiça

## Introdução

Nos últimos 5 anos a Secretaria para a Administração e Justiça tem definido e concretizado os projectos anuais e os planos de acção plurianuais, de acordo com o enquadramento da acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau. Tem persistido sempre no conceito “ter por base a população” e seus objectivos na acção governativa para a prestação de serviço aos cidadãos, e respeitado os princípios da administração segundo a lei, da incorruptibilidade e da lealdade ao Estado de Direito e as respectivas regras de conduta. Tem sido aplicado de forma plena e correcta as várias disposições da Lei Básica relativas ao desenvolvimento do sistema político, ao sistema jurídico e ao regime da função pública. E tem adoptado mecanismos e atitudes de trabalho na fundamentação das decisões políticas em estudos científicos com uma visão alargada, uma postura actual, um acompanhamento do evoluir dos tempos e uma fundação sólida, no intuito de se empenhar de forma activa no desenvolvimento das causas relevantes na Região Administrativa Especial de Macau.

Apresenta-se de seguida uma síntese do balanço das principais acções que foram desenvolvidas nos últimos 5 anos na área da Administração e Justiça.

### **I. Impulso para o desenvolvimento do sistema político e promoção do regime democrático**

Em 31 de Dezembro de 2011, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional adoptou a Interpretação do Artigo 7.º do Anexo I e do Artigo 3.º do Anexo II da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, clarificando os passos necessários para o processo de alteração da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa, conhecido como o “processo em 5 etapas”. Em seguida, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional adoptou em 29 de Fevereiro de 2012 a Decisão sobre as questões relativas à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa em 2013 e à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo em 2014 da Região Administrativa Especial de Macau.

Nos termos da Interpretação e da Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau promoveu uma acção de consulta da opinião pública com a duração de 45 dias, entre 10 de Março e 23 de Abril de 2012, sobre as alterações à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa em 2013, à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo em 2014 e à respectiva legislação. Esta acção contou com uma vasta participação da população, contribuindo para um consenso alargado sobre a revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa.

O Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional ratificou em 30 de Junho de 2012 a Proposta de Revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo constante do

Anexo I da Lei Básica e promulgou o registo da Proposta de Revisão da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa constante do Anexo II da Lei Básica.

A Assembleia Legislativa aprovou em 29 de Agosto de 2012 a Lei n.º 11/2012, que alterava a Lei n.º 3/2004 (Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo), dando cumprimento ao previsto na Proposta de Revisão do Anexo I; a Assembleia Legislativa aprovou também a Lei n.º 12/2012, que alterava a Lei n.º 3/2001 (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa), dando cumprimento ao previsto na Proposta de Revisão do Anexo II, aperfeiçoando deste modo o regime eleitoral e dando resposta às aspirações da população de promoção do desenvolvimento do sistema político.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau, em cumprimento da Lei Básica e da legislação eleitoral pertinente e em articulação com a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa, concluiu em 2013 os trabalhos necessários no âmbito da eleição para a quinta Assembleia Legislativa, sob a égide dos princípios de justiça, imparcialidade e integridade, elegendo com normalidade 33 deputados para a nova Assembleia Legislativa, contribuindo assim para o desenvolvimento estável do sistema político. Nos trabalhos tendentes à eleição do quarto Chefe do Executivo em 2014, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau investiu todos os esforços para colaborar com a Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo, a fim de assegurar o desenvolvimento das suas actividades de forma ordenada e garantir a normalidade das eleições para a Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo em 29 de Junho de 2014 e da eleição para o quarto Chefe do Executivo em 31 de Agosto de 2014.

As eleições para a quinta Assembleia Legislativa em 2013 e a eleição para o quarto Chefe do Executivo em 2014 decorreram com normalidade. O sucesso destas eleições encerra um significado fundamental – o desenvolvimento dentro da legalidade de um sistema político democrático na Região Administrativa Especial de Macau, sob a égide do princípio “um país, dois sistemas” e traduz o fruto dos esforços conjuntos do Governo Central, do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e de toda a população de Macau.

## **II. Construção de uma rede de prestação de serviços de alta qualidade e oferta de serviços automáticos céleres**

### **1. Serviços *One stop* integrados e automáticos**

Em finais de 2009, instalámos o Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau na zona Norte da cidade, que oferece mais de 260 serviços de diferentes áreas aos cidadãos. De seguida, instalámos em 2012 um terceiro Centro na Baixa, consolidando com sucesso um modelo de prestação de serviços *One stop*.

Impulsionámos serviços electrónicos humanizados e diversificados, alargando gradualmente a prestação de serviço automático singular para um modelo interdepartamental e multifuncional, potenciando deste modo a eficácia da colaboração

entre diferentes serviços públicos com o sucesso dos quiosques de auto-atendimento. Esta acção será uma referência para os serviços públicos na adopção futura do bilhete de identidade do tipo cartão inteligente como meio de aceder aos serviços electrónicos.

Oferecemos um conjunto variado de serviços públicos *online*. Lançámos em 2010 a segunda versão do Portal do Governo, assim como concluímos e implementámos a versão móvel do Portal do Governo em 2014. Hoje, o Portal do Governo dispõe para o público cerca de 1 060 impressos electrónicos, dos quais cerca de 500 podem ser preenchidos por meio de equipamento informático.

Em 2012 a Imprensa Oficial lançou a versão via telemóvel do Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau, introduzindo-se, em 2013, a Plataforma para a Assinatura de Publicações Electrónicas do Governo que disponibiliza 901 tipos de publicações electrónicas de diferentes serviços públicos.

### 2. Mecanismo de avaliação de serviço

A Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos tem promovido a concretização do regime de reconhecimento, realizando uma reavaliação de 2 em 2 anos. Até ao final deste ano, os 42 serviços públicos que obtiveram o reconhecimento do programa de Carta de Qualidade vão começar a ser reavaliados pela terceira vez, com vista a garantir a sua qualidade. Até à data, cerca de 80% dos serviços externos aderiram a este programa.

A primeira edição da actividade “Prémio de Serviço de Alta Qualidade” teve lugar em 2011, assim como foram premiadas 9 candidaturas de 7 serviços públicos, entre os quais a Direcção dos Serviços de Identificação que recebeu 3 prémios. Continuámos a promover a adopção de modelos de gestão científica, tendo 11 serviços públicos (89 subunidades orgânicas) recebido a certificação ISO até à presente data.

## III. Criação do Centro de Segurança Alimentar e estabelecimento de um sistema de fiscalização da segurança alimentar

Para efeitos de supervisão e regulamentação das acções de fiscalização e gestão da segurança alimentar, prevenção e controlo de situações de risco e mecanismos de tratamento de incidentes que afectam a segurança alimentar e elevação do nível de segurança alimentar de Macau, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou a Lei de segurança alimentar, que entrou em vigor em 20 de Outubro de 2013, seguida da instalação do Centro de Segurança Alimentar. Este Centro adoptou um modelo de funcionamento de análise de risco recomendado pela Organização Mundial da Saúde e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Iremos desenvolver as actividades com base na articulação estreita das vertentes de avaliação, gestão e comunicação de situações de risco, assegurando a fiscalização e gestão da segurança alimentar nos termos da lei. O Centro já funciona há um ano e tem sido objecto de uma avaliação permanente. O Centro

tem funcionado com resultados positivos e a qualidade dos serviços prestados está a melhorar de forma estável.

Desenvolvemos actividades de inspecção de estabelecimentos de produção e comercialização de géneros alimentícios, fiscalização de alimentos, prevenção de incidentes de risco de segurança alimentar e a procura de soluções e envidámos esforços para elevar a capacidade das instituições locais através da modernização dos meios e cooperação e apoio internacional e regional, de acordo com os princípios de gestão e avaliação científicos. Continuámos a promover um modelo de gestão generalizado a nível internacional que comporta uma relação de cooperação entre o Governo, o sector alimentar e a população. O Centro de Segurança Alimentar tem continuado a reforçar a formação do pessoal e a aperfeiçoar as suas actividades, elaborando de forma ordenada critérios e orientações no âmbito da segurança alimentar.

No domínio da cooperação regional, dedicámos esforços para abrir os nossos horizontes ao nível do panorama internacional, participando em conferências e actividades de intercâmbio internacionais no âmbito da segurança alimentar, reforçando a interacção com o Interior da China e regiões vizinhas e continuando a cooperação com o Centro Nacional de Avaliação de Risco, a Direcção Geral de Controlo de Qualidade, o Ministério de Agricultura e o Instituto de Segurança Alimentar e Ambiental de Hong Kong, entre outros. Essas acções tinham por objectivo a promoção do intercâmbio de conhecimentos técnicos, a comunicação de informações e o reforço da capacidade de resposta a incidentes, no âmbito da segurança alimentar. A cooperação regional e o mecanismo de acção conjunta constituem meios para reforçar a complementaridade das partes envolvidas, contribuindo para aumentar o nível da segurança alimentar de Macau.

#### **IV. Conclusão dos trabalhos técnicos de revisão legislativa e continuidade dos trabalhos de acompanhamento posterior**

A fim de organizar e publicitar toda a legislação vigente na Região Administrativa Especial de Macau e contribuir para a construção e divulgação do sistema jurídico e proporcionar aos especialistas, académicos e cidadãos interessados em estudar o Direito de Macau, material preciso e completo, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça deu início em 2010 à revisão e adaptação da legislação anteriormente vigente, cujos trabalhos técnicos foram concluídos em 2013.

Deste modo, procedeu-se à análise e organização de 2 123 diplomas legais que incluíam leis e decretos-leis (cerca de 40 mil artigos) promulgados no período entre 1976 e 19 de Dezembro de 1999. Realizou-se a adaptação da legislação anteriormente vigente que continuava em vigor nos termos da Lei da Reunificação, tendo sido apresentadas diversas propostas legislativas. Efectuou-se também a verificação das incorrecções das traduções em chinês e português, para que fosse posteriormente proposta a sua rectificação. A lista

completa desta legislação foi divulgada em Novembro de 2013, editando-se em seguida a publicação “Legislação previamente vigente em Macau – Resultado da análise sobre a sua situação de vigência”. Introduziu-se ainda um aplicativo de pesquisa no Portal Jurídico de Macau, para os cidadãos interessados em consultar esta obra.

Para confirmar por via legislativa os resultados do processo técnico de recensão e adaptação legislativas levado a cabo pelo Governo, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça apresentou uma proposta sobre o processo legislativo relativo à revisão e proposta, apreciação e publicação desta legislação, que foi remetida aos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa. O Governo pretende manter antecipadamente um diálogo com a Assembleia Legislativa no sentido de estudar uma solução sobre o método de integrar a versão actualizada das leis antigas ainda em vigor no processo legislativo e definir a respectiva calendarização, convertendo os seus resultados em fruto do processo de construção do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá tirar proveito da experiência dos trabalhos de recensão e adaptação legislativas e em conjunto com a Assembleia Legislativa proceder ao estudo aprofundado sobre a construção de um mecanismo permanente de recensão legislativa, a reorganização das páginas electrónicas de Direito existentes e a uniformização das regras técnicas de produção legislativa.

### **V. Reforço da comunicação e cooperação com a Assembleia Legislativa para promover em conjunto os trabalhos de construção do sistema jurídico**

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem mantido uma forte relação de cooperação com a Assembleia Legislativa, dedicando esforços para a construção do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau. Desde a constituição do Governo da Região Administrativa Especial de Macau até finais de Setembro de 2014, produzimos 208 leis (15 da autoria da Assembleia Legislativa) e 462 regulamentos administrativos, dos quais 64 leis (uma da autoria da Assembleia Legislativa) e 138 regulamentos administrativos foram da responsabilidade do terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau. A promulgação e entrada em vigor de toda esta legislação teve um efeito positivo na promoção do crescimento económico, na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento sustentável da sociedade.

Após audição das opiniões de diferentes sectores da sociedade, o Governo criou em 2011 o mecanismo de coordenação central no âmbito da reforma jurídica e a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional, com competência para apreciar e elaborar o plano anual das propostas de lei do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e fiscalizar o seu cumprimento. Com o funcionamento eficaz do mecanismo de coordenação central, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau pôde

concentrar as suas energias e recursos em projectos prioritários essenciais para garantir o crescimento económico e o bem-estar da população.

Em resposta aos problemas e dificuldades surgidas, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem continuado a estudar a experiência adquirida e a procurar medidas adequadas para resolver as questões, designadamente a emissão de directrizes para a inclusão de projectos no plano legislativo e a construção de um mecanismo de comunicação a nível das Secretarias, através do sistema de coordenação do plano de produção legislativa por meio informático, promovendo assim a troca de informações e intercâmbio entre o serviço responsável pela coordenação e os serviços públicos, e formando uma cultura de gestão nos trabalhos de coordenação da produção legislativa, para que os trabalhos legislativos possam ser executados com maior eficácia.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá continuar a reforçar a função coordenadora do mecanismo de coordenação central no âmbito da reforma jurídica, acelerando os passos para concluir os projectos de elaboração ou revisão de leis e regulamentos que afectem o bem-estar da população. Alguns desses projectos serão desenvolvidos e acompanhados sob a orientação dos serviços da área dos assuntos de justiça com a assistência de outros serviços competentes. O Governo irá ainda reforçar o diálogo com a Assembleia Legislativa, no sentido de gerir e controlar com maior eficácia o número dos projectos fora do plano legislativo e dos projectos apresentados, contribuindo para a construção, de forma ordenada, do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau. No domínio da política geral de formação de quadros qualificados, o Governo irá acelerar os trabalhos legislativos necessários para a criação de um regime de acreditação profissional, o regime do ensino superior, o regime de carreiras e certificação dos assistentes sociais e o regime de avaliação, registo e certificação das habilitações profissionais do pessoal médico, criando melhores condições para a mobilidade ascendente das pessoas.

## **VI. Optimização das estruturas da Administração e mecanismos de consulta e consolidação das bases para aprofundar a reforma administrativa**

Continuámos a otimizar as funções orgânicas e a reestruturar os serviços. Desde 1 de Janeiro de 2010 até finais de Setembro de 2014, criámos 9 serviços e entidades públicas, incluindo 4 fundos autónomos, 3 equipas de projecto, 1 organismo destacado no exterior e 1 serviço público; reestruturámos 21 serviços públicos e extinguimos 7 equipas de projecto e 1 grupo coordenador.

Iniciámos os trabalhos de racionalização faseada das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, incluindo a criação de um Centro de Segurança Alimentar junto do Instituto nos termos da Lei de segurança alimentar. Procedemos à reestruturação do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto. Criámos a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional.

Efectuámos a reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e integrámos, respectivamente, o Fundo de Pensões e o Fundo de Segurança Social nas áreas de Administração e Justiça e de Assuntos Sociais e Cultura. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau criou também um mecanismo de coordenação interdepartamental para responder a contingências e situações de emergência de grande escala, com vista a reforçar a articulação de diferentes serviços da Administração e elevar a sua capacidade de resposta.

Aperfeiçoámos os mecanismos de consulta das políticas do Governo, integrando a opinião da população nas políticas do Governo, o que contribuiu para a consolidação dos fundamentos científicos e a credibilidade da governação. Temos aperfeiçoado os organismos consultivos procurando o equilíbrio entre os conhecimentos técnicos e a representatividade dos seus membros, com vista a estimular a participação equitativa de todos, permitindo a participação de pessoas de boa vontade, em especial, os jovens.

Com vista à normalização do regime de consulta das políticas e à elevação da eficácia das acções de consulta, em 2011, entraram em vigor as Normas para a Consulta de Políticas Públicas. A Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública tem acompanhado a concretização e a aplicação das Normas para a Consulta de Políticas Públicas, providenciando apoio e assistência aos serviços públicos.

## **VII. Promoção em passos firmes da gestão integrada dos funcionários e administração segundo a lei no sentido de elevar a eficácia**

Temos investido esforços para construir um corpo de funcionários que trabalha com honestidade e com elevado nível de eficiência, introduzindo um conjunto de medidas de reforma global relativas ao regime da função pública e à gestão centralizada do pessoal. Essas medidas visam incentivar os funcionários a elevarem as suas qualificações e aptidões, no sentido de prestar melhores serviços ao público.

### **1. Apreciação do desempenho**

No domínio da regulamentação do regime de responsabilização dos dirigentes e chefias e do regime de gestão do desempenho, pusemos em prática o regime de apreciação do desempenho dos titulares de cargos de direcção, de maneira a elevar o sentido de responsabilidade e a eficácia na governação. A entidade tutelar avalia todos os anos o nível de desempenho dos titulares de cargos de direcção de acordo com os parâmetros definidos, apresentando ao Chefe do Executivo um relatório de apreciação global que cobre o mandato dos destinatários, como base no regime de responsabilização.

Realizámos conferências subordinadas ao tema “regime de gestão do desempenho”, tendo como destinatários os dirigentes de serviços e entidades públicas, com vista a

permitir-lhes uma melhor compreensão do processo de gestão de desempenho. No que respeita aos 3 serviços que se candidataram ao Prémio de Serviço de Alta Qualidade, experimentámos convidar instituições académicas para assumir o papel de terceira parte na realização de estudos sobre a qualidade dos serviços públicos, os quais constituem elementos de referência para a apreciação de desempenho dos dirigentes.

### **2. Recrutamento centralizado**

Optimizámos a gestão dos processos de recrutamento dos funcionários e o respectivo regime, resolvendo as questões resultantes de dúvidas sobre a justiça, transparência e critérios dos concursos abertos por iniciativa particular de serviços da Administração. Em 2011, promulgámos o Regulamento Administrativo “Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos”, lançámos e continuamos a aperfeiçoar o recrutamento centralizado, com o objectivo de garantir a conformação do regime de ingresso na função pública aos princípios da justiça, imparcialidade e transparência, para além de assegurar um uso mais eficiente dos recursos e aumentar a eficiência na gestão do pessoal e o nível de qualidade dos funcionários.

Concluimos o processo de concurso público centralizado para a carreira de técnico superior da área de informática e para a carreira de adjunto-técnico de 3 áreas funcionais; publicámos o concurso público centralizado de admissão para a carreira de técnico superior de 2.ª classe, 1.º escalão e técnico superior assessor, 3.º escalão da área jurídica e técnico superior da área de psicologia. No entanto, vamos proceder à revisão e ao acompanhamento do concurso público centralizado para a carreira de técnico superior na área jurídica, no sentido de organizar, numa nova ronda de recrutamento centralizado, palestras prévias para dar a conhecer aos candidatos noções mais claras sobre as exigências no trabalho e daí permitir-lhes efectuar uma preparação mais adequada. Para além disso, realizámos trabalhos tendentes à concretização do acesso centralizado, prestando assistência aos serviços da Administração para constituir júris para provas de acesso e para realizar concursos de acesso.

### **3. Acções de formação**

Em complemento das medidas de optimização da prestação de serviços e da gestão de desempenho, reforçámos as acções de formação específica e formação aprofundada, através da organização de 1 788 cursos com mais de 42 000 participantes. Instalámos em 2011 o Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos, integrando os recursos de formação e reforçando a função coordenadora em matéria de formação. Após vários anos de reforma institucional e acções de formação, a qualidade dos serviços prestados e a consciência de servidor público dos funcionários registaram um incremento, paralelamente ao aperfeiçoamento contínuo dos serviços, do trabalho e das atitudes. A capacidade de governação da Administração também registou uma melhoria global.

Em resposta às necessidades da Plataforma de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países Lusófonos e o papel de centro mundial de turismo e lazer

atribuído a Macau no Décimo Segundo Plano Quinquenal, temos reforçado as acções de formação de quadros qualificados em tradução chinês/português. A partir de 2009, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau assinou com a Direcção-Geral de Interpretação da União Europeia um protocolo para realizar o Programa de Formação de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa, com a duração de 4 anos e o Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa, com a duração de 3 anos. A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, o Instituto Politécnico de Macau, a Universidade de Lisboa de Portugal e a Direcção-Geral de Interpretação da União Europeia organizaram em 2014 em Macau o primeiro Curso de Mestrado em Tradução e Interpretação de Conferências.

No domínio da formação jurídica, durante o mandato do terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau, realizámos 238 acções de formação que contaram com a participação de 8 800 formandos.

#### **4. Gestão do pessoal e regime de garantia**

Em 2009 o Governo da Região Administrativa Especial de Macau criou a Comissão de Ética para a Administração Pública pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 368/2009. Assim, em 2010, a Comissão elaborou e publicou, mediante despacho do Chefe do Executivo, o Princípio e critérios determinantes da recusa de autorização para o exercício de actividades privadas após a cessação de funções por parte do pessoal a que se refere o artigo 19.º da Lei n.º 15/2009, bem como os modelos dos impressos a utilizar.

Foi criada, em 2011, através de despacho do Chefe do Executivo, a Comissão de apreciação de pedidos relativos ao exercício de actividade privada por parte dos ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos. Por despacho do Chefe do Executivo, a Comissão efectuou, em 2012, a elaboração e publicação do Princípio e critérios susceptíveis da recusa de autorização para o exercício de actividade privada após a cessação de funções por parte dos ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos, bem como dos modelos dos impressos a utilizar.

Foi publicada a Lei n.º 13/2010 (Apoio judiciário em virtude do exercício de funções públicas), que concede o apoio judiciário nos processos judiciais em que sejam demandados por actos ou factos ocorridos em virtude do exercício de funções públicas os trabalhadores dos serviços públicos. Criou-se em 2011 a Comissão de Patrocínio Judiciário para o Exercício de Funções Públicas, à qual compete analisar e emitir parecer sobre os pedidos de concessão de apoio judiciário na modalidade de pagamento de patrocínio judiciário a que se refere a Lei n.º 13/2010.

Após a realização de um estudo e análise aprofundados, bem como a auscultação de opiniões dos serviços públicos e dos trabalhadores, apresentou-se a proposta de lei intitulada “Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos”, de maneira a permitir uma maior uniformização dos seus direitos e deveres, aumentando a flexibilidade dos serviços públicos na utilização dos recursos humanos. A referida proposta de lei foi

aprovada na generalidade pelo plenário da Assembleia Legislativa no dia 23 de Abril de 2014, e está a ser discutida na especialidade pela 2.ª Comissão Permanente.

Realizou-se a preparação da edificação do mecanismo de gestão centralizada para resolução de queixas e conciliação dos trabalhadores dos serviços públicos, assim como se planeou a criação de uma comissão especializada para receber e resolver as queixas dos funcionários públicos. Coadjuvada pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, esta comissão tem de supervisionar e apoiar os diversos serviços públicos na resolução de queixas dos trabalhadores, para além de impulsionar a comunicação interna nos serviços públicos e criar uma cultura de trabalho em que se destaquem a justiça, a união e a harmonia.

Em 2013 concluiu-se o estudo sobre as novas oportunidades, estruturas e estratégias de investimento do Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, fixando o rumo a seguir a curto, médio e longo prazo (2013 – 2020). No quarto trimestre do corrente ano, será lançado o Fundo de investimento em acções internacionais gerido de forma passiva. Também se concluiu, em 2013, um estudo comparativo sobre o Regime de Aposentação e Sobrevivência. Deste modo, foram fixados de forma clara os conceitos de investimento e as categorias de activos passíveis de serem objecto de investimento, estando actualmente a efectuar-se a revisão das estratégias gerais de investimento.

Pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 9/2012, criou-se, no mês de Janeiro de 2012, a Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, e fixou-se a estrutura do mecanismo de actualização das remunerações dos trabalhadores da função pública, o que permitiu dirigir ao Governo as opiniões nesta matéria. Em 2013 o Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizou, mediante despacho do Chefe do Executivo, a reestruturação da Comissão de Avaliação, que passou a integrar na sua composição 2 especialistas ou académicos como presidente e vice-presidente. Além disso, foi aumentado o número de representantes das associações comerciais e laborais. Após a reestruturação da Comissão de Avaliação, esta procedeu à revisão dos procedimentos de análise relativos à actualização das remunerações dos funcionários públicos, e lançou mãos ao estudo sobre as metas, posicionamento, pertinência e viabilidade da actualização das remunerações dos funcionários públicos por categorias.

Pela Lei n.º 2/2011 (Regime do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família), efectuou-se, em 2011, a actualização dos montantes das remunerações e subsídios dos trabalhadores dos serviços públicos, nomeadamente do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família. Ao mesmo tempo, foram introduzidas alterações às condições de pedido do subsídio de residência para beneficiar um maior número de funcionários públicos, assim como foi eliminado o limite máximo de 7 prémios de antiguidade, passando deste modo a ser ilimitado.

Com vista a atenuar a pressão sentida pelos funcionários públicos que pertencem às classes mais desfavorecidas, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau

lançou em 2013 medidas de apoio complementares especiais, tendo sido realizados vários ajustamentos dos limites de despesas e dos critérios de apreciação referentes ao subsídio de subsistência de acordo com a situação real.

Efectuou-se, no mês de Fevereiro de 2014, uma actualização dos montantes do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família, em conjunto com o aumento do montante dos subsídios de casamento, nascimento e funeral, mediante a Lei n.º 1/2014 (Alteração dos montantes do prémio de antiguidade, subsídios e abono). Simultaneamente, os montantes desses subsídios ou abono passaram a estar indexados ao índice remuneratório dos trabalhadores dos serviços públicos, permitindo assim a actualização automática dos referidos montantes em função das futuras alterações a nível das remunerações dos mesmos.

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e o Fundo de Pensões iniciaram, desde 2012, a realização de visitas domiciliárias aos pensionistas, beneficiários do subsídio de sobrevivência e funcionários públicos que pertencem às classes mais desfavorecidas. Através da realização dessas visitas domiciliárias, prestou-se também ajuda a pensionistas com deficiência, idosos e com dificuldades de mobilidade para tratarem dos procedimentos de obtenção da prova de vida exigida pelos diversos serviços públicos. Os serviços competentes têm organizado todos os anos um leque diversificado de mais de 300 actividades culturais, recreativas, desportivas e de convívio, destinadas aos funcionários públicos em exercício de funções ou aposentados. Para além disso, criou-se o Centro de Exame Médico para Funcionários Públicos e lançou-se, em 2009, o plano de exame médico para os funcionários públicos.

### **VIII. Cultivo de talentos da área judiciária e prestação de apoio nas várias dimensões para o aumento da eficiência judiciária**

Para se adaptar à orientação política relativa à edificação dos *software* e *hardware* dos órgãos judiciais, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem envidado esforços para acelerar a realização das acções de formação para ingresso nas magistraturas e nas carreiras de oficial de justiça, fomentar activamente as actividades de formação contínua para magistrados e de formação para acesso de oficiais de justiça, e efectuar a revisão legislativa para simplificação dos procedimentos judiciais, no intuito de contribuir com todo o empenho para o desenvolvimento dos trabalhos dos órgãos judiciais.

#### **1. Formação de magistrados e oficiais de justiça**

Em retrospectiva à situação global da formação de magistrados após o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, constata-se que o Governo desenvolveu, por 4 vezes, os trabalhos relativos ao Concurso para Admissão ao Curso de Formação para Ingresso nas Magistraturas, através dos serviços competentes, assim como procedeu à organização de 4 cursos de formação de magistrados, cada um com duração de 2 anos, que

permitiram a formação de 37 magistrados locais para a Região Administrativa Especial de Macau, entre os quais 20 magistrados judiciais e 17 magistrados do Ministério Público.

Conciliando as exigências especiais inerentes às funções dos magistrados com as acções de formação no âmbito da formação contínua e de reciclagem para magistrados, os serviços competentes do Governo realizaram cerca de 30 actividades de formação adequadas às necessidades de formação dos magistrados, nomeadamente seminários, colóquios, palestras e *workshops*, em colaboração com o Instituto Nacional de Formação de Juízes e o Instituto Nacional de Formação de Magistrados do Ministério Público do Interior da China, o Centro de Estudos Judiciários de Portugal e a Escola Nacional de Magistratura de França.

Retrospectivamente o percurso das acções de formação dos oficiais de justiça desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau até ao presente, verifica-se que os serviços competentes desenvolveram, por 2 vezes, os trabalhos relativos ao Exame de Admissão ao Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça, e organizaram 3 cursos de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça, cada um com duração de 1 ano, o que permitiu a nomeação de um total de 235 formandos como oficiais de justiça, dos quais 180 no cargo de escrivão judicial auxiliar e os restantes 55 no cargo de escrivão do Ministério Público auxiliar.

Em relação às acções de formação para acesso às carreiras de oficial de justiça, os serviços competentes organizaram, a pedido dos órgãos judiciais, 11 cursos de formação para acesso às carreiras de funcionários de justiça nos tribunais ou no Ministério Público.

### **2. Revisão das leis processuais e simplificação dos procedimentos judiciais**

A revisão das leis no âmbito dos processos judiciais e a simplificação dos procedimentos judiciais foram as principais linhas orientadoras dos trabalhos desenvolvidos pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau na área dos assuntos de justiça. O Código de Processo Penal foi objecto de revisão pela primeira vez desde a sua vigência em 1997, visando permitir, por um lado, a optimização dos procedimentos judiciais e, por outro, elevar de certo modo a eficiência judiciária. Com a aprovação da proposta de lei pela Assembleia Legislativa em 2013, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou e republicou subsequentemente a nova versão do Código de Processo Penal, a qual entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2014.

O Regime geral de apoio judiciário entrou em vigor no dia 1 de Abril de 2013. Desde a sua vigência até 30 de Setembro de 2014, foram recebidos no total 436 pedidos pela Comissão em causa, tendo-se destacado, em função da tipologia dos processos judiciais, os casos de natureza cível que contabilizaram 299 pedidos, dos quais a maioria se referia a processos de divórcio litigioso que atingiram os 125 pedidos. No processo de tratamento dos pedidos, a Comissão, para além de proceder à apreciação nos termos da lei, vai prestar, dentro dos limites da lei e da razoabilidade, de acordo com a situação concreta de cada caso e articulando os recursos judiciais com os interesses dos requerentes, o maior apoio possível aos requerentes para resolver os seus problemas através de meios mais adequados

e favoráveis, de maneira a evitar o recurso aos tribunais e, assim, diminuir os encargos judiciais.

### **IX. Desenvolvimento amplo da divulgação jurídica e aprofundamento dos conhecimentos sobre o sistema jurídico junto da sociedade civil**

Os serviços competentes do Governo da Região Administrativa Especial de Macau reforçaram a cooperação com as associações e criaram uma rede de cooperação para desenvolver o efeito de complementaridade entre recursos e vantagens nas acções de divulgação conjunta da Lei Básica, tendo desenvolvido todos os anos mais de 10 variedades de acções de divulgação, tendo-se deste modo alcançado determinados efeitos de divulgação.

Para que fosse dada a conhecer a Lei Básica – uma lei nacional a um maior número de residentes do Interior da China, prosseguiu-se a organização da exposição fotográfica “Encontro com a História”, em colaboração com os serviços competentes do Interior da China. Desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau até ao presente, realizámos esta exposição itinerante em 18 províncias e cidades diferentes do Interior da China, tendo assim merecido a atenção dos respectivos governos locais e os comentários positivos dos próprios residentes. Com vista ao reforço do intercâmbio jurídico com o Interior da China, realizou-se desde 2010 o Seminário sobre a Lei Básica, colaborando-se com os estabelecimentos de ensino superior das diferentes localidades chinesas.

Os jovens têm sido os principais destinatários do ensino sobre as leis. Por este motivo, uma das acções prioritárias consiste em promover nas escolas secundárias e primárias a organização de palestras que versam sobre a generalização do Direito. Até à presente data, tem-se desenvolvido um conjunto de actividades de natureza mais sistemática e completa para realizar de forma permanente a generalização do Direito nos estabelecimentos de ensino primário e secundário. Para além disso, concluiu-se, em 2013, o Plano de Prevenção da Criminalidade Juvenil – Conhecer a Lei e as normas de cortesia, que teve um período de duração de 5 anos. No âmbito relativo ao mandato do terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau, houve um total de mais de 80 000 participantes das escolas secundárias e primárias nas referidas actividades. Em relação às actividades extracurriculares no âmbito da rede de generalização do Direito, tem-se organizado todos os anos uma série de actividades, nomeadamente Postos de abastecimento jurídico – *workshops* sobre a generalização do Direito nas bibliotecas para crianças, e a constituição do grupo de voluntários “Forças de Divulgação Jurídica” que formou, num período de 5 anos, mais de 170 jovens de Macau e lhes permitiu desenvolver os efeitos da influência dos pares, tornando-se assim um novo potencial para o impulso da generalização do Direito.

Foram também adoptados métodos mais diversificados para dar a conhecer à população as informações jurídicas pertinentes. A organização de palestras, *workshops* e

cursos de formação relativos a diversos temas jurídicos para a população e destinatários específicos tem sido uma das tarefas mais importantes sobre as quais os serviços da área dos assuntos de justiça se debruçaram de forma regular na divulgação jurídica. Nos últimos 5 anos, foram realizadas sucessivamente cerca de 20 actividades sobre temas específicos do Direito. No cômputo de 5 anos foram realizados mais de 310 colóquios e cursos temáticos, com a participação de mais de 26 000 pessoas.

A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça tem reforçado de forma contínua a cooperação com os órgãos de comunicação social, no sentido de transmitir à população as informações jurídicas através da publicação semanal de artigos em colunas nos jornais de língua chinesa e portuguesa, tendo assim totalizado em 5 anos mais de 2 000 textos de artigos para publicação na Imprensa de Macau. Também se intensificou a cooperação com os órgãos de difusão electrónica nas acções de divulgação jurídica, entre as quais a participação na produção do programa “Consultas e Respostas” transmitido mais de 900 vezes no cômputo de 5 anos, bem como na produção de 260 séries do programa “Conhecedor do amplo círculo do Direito” e outros programas na rádio, o que fez chegar as informações jurídicas aos cidadãos. Assim, foram produzidos no total mais de 90 anúncios na televisão e cerca de 66 anúncios na rádio.

Para além disso, foi aperfeiçoada a *hotline* de divulgação jurídica que atendeu, no cômputo de 5 anos, mais de 10 000 consultas jurídicas, disponibilizando à população toda a informação jurídica necessária. Os serviços da área dos assuntos de justiça têm procedido de forma activa à impressão de diversos panfletos e folhetos com informações jurídicas que são colocadas, gratuitamente, à disposição dos cidadãos. Com o avançar da produção desses materiais impressos, existem actualmente 151 variedades, cujo conteúdo abrange áreas diferenciadas. Os referidos materiais associados aos postos de informação jurídica instalados em 33 locais diferentes da rede de acesso, permitiram à população aceder à leitura de cerca de 2 milhões de exemplares de produtos de divulgação jurídica no cômputo de 5 anos.

Desde a sua entrada em funcionamento, o Portal Jurídico de Macau foi acedido mais de 300 mil vezes até à presente data. O Portal consiste numa página electrónica amplamente conhecida e utilizada pelos cidadãos e pelos operadores do Direito, para além de ser um meio eficaz para a pesquisa de legislação da Região Administrativa Especial de Macau.

## **X. Participação activa nos assuntos de Direito Internacional e elevação da imagem internacional da Região Administrativa Especial de Macau**

Para combater de forma eficaz a criminalidade transfronteiriça, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, com o apoio do Governo Central e no exercício dos poderes por este delegados, tem desenvolvido de forma activa diversas acções de negociação sobre acordos de cooperação judiciária inter-regional e internacional,

nomeadamente os acordos gerais de cooperação judiciária em matéria penal, os acordos sobre a entrega de infractores em fuga, os acordos de transferência de pessoas condenadas, bem como os vários acordos tipo de cooperação judiciária, para além de concretizar de forma dinâmica as disposições dos tratados em matéria de direitos humanos.

### **1. Acordos de cooperação judiciária**

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau assinou, no dia 7 de Novembro de 2013, o Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária com o Governo de Cabo Verde. E concluiu, em 2013, as negociações relativas ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e ao Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga com o Governo da Coreia, tendo sido rubricados os projectos dos respectivos acordos. Actualmente, estão a ser encetadas de forma activa as acções de negociação relativamente aos acordos de cooperação judiciária com o Governo da Mongólia e com o Governo da República Federal da Nigéria.

Foram elaborados os projectos de acordos tipo para os acordos de transferência de pessoas condenadas, acordos sobre a entrega de infractores em fuga, acordos de cooperação judiciária em matéria penal e acordos de cooperação judiciária em matéria civil e comercial. Aprovados pelo Governo Central, aqueles acordos tipo tornam-se os textos básicos para o encetamento de negociações e discussões entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e outros países. Assim, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau pôde encetar, negociações com outros países, em conformidade com as disposições dos textos básicos, e daí acelerar os respectivos procedimentos.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong assinaram o Acordo sobre a Confirmação e a Execução Recíprocas de Decisões Arbitrais no dia 7 de Janeiro de 2013. As duas partes notificaram de forma recíproca, por troca de notificações, respectivamente no dia 7 de Outubro de 2013 e no dia 2 de Dezembro de 2013, sobre a conclusão dos procedimentos legais internos necessários à vigência do referido acordo, bem como a sua entrada em vigor em relação a ambas as partes a partir do dia 16 de Dezembro de 2013. Nesta fase, estão a ser encetadas as discussões e negociações relativas ao Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal com o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, sendo que as duas regiões pretendem que a assinatura desses acordos venha a fortalecer cada vez mais a cooperação judiciária e a combater eficazmente a criminalidade transfronteiriça.

### **2. Apreciação dos relatórios sobre o cumprimento das convenções em matéria de direitos humanos**

Na qualidade de membro de várias convenções internacionais em matéria de direitos humanos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem prosseguido com a adopção de diversas medidas e tem-se empenhado na concretização das normas concernentes. De acordo com o disposto nas convenções em matéria de direitos humanos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou relatórios periódicos sobre

as diversas medidas e políticas para a execução das normas dessas convenções, assim como participou em reuniões de apreciação realizadas pelas respectivas comissões da Organização das Nações Unidas, com vista a explicar os detalhes sobre o ponto de situação da execução das convenções pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

Desde Janeiro de 2011, foram enviadas delegações para participar nas reuniões de apreciação de várias convenções em matéria de direitos humanos, entre as quais a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, bem como nas reuniões de apreciação relativas ao segundo relatório nacional sobre os direitos humanos, no sentido de o Governo da Região Administrativa Especial de Macau poder cumprir as respectivas acções de execução.

### **XI. Articulação com o posicionamento da Região Administrativa Especial de Macau na edificação do centro mundial de turismo e lazer e persistência na optimização das construções urbanas e do ambiente**

#### **1. Articulação com o posicionamento da cidade de turismo e desenvolvimento das obras de embelezamento dos espaços urbanos**

Em resposta ao desenvolvimento do turismo de Macau, efectuaram-se as obras de embelezamento dos espaços que interligam os monumentos classificados como Património Mundial nos arruamentos dos bairros antigos e, através deste sistema de arruamentos, estabeleceu-se a ligação entre os pontos turísticos do Centro Histórico de Macau para elevar o valor paisagístico dos bairros antigos. Desenvolveram-se em 2010 as obras de embelezamento dos passeios que ligam a Rua de S. Lourenço ao Largo de Santo Agostinho; e, em articulação com as obras de embelezamento do Largo de Camões, procedeu-se em 2013 ao alargamento e à repavimentação dos passeios junto da Igreja de Santo António, para que fosse possível fazer a conexão com os locais que integram a lista da UNESCO e conduzir os turistas nos seus passeios a pé ao longo do percurso paisagístico do Centro Histórico de Macau.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais efectuou de forma dinâmica o melhoramento dos equipamentos turísticos complementares, nomeadamente o quiosque de informações do Guia da Cidade, as placas indicadoras dos pontos turísticos e as estruturas com iluminação para mapas turísticos, assim como lançou oportunamente os programas de aplicação para telemóvel “Passeio pela natureza de Macau” e “Uma passeata pelas ruas de Macau”, para os cidadãos e os turistas poderem obter as informações locais e turísticas da cidade recorrendo a equipamentos portáteis de acesso à *internet* mais convenientes, com vista a elevar a atracção cultural e turística de Macau. Em conciliação com o crescimento

gradual do número de turistas em Macau, foram realizadas várias obras de melhoramento e aumento das instalações sanitárias públicas, promovendo a obtenção da certificação de qualidade ISO14001 para sistemas de gestão ambiental. Em relação às instalações sanitárias públicas que precisavam de ser renovadas e remodeladas, pretendeu-se corresponder ao conceito de protecção ambiental no que se refere à concepção, aos equipamentos utilizados, à gestão e às medidas de prestação de serviço.

Deu-se início, desde 2010, ao desenvolvimento dinâmico de projectos diversificados de enverdecimento tridimensional, com base nos resultados positivos alcançados e na adopção progressiva de novos modelos experimentais, persistindo-se em decorar em tons de verde as diversas zonas da cidade de Macau. Com vista à preservação do ambiente natural, os serviços competentes adoptaram vários métodos, nomeadamente o melhoramento florestal por parcelas, a transferência de terrenos para a conservação dos mangais, bem como a restauração artificial das terras húmidas de água doce, para melhorar em grande escala a situação dos solos de pobre qualidade nas florestas de Macau, sendo certo que, em 2013, Macau foi seleccionada como uma das 10 terras húmidas mais encantadoras da China, devido ao sucesso alcançado na recuperação ecológica das zonas húmidas locais e na conservação das suas espécies nativas.

Para assinalar o 10.º aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, o Governo Popular Central decidiu oferecer um par de pandas gigantes a Macau. Assim, no dia 18 de Dezembro de 2010, o par de pandas *Hoi Hoi* e *Sam Sam* chegaram a Macau de avião, viajando desde a cidade de Chengdu. De seguida foram acolhidos imediatamente no Pavilhão do Panda Gigante do Parque de Seac Pai Van, para que pudessem passar por um período de quarentena de 1 mês. Em Janeiro de 2011, o Pavilhão do Panda Gigante foi aberto ao público e os pandas gigantes começaram a ser muito apreciados pelos cidadãos de Macau.

No entanto, o panda gigante *Sam Sam* morreu após tentativa frustrada de socorro no dia 22 de Junho de 2014, devido a um problema de insuficiência renal. Com vista à divulgação e elevação da consciência da população pela protecção e conservação dos animais selvagens, o cadáver do panda gigante *Sam Sam* será conservado como espécime para efeitos de investigação científica e promoção e educação científica na vertente de protecção dos pandas gigantes em Macau. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais também tem executado de forma rigorosa acções neste âmbito, bem como mantido um contacto estreito com especialistas e académicos do Interior da China, de maneira a permitir a continuação do crescimento saudável do panda gigante *Hoi Hoi*. Para além disso, tendo em consideração a necessidade de procriação dos pandas gigantes, será efectuado de forma activa o pedido ao Governo Central de oferta de uma fêmea de panda gigante a Macau.

## 2. Optimização da construção urbana e melhoramento da qualidade ambiental

Com vista à optimização da rede de canalizações em Macau, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais desenvolveu ao longo de vários anos as obras de

remodelação do sistema de drenagem em diversas zonas, persistiu no melhoramento dos ramais de esgotos subterrâneos para águas pluviais e residuais em Macau, efectuou a substituição dos esgotos subterrâneos por outros tipos de maior diâmetro, e aperfeiçoou o sistema público de drenagem das águas residuais, em articulação com as necessidades de desenvolvimento urbano. No tocante à prevenção de inundações, procedeu-se à construção da comporta de escoamento para impedir o refluxo das águas das cheias e, assim, corrigir o problema das inundações. Realizou-se a substituição das canalizações com capacidade insuficiente para a drenagem de águas pluviais, aumentando deste modo a capacidade de escoamento das águas de inundação e a eficiência na limpeza dos semidouros.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem prosseguido com a optimização e melhoramento dos equipamentos nos mercados municipais de Macau, os quais começaram a ser sucessivamente utilizados entrando em funcionamento durante o mandato do terceiro Governo. Em 2012 iniciou-se por fases a remodelação das tendinhas do Mercado de S. Domingos com vista ao aperfeiçoamento do seu ambiente de negócios. Em articulação com a reconstrução do Mercado da Ribeira do Patane, o Mercado Provisório da Ribeira do Patane entrou em funcionamento em 2013. Ao mesmo tempo, instalaram-se elevadores no mercado de Iao Hon e melhoraram-se os equipamentos de ar condicionado e de ventilação em diversos mercados. Para dar resposta às necessidades da conclusão do Edifício Lago na Taipa e das urbanizações de habitação pública em Seac Pai Van, foram instalados centros de compras na zona para facilitar a vida aos cidadãos na aquisição de produtos.

Em relação ao aperfeiçoamento das zonas urbanas para vendilhões, concluíram-se nos últimos 5 anos as obras de remodelação da Zona de Vendilhões no Mercado de S. Domingos, da Zona de Vendilhões de Roupas no Mercado de Iao Hon, da Zona de Vendilhões do Mercado Municipal da Horta e Mitra; e efectuaram-se as obras de reparação no Jardim Pequenito do Mercado Vermelho, das bancas de vendilhões do Mercado de Fai Chi Kei, das bancas de vendilhões na Rua Sul do Mercado de S. Domingos, entre outros. O novo Edifício de Vendilhões do Mercado de Iao Hon entrou em funcionamento em 2012, dispondo de equipamentos adequados aos vendilhões, um centro de comidas e um centro comunitário de actividades, para além de outras facilidades do complexo comunitário como o auditório com sistemas audiovisuais, a sala de leitura e a sala recreativa.

Actualmente, está a decorrer a coordenação das acções relacionadas com a transferência para o novo Mercado Abastecedor. No novo Mercado Abastecedor será optimizado o modelo de gestão para assegurar o fornecimento de géneros alimentícios vivos e frescos para Macau. Nesta fase, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais já concluiu a emissão de parecer e a elaboração do caderno de concepção relativamente à construção do novo Mercado Abastecedor, sendo que os serviços da área das obras públicas prevêm a construção do novo Mercado Abastecedor no corrente ano de 2014.

Desde 2010 até finais de Setembro deste ano, foram instalados 33 contentores de compressão de lixo e 19 depósitos de lixo, reduzindo assim o número de contentores de lixo nas ruas de Macau de mais de 590 para menos de 300. Com vista à intensificação da

limpeza da cidade, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais continuou a efectuar, em estreita colaboração com os Serviços de Saúde, as acções de limpeza dos “pontos negros” de insalubridade nas diversas zonas da cidade de Macau (nomeadamente nos terrenos baldios, prédios desocupados, pódios e pátios dos edifícios, entre outros). Entre o ano 2010 e Setembro de 2014, foram concluídas as acções de limpeza de 953 pontos negros de salubridade e recolheu-se um total de 1 345,7 toneladas de lixo.

Foram disponibilizados espaços de lazer mais bonitos e agradáveis. O terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau concluiu, desde 2010 até ao presente, as acções de optimização do parque de diversões infantil instalado no Jardim Cidade das Flores, no Jardim da Praia de Hác-Sá e no Jardim de Iao Hon. Também se construiu uma ciclovia e foram criadas zonas de lazer junto da Estrada Dique Oeste e da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental, na Taipa. Procedeu-se à formação de um espaço contíguo através da ligação da via pedonal à via pública em frente do Largo de Camões. Por outro lado, construiu-se um dique em cimento armado para efeitos de protecção na Praia de Hác-Sá, e efectuou-se a optimização ambiental na base desse dique, criando assim as condições para a construção de um miradouro e passeio para peões, bem como a constituição de um ambiente de lazer com uma vista deslumbrante ao longo da marginal. Em simultâneo, foram optimizadas e enriquecidas as instalações e o ambiente no Parque de Seac Pai Van, nomeadamente através da construção do Pavilhão do Panda Gigante, da zona do *habitat* de flamingos, da zona de avestruzes, do pavilhão dos macacos e do pavilhão do panda pequeno, o que permitiu criar um ambiente mais aprazível e aperfeiçoado para os visitantes.

Também foi alargado o fornecimento de equipamentos para a deposição de cinzas e ossadas em Macau. Construiu-se em 2012 um edifício crematório que se destina à redução de ossadas a cinzas. Assim, a diminuição do uso de ossários de dimensões comparativamente maiores vai permitir no futuro a modificação das urnas com ossários para um maior número de urnas de depósitos de cinzas. Para além disso, em 2013, tirou-se proveito do espaço reservado no Cemitério de Mong-Há para a construção de um novo edifício de serviços de apoio, tendo-se procedido à transformação do seu antigo edifício num edifício para a deposição de ossadas e cinzas, visando deste modo alargar o fornecimento desses equipamentos.

## **XII. Alargamento progressivo da utilização dos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau e do Bilhete de Identidade de Residente do tipo “cartão inteligente” e aperfeiçoamento contínuo das suas funções**

Com o apoio sólido do Governo Popular Central e a colaboração activa do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau, foram desenvolvidos grandes esforços para procurar que os governos dos diferentes países do mundo concedam a facilidade de isenção de visto aos portadores do passaporte

emitido pela Região Administrativa Especial de Macau. Até finais de Setembro de 2014, um total de 112 países e regiões concordaram em conceder a facilidade de isenção de visto ou concessão de visto à chegada ao passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, entre os quais 77 países e 18 regiões concederam a isenção de visto e outros 17 a concessão do visto à chegada. Em simultâneo, existe um total de 10 países e regiões que concordaram em conceder a facilidade de isenção de visto ou concessão de visto à chegada ao título de viagem da Região Administrativa Especial de Macau.

No dia 1 de Setembro de 2009, a Direcção dos Serviços de Identificação procedeu à emissão do primeiro documento de viagem electrónico da Região Administrativa Especial de Macau, o qual dispõe de medidas mais seguras e eficazes que impedem a sua falsificação, para facilitar a vida dos cidadãos nas suas deslocações ao estrangeiro.

Em estreita comunicação com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau, a Direcção dos Serviços de Identificação tem efectuado da melhor forma as acções relativas à protecção consular e aos serviços consulares. De referir que se proporcionou o envio de mensagens curtas SMS com informações de contacto relativas às embaixadas e aos consulados no exterior, verificando-se actualmente mais de 100 países com acesso à cobertura desse serviço.

As facilidades de entrada e saída de Hong Kong e Macau foram implementadas no dia 10 de Dezembro de 2010, o que permitiu uma maior facilidade na passagem das fronteiras para os residentes.

A Direcção dos Serviços de Identificação concluiu em 2012 as obras para o *upgrading* do sistema de produção do bilhete de identidade, tendo-se iniciado, no dia 31 de Outubro de 2013, a emissão do Bilhete de Identidade de Residente com *chip* sem contacto.

### Conclusão

Tanto a reforma da Administração Pública como a reforma do ordenamento jurídico constituem um processo contínuo de busca de soluções possíveis e de aperfeiçoamento. A Secretaria para a Administração e Justiça tem procurado retirar ensinamentos das experiências das acções desenvolvidas no passado, lutando sem desfalecimento para vencer as dificuldades. Continuámos a aperfeiçoar as acções no âmbito da construção do sistema, consolidando as bases necessárias para o aprofundamento das reformas. No entanto, o desenvolvimento rápido de diferentes conjunturas sociais resultou em novos problemas e conflitos, aumentando as dificuldades em encontrar uma solução. Esta é a realidade objectiva que temos de enfrentar, constituindo também a força motriz que nos motiva a aperfeiçoar as nossas acções e a elevar a qualidade dos serviços prestados.

Nos últimos 5 anos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o corpo de funcionários públicos têm investido todas as suas energias para servir Macau, conquistando

o apoio sólido da Assembleia Legislativa e da população em geral. Acreditamos que, com base nos frutos do trabalho desenvolvido, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá continuar a assumir o desígnio ditado pela História e acolher de forma abrangente as opiniões dos cidadãos, guiado pelo espírito de inovação e caminhando lado a lado com toda a população de Macau rumo à construção de uma sociedade harmoniosa em que todos possamos usufruir em conjunto dos frutos do progresso.

# Área da Economia e Finanças

## Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano de 2014

No primeiro semestre de 2014, a economia de Macau manteve-se em crescimento estável, começando entretanto a declinar a partir de 3.º trimestre, indiciando o início da entrada da economia local numa fase de ajustamento e consolidação. As finanças públicas do território continuaram a manter-se em situação de *superavit*, com mercado financeiro em estado saudável e estável, a par do comportamento satisfatório registado no mercado de trabalho. No decurso deste ano, foram desencadeadas acções essencialmente focadas no seguinte:

**Manutenção do desenvolvimento estável da economia.** Foi dada continuidade à intensificação dos trabalhos de prestação de serviços para a captação de investimentos, prestando apoio na concretização dos projectos privados e promovendo a estabilidade do desenvolvimento dos sectores predominantes. Assim, no primeiro semestre do corrente ano, o Produto Interno Bruto (PIB) da RAEM registou um crescimento real de 10,2%. O número de novas sociedades constituídas, entre Janeiro e Junho p.p., aumentou cerca de 20,9% em relação ao período homólogo do ano transacto, atingindo 2.580 unidades, e as dissolvidas somaram 285 unidades, pelo que, deduzidas estas últimas, o aumento efectivo de sociedades no referido período foi de 2.295 unidades.

### Promoção da diversificação adequada da economia:

- 1) **Reforço de apoio ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições.** Foi lançado o “Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais”, tendo a Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições desencadeado debates e trabalhos de estudos no âmbito do “Plano de Desenvolvimento da Indústria de Convenções e Exposições de Macau” e do “Plano de Apoio à Formação de Talentos para a Indústria de Convenções e Exposições”. Implementou-se, com eficácia, o “Plano de Estimulo às Convenções e Exposições”, prestando apoio para a realização de eventos dessa natureza em Macau, a par do empenho na captação de feiras e na prestação de apoio na licitação das mesmas, através do “Serviço de Agência Única para a Licitação de Convenções e Exposições e o Respectivo Apoio”. Continuaram-se os esforços para a captação e realização de feiras de marca do exterior em Macau, tendo sido realizada, com êxito, neste território, a 5.º edição do “Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas”. Deu-se continuidade aos trabalhos de incubação e criação da indústria de convenções e exposições de marca de Macau, com a realização bem sucedida dos seguintes eventos: Feira Internacional de Macau (MIF), Fórum e Exposições Internacional de Cooperação Ambiental de Macau (MIECF), Exposição de Franquia de Macau (MFE), etc. Efectuou-se o estudo sobre o “Plano de Apoio à Formação de Talentos para o Sector de Convenções e Exposições”, dando apoio à realização da “Semana

Dinâmica de Macau” que, neste ano, teve lugar, em regime itinerante, nas cidades de Hangzhou, Chengdu e Shenyang.

- 2) **Fomento da reconversão e valorização industrial.** Proporcionou-se apoio à indústria do vestuário para a sua reconversão em direcção à produção de artigos de alto valor acrescentado, através da prestação de serviços de apoio técnico e de apoio em *design*, realização do “Festival do Vestuário de Macau” e prestação de assistência às actividades de *design* de vestuário local para efeitos de criação de marca própria. Envidaram-se esforços para aumentar a competitividade de produtos industriais, ajudando as empresas, através de utilização de formas e métodos de concepção (*designs*), produção, gestão técnica e logística adequadas, para a realização da resposta rápida, incentivando e promovendo as empresas para a elevação da qualidade e segurança dos seus produtos, empenhando-se ainda em prestar, de forma mais ampla, os “Serviços de Envio de Produtos ao Exterior para Testes e Análises”, aumentando os tipos de produtos industriais abrangidos pelo mesmo plano de serviços, fomentando a reconversão do modelo de gestão das empresas industriais, continuando a proporcionar acções de formação para que lhes seja prestado apoio na adopção de modelos de gestão modernos.
- 3) **Execução de acções de promoção em consonância com o desenvolvimento da indústria de logística moderna.** Foi dada continuidade à participação nos trabalhos da Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, dando impulso à formulação de políticas, estratégias e medidas para promover o seu desenvolvimento, proporcionando às empresas de logística, informações sobre padrões de procedimentos a nível regional e internacional, organizando cursos de formação avançados sobre gestão e operação logística.
- 4) **Execução de acções de promoção em consonância com o desenvolvimento da indústria cultural e criativa.** Prosseguiu-se a instalação do Pavilhão Temático da Indústria Cultural e Criativa na “Feira Internacional de Macau (MIF)” e a organização de actividades temáticas sobre a mesma matéria. Através do “Macao Ideas – Centro de Exposição de Produtos de Macau”, tem vindo a ser intensificadas as sessões de bolsas de contacto, apoiando o sector cultural e criativo local na sua industrialização e na conquista de mercados. Foram ainda proporcionados aos empresários e profissionais da indústria cultural e criativa, cursos de formação e conselhos sobre criação de negócios, marcas, comercialização, financiamento e operação. Foi utilizada, da melhor forma, a Galeria de Moda de Macau do Instituto Cultural da RAEM, para divulgação de obras criativas locais e realização de *workshops*, com destaque para actividades e cursos na área cultural e criativa, designadamente em matérias de banda desenhada e animação, produção cinematográfica e televisiva e artes dramáticas.
- 5) **Promoção do desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa.** Empenhou-se na promoção da construção do Parque Científico e Industrial de

Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau. Para além de se ter desencadeado, de forma constante, as obras de infra-estruturas do Parque, foram elaborados o projecto e o plano de distribuição funcional do edifício principal, dando continuidade à realização de acções de promoção comercial que visam captar projectos de investimento para o Parque. Até finais de Agosto p.p., a “Guangdong-Macau Traditional Chinese Technology Industrial Park Development Co., Ltd.” recebeu um total de 58 intenções de investimento no valor global estimado de 25 mil milhões de Renminbi.

- 6) **Fomento da expansão da indústria de serviços, designadamente comércio a retalho, turismo e restauração.** Foi dado apoio à indústria de serviços na implementação do sistema de controlo de qualidade e na valorização profissional dos seus profissionais, realizando cursos de formação abertos ao sector do comércio a retalho em geral ou a pedido das empresas, e compilando o guia de gestão de lojas para prestar ajuda às empresas de serviços na criação de modelos de gestão sistematizados e adequados às suas necessidades. Além disso, continuaram-se os esforços para a promoção da valorização eficaz do Fundo do Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC) como forma do impulsionamento do desenvolvimento diversificado e adequado da economia, captando projectos favoráveis à diversificação adequada da economia, mediante o Serviço aos Investidores prestado, bem como aproveitando a indústria do jogo para fomentar o desenvolvimento de outros sectores conexos.

**Reforço do apoio às pequenas e médias empresas (PMEs).** Deu-se prosseguimento à implementação dos diversos planos de apoio e de garantia de créditos a favor das PMEs, bem como da “Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial e do “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores”, entre outras medidas. Em relação ao Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, o montante máximo de crédito garantido pelo Governo foi aumentado de 500 milhões de patacas para 900 milhões de patacas, por forma a satisfazer as necessidades das PMEs na obtenção de financiamento. Lançou-se o “Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de Pequenas e Médias Empresas” que visa estimular as PMEs na criação dos seus sítios electrónicos para divulgarem os seus negócios. Continuou-se a aproveitar o Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC) para ajudar as PMEs no desenvolvimento das suas actividades, procedendo aceleradamente ao tratamento dos pedidos de importação de trabalhadores não residentes (TNRs) por elas apresentados, a fim de atenuar as suas dificuldades em matéria de falta de mão-de-obra. Foi impulsionada a modernização da gestão empresarial, facultando às empresas cursos de formação, no sentido de fomentar a reforma e reconversão empresarial, prestando apoio às empresas na implementação de gestão sistematizada e na obtenção de certificação internacional, exortando as empresas e entidades a encorajarem os seus trabalhadores a obterem, via exame, a certificação de qualificação. Deu-se continuidade à organização de actividades temáticas do regime de franquias e cadeia de lojas, prestando apoio às PMEs na

reconversão e inovação das suas actividades, proporcionando-lhes incentivos financeiros para participação em feiras, incluindo uma série de medidas de apoio e plano de benefícios, incentivando-as para participarem em conferências e feiras locais e externas. Foi diligenciado no sentido de apoiar as PME's no desenvolvimento e exploração de produtos e serviços de marca de Macau, ajudando-as a tirar proveito do "Macao Ideas" para divulgar e promover os seus produtos, tendo ainda sido organizadas missões empresariais para efectuar visitas de estudo quer ao Interior da China quer às regiões estrangeiras, a fim de apoiá-las a identificar novos mercados. A inauguração do centro de incubação do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau tem por objectivo atrair as PME's locais para a expansão de negócios no referido Parque, contribuindo assim a sua participação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin. Foram integrados os serviços e recursos do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviço às PME's (SMEC) para otimizar os serviços prestados às PME's, continuando a providenciar-lhes serviços em matérias de bolsas de contacto, actividades *offshore*, fixação de residência temporária através de investimentos, apoio ao comércio electrónico e formação.

**Elevação das qualificações dos recursos humanos.** Prosseguiu-se a realização de cursos de formação profissional diversificados para os diversos sectores. Desde Janeiro a Agosto do corrente ano, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) organizou um total de 226 cursos de formação, que contaram com a participação de cerca de 4.700 formandos (pessoas físicas). O Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM), por seu turno, organizou, de Janeiro a Julho do corrente ano, um total de 554 cursos, que contaram com a participação de 10.307 formandos (pessoas físicas). Empenhou-se na implementação contínua das "Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional", no reforço da formação profissional destinada às classes mais carenciadas, no desenvolvimento contínuo dos cursos para a certificação de qualificação profissional, apoiando os residentes na obtenção de certificação nacional ou internacional. Deu-se continuidade à organização de competições de habilidades vocacionais de jovens e dos cursos em regime de aprendizagem, a fim de elevar a empregabilidade dos mesmos, dando prosseguimento à realização do "Plano de Formação de Apoio ao Emprego destinado a Indivíduos de Meia-idade". Promoveu-se, de forma contínua, o aprofundamento da cooperação com Guangdong na área de testes de técnicas, desde o modelo "1 teste e 2 certificados" até ao de "1 teste e vários certificados", fomentando a integração de mais tipos de trabalhos no âmbito desses testes. Foi ainda criado o regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil.

### **Aprofundamento da cooperação económica regional:**

- 1) **Promoção da implementação dos conteúdos do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA) e seus suplementos.** Deu-se apoio ao sector empresarial no aproveitamento das medidas preferenciais estabelecidas no CEPA, fomentando o estabelecimento de um

relacionamento ainda mais estreito com o Interior da China no domínio económico e comercial.

- 2) **Implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau.** Desenvolveram-se acções em coordenação com a promoção da liberalização do comércio de serviços entre Guangdong e Macau. Foi intensificada a cooperação bilateral no desenvolvimento da Ilha de Hengqin, tendo sido dado seguimento à implementação de 33 projectos anunciados em Abril p.p. e recomendados às entidades competentes de Hengqin. As autoridades de Macau e de Zhuhai juntaram esforços na realização conjunta, em Macau, da Sessão de Apresentação dos Resultados da Cooperação Zhuhai-Macau e de Esclarecimentos sobre as Políticas Preferenciais Vigentes na Nova Zona de Hengqin, e durante a qual foi realizada a cerimónia de assinatura de protocolos de cooperação em projectos para o Parque Industrial de Cooperação entre Guangdong-Macau. Estes dois territórios continuaram a juntar esforços para desenvolver acções promocionais no exterior para a captação de investimento, tendo sido realizadas, em conjunto, sessões de apresentação de cooperação económica e comercial em Portugal, na África do Sul e nos Emirados Árabes Unidos, prevendo-se, ainda, uma missão empresarial aos EUA, Canadá e México, com participação de organismos de Guangdong, Hong Kong e Macau, para apresentação do ambiente de investimento na Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas. No âmbito da promoção dinâmica da cooperação económica e comercial Guangzhou-Macau e Shenzhen-Macau, foi celebrado um protocolo de cooperação entre Macau e Zhongshan, no sentido de construir uma nova plataforma de cooperação na Nova Zona de Cuiheng. Também verificaram-se novos progressos em relação aos projectos de cooperação com o Município de Zhongshan e a Zona de Nansha do Município de Guangzhou, designadamente o desenvolvimento de viagens individuais em barcos de recreio. Houve ainda novos projectos de cooperação entre Macau e Jiangmen, estando a ser abordada a participação de Macau na construção da Grande Zona Económica Costeira de Guanghai, Jiangmen. Continuou a esforçar-se pela promoção da cooperação Guangdong-Macau nas áreas de convenções e exposições, propriedade intelectual, critérios e financeira, tendo as duas partes alcançado consenso quanto ao âmbito de cobertura de seguros dos veículos automóveis com chapas de matrícula de Macau em circulação na Ilha de Hengqin, cujo plano já foi autorizado pela *“China Insurance Regulatory Commission”*.
- 3) **Valorização plena do papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.** Desencadearam-se acções em articulação com o funcionamento do “Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, a fim de fomentar a cooperação entre empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa. Empenhou-se na implementação dos

trabalhos para a concretização do papel de “Uma Plataforma e Três Centros”, desempenhado por Macau (“Plataforma de Partilha de Informação Interactiva de Cooperação e Intercâmbio de Pessoal Qualificado Bilingue Luso-Chinês e de Empresas”, “Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas Lusófonas e Chinesas”, “Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa” e “Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa”), estando prevista a finalização da implementação do sítio electrónico alusivo à plataforma supracitada e realização dos respectivos testes no 1.º trimestre do ano de 2015. Foi determinado que o Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa iria ser instalado no edifício da antiga sede do Gabinete de Comunicação Social, sito na Rua de S. Domingos, estando, actualmente, em curso as obras de remodelação e decoração do edifício. Quanto ao “Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa”, o seu primeiro projecto prioritário incidiu sobre o desenvolvimento de trabalhos para o enriquecimento do conteúdo dos produtos alimentares dos países lusófonos exibidos na 19.ª edição da MIF deste ano. Organizaram-se continuamente delegações empresariais para visitas e participação em exposições realizadas nos Países de Língua Portuguesa, tais como Portugal, Brasil, Moçambique e Angola, dando apoio no endereçamento de convites aos empresários dos Países de Língua Portuguesa para participação em convenções e exposições de grande envergadura realizadas no Interior da China, de modo a fomentar a cooperação empresarial sino-lusófona.

- 4) **Continuidade da intensificação das ligações económica e comercial com a Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas.** Foram organizadas delegações empresariais para a participação nas actividades económicas e comerciais realizadas nas províncias e regiões do Grande-Delta, prestando serviços efectivos às empresas da Região do Grande-Delta, propondo-lhes utilizar Macau como uma plataforma para a conquista de mercados ultramarinos, nomeadamente os Países de Língua Portuguesa e a União Europeia. Continuou a empenhar-se na construção da plataforma de cooperação entre o Grande-Delta do Rio das Pérolas e a comunidade industrial internacional, na área de protecção ambiental.
- 5) **Aprofundamento do intercâmbio e cooperação económica e comercial Fujian-Macau, Pequim-Macau, Macau-Taiwan, e com outras províncias e municípios do Interior da China.**

**Optimização da monitorização do sector do jogo.** Deu-se continuidade aos trabalhos de ajustamento e controlo da dimensão do desenvolvimento do sector do jogo, pondo-se em execução a política de ajustamento que visa controlar o número de mesas de jogo. Continuou a intensificar-se a fiscalização sobre os casinos, supervisionando o cumprimento das normas legais sobre o limite máximo das comissões pagas aos promotores de jogo,

procedendo-se à inspecção rigorosa da situação financeira das operadoras de jogo e intensificando a auditoria aos registos contabilísticos respectivos. Foi ainda reforçada a fiscalização exercida sobre os promotores de jogo, continuando a proceder-se ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da base de dados dos promotores e colaboradores de jogo. Envidaram-se também esforços para aperfeiçoar, de forma contínua, a gestão das máquinas de jogo, pondo-se em prática uma fiscalização electrónica, remota e sincronizada de todos os dados sobre as apostas nessas máquinas. Empenhou-se na promoção do Jogo Responsável, continuando a diligenciar para que sejam removidas as salas de máquinas de jogo ou centros de apostas localizadas em zonas residenciais pelas operadoras de jogo respectivas, procedendo ao melhoramento das formalidades e procedimentos dos pedidos no âmbito da aplicação das medidas de “Auto-exclusão” e de “Exclusão a Pedido de Terceiros”.

**Manutenção da ordem e estabilidade do sector financeiro.** Foi reforçada a supervisão do sector bancário. Na sequência da implementação do Regime de Garantia de Depósitos, iniciaram-se estudos sobre o “Sistema de Cálculo e Concessão dos Reembolsos”, dando prosseguimento ao estudo sobre a protecção dos consumidores de produtos financeiros. Na intensificação da supervisão ao sector segurador, planeia-se a finalização, durante o corrente ano, do relatório do estudo sobre a implementação do plano de desenvolvimento profissional contínuo e obrigatório do agente mediador de seguros. Foi dada continuidade ao desencadeamento das acções destinadas ao combate às actividades relacionadas com o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo, implementando as diversas medidas de combate a essas actividades. Procedeu-se igualmente ao acompanhamento do processo de implementação das 40 Recomendações revistas da *Financial Action Task Force* (FATF), preparando a próxima avaliação de Macau a ser levada a cabo pelo Grupo Ásia Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG). Foi ainda o anfitrião da 17ª Reunião Anual do APG que decorreu em Macau com elevado sucesso, tendo sido realizada, em colaboração com a China Continental e Hong Kong, a “Conferência de Trabalho acerca do Combate ao Branqueamento de Capitais”, continuando a intensificação dos mecanismos de cooperação com entidades de informação financeira de diversos países.

**Aperfeiçoamento do sistema de administração financeira e fiscal.** Deu-se continuidade ao aperfeiçoamento do “Regime de Administração Financeira Pública”, prevendo ser concluídos, durante este ano e de forma preliminar, os trabalhos da elaboração da proposta de lei sobre a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental. No âmbito do reforço da administração da reserva financeira, tendo em conta a garantia de segurança e liquidez dos fundos da Reserva Financeira da RAEM, procedeu-se gradualmente à optimização do peso da alocação de activos das actuais carteiras de investimento, por forma a promover o aumento de retornos a curto e longo prazo na reserva financeira. Intensificaram-se continuamente os trabalhos de troca de informações fiscais, tendo sido assinados, sucessivamente, acordos dessa natureza com o Japão, o Reino Unido, Guernsey e a Argentina.

**Promoção do emprego dos residentes, mantendo-se em baixo nível a taxa de desemprego.** Neste sentido, as acções desenvolvidas consistem em: continuação da optimização do serviço de colocação profissional, elevando a sua eficácia; reforço da comunicação entre as partes laboral e patronal e promoção da concertação entre a oferta e a procura de recursos humanos; intensificação dos serviços de aconselhamento profissional prestados aos jovens, prestando apoio na integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade; continuação do encorajamento aos empregadores na contratação de indivíduos com deficiência; promoção da ascensão profissional dos trabalhadores residentes (TRs), nomeadamente dos de base; apreciação rigorosa dos pedidos de importação de TNRs, nos termos da lei, procedendo atempadamente ao ajustamento do número de TNRs, de acordo com a situação de oferta e procura de mão-de-obra no mercado de trabalho, assegurando, assim, os direitos e interesses do emprego dos TRs; fiscalização da situação quanto à utilização dos trabalhadores nas empresas, no sentido de combater efectivamente o trabalho ilegal. A taxa de desemprego situou-se na ordem de 1,7% entre Junho e Agosto do corrente ano.

**Implementação de medidas favoráveis à população e de atenuação das dificuldades dos residentes.** Foram implementadas, de forma contínua, as diversas medidas de reduções e isenções fiscais, subsídios e Plano de Participação Pecuniária definidas para o corrente ano, tendo sido lançados atempadamente cursos destinados à atenuação de dificuldades. Envidaram-se esforços no sentido de acompanhar os efeitos da inflação sobre as condições de vida da população, empenhando-se, por um lado, na exploração de canais de abastecimento de produtos alimentares, a fim de assegurar a quantidade de armazenamento, oferta e estabilidade dos preços de mercado dos artigos de primeira necessidade e, por outro, no reforço do controlo da segurança dos produtos, com destaque para a segurança alimentar, através da realização persistente das acções de inspecção e de vistorias periódicas. Foi ainda intensificada a monitorização do mercado, prestando grande atenção quanto às variações dos preços de produtos alimentares e de produtos combustíveis, elevando a transparência das informações sobre os preços.

**Defesa dos direitos e interesses dos consumidores.** Procedeu-se à optimização dos serviços referentes à protecção dos direitos e interesses dos consumidores e elevação da eficiência no tratamento dos casos de reclamação apresentados. Foram aprofundados os trabalhos de investigação dos preços de produtos postos à venda no mercado local, aumentando o número de tipos de produtos para a recolha de preços, elevando a frequência de divulgação de informações e optimizando a plataforma para a disseminação de informação sobre preços. Empenhou-se no aumento da eficiência administrativa e da taxa de utilização do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo, bem como no aperfeiçoamento do sistema de supervisão e avaliação das “Lojas Certificadas”.

**Intensificação do trabalho estatístico.** Foram publicados os resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2012/2013, tendo sido procedida a actualização dos indicadores que reflectem a distribuição dos rendimentos dos agregados familiares.

## **Retrospectiva das acções governativas desenvolvidas ao longo dos últimos cinco anos (2012-2014)**

### **Prestação de apoio ao desenvolvimento das PME:**

- 1) **Implementação e aperfeiçoamento dos diversos planos de apoio e de garantia de créditos destinados a PME e lançamento de novos planos de apoio.** No sentido de aumentar o apoio financeiro prestado a essas empresas, foi desencadeado o seguinte: no âmbito do “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, o montante máximo concedido com isenção de juro foi aumentado de 500 mil patacas para 600 mil patacas, enquanto o montante máximo da garantia de crédito prestada pelo Governo da RAEM, no âmbito do “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” elevou-se de 200 milhões de patacas para 500 milhões de patacas, passando, de seguida, para 900 milhões de patacas. Entre 2010 e o 2.º trimestre de 2014, foram aprovados 2.751 pedidos de candidatura ao “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, envolvendo um montante de 930 milhões de patacas e, nos 302 pedidos aprovados no âmbito do “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, o montante de empréstimos aprovados rondou-se nos 810 milhões de patacas enquanto o montante de garantia de crédito concedido cifrou-se em 570 milhões de patacas. Quanto ao “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores” lançado em 2013, até 7 de Setembro de 2014, foram recebidos 442 pedidos e aprovados 285, envolvendo um montante de 66,44 milhões de patacas. E durante o corrente ano, implementou-se também o “Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de Pequenas e Médias Empresas”.
- 2) **Criação do Centro de Exposição de Produtos de Macau (Macao Ideas), de modo a exibir e promover as marcas de Macau através de uma imagem nova e uniforme.** O Macao Ideas foi criado em Maio de 2011, tendo por objectivo incentivar as empresas de Macau para o desenvolvimento das próprias marcas de qualidade e elevação da imagem de marcas. Desde a data da sua entrada em funcionamento até Agosto de 2014, o Macao Ideas contou com a participação de 115 empresas expositoras e 1.121 produtos exibidos, tendo recebido um total de 65.599 visitantes e realizado um grande número de sessões de bolsas de contacto e negociações.
- 3) **Apoio às PME para a sua reconversão e valorização através do regime de franquias e cadeia de lojas.** Desde 2009, tem sido realizada anualmente a “Exposição de Franquia de Macau” (MFE), a qual, com 6 edições bem sucedidas, contribuiu para mais de 7.300 sessões de bolsas de contacto e negociações e celebração de 108 acordos, com número de participantes superior a 70.000, o que ajudou, com sucesso, algumas PME de Macau na reconversão das suas actividades, assim como na introdução de cadeia de lojas de marcas internacionais.

- 4) **Incentivo às PME's no desenvolvimento de mercados internacionais através da participação em conferências e feiras.** Entre 2009 e 10 de Setembro de 2014, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) proporcionou incentivo financeiro a um total de 361 feiras e exposições locais e externas, e a 2.097 empresas e instituições para participação em feiras e exposições. Ao longo dos anos, tem sido instalada a Exposição das PME's na Feira internacional de Macau (MIF), de modo a permitir às PME's locais explorar mercados nacionais e internacionais para os seus produtos.
- 5) **Apoio à realização da Semana Dinâmica de Macau com vista à promoção dos produtos e serviços de Macau.** A "Semana Dinâmica de Macau", uma grande feira comercial integrada, tem vindo a ser realizada em várias cidades do Interior da China desde 2009 e, até à edição "Semana Dinâmica de Macau – Shenyang, Liaoning" em 2014, as instituições e empresas participantes totalizaram 2.023, tendo-se registado, em termos acumulativos, mais de 1.280 mil entradas de visitantes, uma área de exposição global de 130 mil m<sup>2</sup>, sendo superior a 53,65 milhões de Renminbi o volume de negócios transaccionados *in loco*, para além da celebração de mais de 220 protocolos e cartas de intenção para cooperação em projectos.
- 6) **Aceleração do processo de apreciação dos pedidos de contratação de TNRs apresentados pelas PME's, procurando atenuar as suas dificuldades em termos de carência de recursos laborais.** Até finais de Julho do corrente ano, existiam 10.974 empresas/entidades com autorização para contratação de TNRs, um aumento de mais de 4.000 face às 6.765 registadas no final de 2010, das quais mais de 90% eram empresas de pequena e média dimensão.

### **Fomento do desenvolvimento da indústria de convenções e exposições:**

- 1) **Aperfeiçoamento da entidade responsável pelos assuntos de convenções e exposições.** Na sequência da criação da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições em 2010, a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) criou subunidades orgânicas específicas para reforçar os trabalhos visados ao fomento do desenvolvimento do sector em causa.
- 2) **Lançamento de planos para estimular as actividades de feiras e exposições.** O "Plano de Estímulo às Convenções e Exposições" que foi lançado no ano de 2010 tem por objectivo prestar assistência e apoio às entidades organizadoras e planeadoras de eventos de convenções exposições que pretendem ser realizados em Macau, tendo os tipos de projectos beneficiados sido alargados a partir de 2013. Até 7 de Setembro de 2014, foram recebidos 259 pedidos, dos quais 194 foram aprovados, envolvendo um montante global de 165 milhões de patacas. No que diz respeito ao "Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais" implementado em 2014, dos 15 pedidos recebidos, 4 foram aprovados, contabilizando um montante global de 14,36 milhões de patacas.

- 3) **Lançamento do Serviço de Agência Única para a Licitação de Convenções e Exposições e o Respectivo Apoio, intensificando as ligações com as instituições internacionais de convenções e exposições e promoção desta indústria de Macau no exterior.** Desde a implementação deste serviço em 2013 até Agosto de 2014, deu-se acompanhamento a 98 projectos de conferências e feiras, dos quais 20 já foram realizados em Macau e 15 confirmados a sua realização no território.
- 4) **Incubação da indústria de conferências e feiras de marca de Macau.** Foi privilegiada a realização da MIF, do MIECF, da “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau” e da MFE, promovendo, passo a passo, a sua visibilidade, adaptação ao mercado, profissionalismo, internacionalização e identidade da marca, tornando-as em eventos de marca de qualidade no contexto regional.
- 5) **Introdução e realização de convenções e exposições de renome em Macau.** A partir de 2012, o Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas, evento de grande dimensão e influência internacional, passou a estabelecer-se formalmente em Macau, tendo sido aí realizado durante 3 anos consecutivos. Graças aos esforços despendidos ao longo dos últimos cinco anos, em 2013, as convenções e exposições totalizaram 1.030, com mais de 2,03 milhões de participantes, representando uma subida anual de 26%. No mesmo período, as instalações para convenções e exposições foram optimizadas progressivamente, tendo a superfície global destinada às actividades de convenções e exposições em Macau atingido uma área superior a 160.000 m<sup>2</sup>. Além disso, mais de 30 hotéis dispõem de espaços próprios para a realização de eventos de convenções e exposições, devidamente equipados e prontos para a realização de um leque variado de actividades da mesma natureza.

### **Fortalecimento da fiscalização do sector de jogo:**

- 1) **Ajustamento e controlo da dimensão e ritmo do desenvolvimento do sector de jogos e promoção de um desenvolvimento adequado do mesmo sector.** A política de controlo do número de mesas de jogo começou a ser implementada pelo Governo da RAEM a partir de 2010, tendo sido estipulado 5.500 o limite máximo das mesmas entre 2010 e 2013, e uma taxa média anual de 3% em relação ao crescimento do número de mesas nos próximos 10 anos contados a partir de 2013. É de notar que o número de mesas de jogo está a aumentar a um ritmo praticamente correspondente ao previsto na respectiva política.
- 2) **Reforço da fiscalização dos promotores de jogo.** Em 2009, o Governo da RAEM implementou uma política de ajustamento e controlo sobre o limite máximo das comissões e outras remunerações pagas aos promotores de jogos de fortuna e azar nos casinos por partes das concessionárias e sub-concessionárias, estipulando expressamente ser de 1,25% esse limite, tendo também efectuado, conforme

o planeado, os trabalhos de auditoria sobre o cumprimento das normas dos respectivos diplomas legais. Além disso, em 2011, foi lançada a “Carta de Qualidade no âmbito do Licenciamento dos Promotores de Jogo”, tendo sido iniciados também os trabalhos da criação de uma base de dados alusiva aos promotores de jogo e seus colaboradores.

- 3) **Criação de critérios de inspeção e certificação para as máquinas de jogo.** Em 2012, foram emitidos, pela primeira vez, os “Critérios Técnicos para as Máquinas de Jogo em Macau” onde constam descrições sobre os requisitos mínimos das máquinas em termos técnicos que abrangem matérias como *soft-ware* e *hard-ware*, instalação de jogos, forma de pagamento de prémios, etc, por forma a assegurar a equidade e credibilidade das máquinas de jogo instaladas neste território. Posteriormente, em 2013, procederam-se alterações parciais ao documento atrás referido, nomeadamente a introdução de regras que visam prevenir o aparecimento de jogadores demasiadamente viciados nos jogos dessas máquinas.
- 4) **Promoção do Jogo Responsável.** Fomento do jogo responsável e tratamento dos assuntos quanto à remoção das salas de máquinas de jogo das zonas residenciais, através da elaboração do regulamento administrativo respectivo, tendo sido emitida, em 2012, uma instrução de jogo responsável destinada às seis operadoras de jogo existentes em Macau, registando-se, até finais de 2013, a suspensão de exploração ou mudança de 5 salas de máquinas de jogo. Em 2008, o número de centros de apostas que exploram actividades de apostas mútuas ou lotarias totalizou 19 unidades, das quais cerca de metade encontrava-se em zonas habitacionais. Mas, com os esforços envidados ao longo dos últimos anos, o número desses centros existentes em Macau reduziu-se actualmente para 11, descendo significativamente para 4 os que ainda se situam em zonas comunitárias. Paralelamente, com a publicação da lei que regula o condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos, foi elevada, de 18 para 21, a idade mínima de acesso aos casinos. E desde 1 de Novembro de 2012, data da entrada em vigor da supracitada lei, até Agosto de 2014, os indivíduos cuja entrada nos casinos foi impedida pelas diferentes operadoras de jogo por não terem completado 21 anos de idade, totalizaram 630 mil.

### **Aprofundamento da cooperação económica com o exterior:**

- 1) **Continuidade na promoção do estreitamento das relações com o Interior da China na área económica e comercial.** Entre 2010 e 2013, foram assinados, sucessivamente, os Suplementos VII a X ao Acordo CEPA. Em relação ao comércio de mercadorias, foi praticamente concretizada, entre os dois territórios, a sua liberalização a partir do ano 2006. Desde 2009 até Agosto de 2014, a DSE emitiu 2.575 “Certificados de Origem para efeitos de Isenção de Direitos Aduaneiros”. No que diz respeito ao comércio de serviços, o Interior da China concedeu um total de 383 medidas preferenciais a Macau, tendo a DSE emitido, entre 2009 e

Agosto de 2014, um total de 439 “Certificados de Prestador de Serviço de Macau”. No seu plano geral sobre a liberalização do comércio de serviços para com o exterior, o Interior da China decidiu aplicar, em prioridade, esta medida a Hong Kong e Macau, sendo a província de Guangdong escolhida como o local para a implementação pioneira das políticas traçadas, e tendo liberalizado a favor do território de Macau 26 áreas que abrangem, entre outras, serviços jurídicos, tratamento médico, actividade bancária, títulos financeiros. Quanto à facilitação do comércio e investimento, foram proporcionadas facilidades aos profissionais que pretendem participar em feiras realizadas em Macau, em matéria de obtenção de vistos, prestando, assim, apoio para a realização de feiras de grande envergadura no território. Desde 2010 até Maio de 2014, o número de visitantes entrados portadores de visto individual provenientes de 49 cidades do Interior da China atingiu 31,09 milhões de pessoas. E entre 2010 e 2013, 784 residentes de Macau conseguiram obter qualificação profissional, a nível nacional, nas áreas de medicina, advocacia, agenciamento de patente, entre outras. Além disso, desde a entrada em vigor do Acordo CEPA até finais de Junho de 2014, totalizaram 1.018 entidades comerciais e industriais de Macau registadas, em nome individual, no Interior da China, envolvendo um total de 2.580 trabalhadores ao seu serviço e um capital nominal global de 80,65 milhões de Renminbi.

- 2) **Cooperação Guangdong-Macau na construção do Parque Industrial de Cooperação.** Em conformidade com o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, celebrado em 2011, Guangdong e Macau deram início à construção conjunta do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin, com uma área de 5 km<sup>2</sup>, dos quais 0,5 km<sup>2</sup> destinada ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, enquanto os restantes 4,5 km<sup>2</sup> a zonas industriais de cultura e criatividade, de serviços integrados, etc. Para promover a construção do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau, o Governo da RAEM criou, em 2013, a Comissão de Apreciação dos Projectos de Macau no Âmbito do Desenvolvimento de Hengqin e, iniciou, a partir de Agosto desse ano, o respectivo processo de captação de investimento durante 3 meses seguintes, tendo sido publicada, no mês de Abril de 2014, a lista dos 33 projectos de investimento qualificados e recomendados às entidades competentes de Hengqin, estando actualmente os referidos projectos em fase da sua implementação. O Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa em Hengqin, no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, representa o primeiro projecto de parque industrial de cooperação bilateral. Assim, as entidades competentes de Guangdong e Macau formaram uma joint-venture responsável pelo investimento para promover a construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa e explorar as actividades respectivas. Desde a sua constituição até à presente data, a “*Guangdong-Macau Traditional Chinese Technology Industrial Park Development Co., Ltd.*” (adiante designada por Sociedade do Parque Industrial) já concluiu a

construção do seu escritório, adquirindo o direito de uso de terrenos através de concurso, procedendo ao primeiro aumento de capital social, promovendo alteração do âmbito de exploração de actividades, concluindo os respectivos planeamentos industrial e global de construção, finalizando obras de aterro e de construção do Pavilhão de Exposição e do Centro de Exposição. Foi ainda concluída a elaboração do seu regime administrativo e financeiro, e encontra-se em curso a execução dos trabalhos de *design* das obras de infra-estruturas e do edifício principal. Em Julho de 2014, foi também criado um Centro de Incubação no Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, proporcionando aos empresários locais interessados no mercado da China Continental e no referido Parque, serviços gratuitos, tais como disponibilização do endereço do Parque para efeitos de registo de empresas e de instalações de escritório no primeiro ano.

- 3) **Aprofundamento em pleno da cooperação Guangdong-Macau.** Entre 2009 e 2014, Guangdong e Macau realizaram juntamente em Macau, 6 edições da “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau” e 3 edições da “Feira de Produtos Famosos de Macau-Guangzhou”, na Cidade de Guangzhou, desde 2012 até 2014. No mês de Dezembro de 2013, foi realizada, em colaboração com a cidade de Foshan, a “Feira de Produtos Famosos de Macau-Foshan”, estando prevista, no próximo mês de Dezembro, a organização, em conjunto com a cidade de Jiangmen, a “Feira de Produtos Famosos de Macau-Jiangmen 2014”, entre outras actividades realizadas. Nos últimos 5 anos, os organismos de coordenação económica de Guangdong e Macau co-organizaram, sucessivamente, delegações empresariais de ambas as partes para a deslocação aos Países de Língua Portuguesa para a realização de actividades de promoção comercial, intercâmbio e visita de estudo, tendo também deslocado a 15 países e regiões distintos, designadamente Argentina, Espanha, EUA, Canadá, Nova Zelândia, Alemanha, Suíça, África do Sul e Emirados Árabes Unidos, para promoções comerciais e apresentações conjuntas.
- 4) **Valorização do papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.** Foram realizados, com sucesso, a 3ª e a 4ª Conferências Ministeriais do Fórum de Macau em 2010 e 2013, respectivamente. Colocando ênfase no apoio à introdução de empresas do Interior da China e de Macau nos mercados dos Países de Língua Portuguesa e na atracção de empresas desses países para o mercado da China, foi criado o “Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, em Junho de 2013, por iniciativa conjunta do Banco de Desenvolvimento da China e do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização de Macau (FDIC). Em Novembro de 2013, foi concretizado o “Projecto do Parque Agrícola – Wanbao (Moçambique)” que é o primeiro projecto a ser financiado pelo Fundo, com a assinatura da devida documentação oficial em Macau. Actualmente, já foi aprovado o financiamento do projecto proveniente de

Angola sobre a produção de suportes de fios eléctricos e tubos PE, estando a ser avaliados mais de 10 projectos apresentados por outros países lusófonos. Nos últimos 5 anos, foram organizadas, por diversas vezes, delegações empresariais locais e do Interior da China para efectuarem visitas e participarem nas feiras realizadas nos Países de Língua Portuguesa, dando apoio às empresas destes países na participação em actividades económicas e comerciais realizadas quer no Interior da China, quer em Hong-Kong e Macau. Empenhou-se ainda na participação em trabalhos visados à concretização da criação, em Macau, de “1 Plataforma e 3 Centros”. Além disso, desde a sua constituição em Macau no ano de 2011 até 2014, o Centro de Formação do Fórum de Macau proporcionou acções de formação dirigidas a um total de 629 quadros provenientes dos países lusófonos, do Interior da China e de Macau.

- 5) **Impulso ao intercâmbio e à cooperação económica e comercial com a Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e outras regiões do Interior da China.** Foram organizadas delegações empresariais de Macau para participarem em grandes eventos de intercâmbio económico e comercial realizados em diferentes províncias e municípios do Interior da China, prestando ainda apoio às províncias e municípios do Interior da China na vinda e realização das suas actividades de intercâmbio económico e comercial em Macau. Organizaram-se anualmente missões empresariais de Macau para a participação na Feira de Cooperação Económica e Comercial da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e na série de actividades inseridas no mesmo evento. Durante as últimas 5 edições da supracitada Feira realizadas, o IPIM procedeu à coordenação e acompanhamento de 25 protocolos de cooperação em projectos, no valor global superior a 3,5 mil milhões de patacas. Por outro lado, já foram instalados os Gabinetes de Ligação do IPIM nas cidades continentais de Hangzhou, Jieyang, Chengdu, Shenyang e Fuzhou.

### **Aperfeiçoamento do regime de administração financeira e fiscal:**

- 1) **Alterações às legislações financeira e fiscal.** Em 2009, procederam-se alterações ao “Regime de Administração Financeira Pública”, permitindo controlar, com maior eficácia, as despesas do Governo e fiscalizar o funcionamento financeiro dos serviços públicos, tendo sido introduzidos, também no mesmo ano, melhoramentos à Tabela Geral do Imposto do Selo, reduzindo as taxas do Imposto do Selo sobre a Transmissão de Bens Imóveis, passando este imposto a ser tributado de acordo com os escalões de valores, variando entre 1% e 3%, no sentido de diminuir os custos das transacções para a aquisição normal de habitação. Em 2011, foi alterado o Regulamento da Contribuição Predial Urbana, baixando as taxas aplicáveis aos prédios arrendados e não arrendados, de 16% e 10% para 10% e 6%, respectivamente, tendo por objectivo aliviar o encargo fiscal dos proprietários dos bens imóveis. E, seguidamente, no ano de 2012, aperfeiçoou-se o Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados, proporcionando uma redução de 50%

das taxas aplicadas no caso da aquisição de veículos motorizados novos e amigos do ambiente, com um limite máximo até 60.000 patacas. Medida esta que tem por objectivo incentivar a compra pelos consumidores de veículos amigos do ambiente.

- 2) **Criação da reserva financeira.** Em 2012, foi formalmente implementado o «Regime Jurídico da Reserva Financeira», e concluíram-se, no mesmo ano, a mobilização dos fundos da reserva financeira e a injeção de capitais na reserva cambial. Nesse mesmo ano, o valor total do saldo do Fundo de Reserva da RAEM e dos saldos orçamentais de anos económicos anteriores ascendeu a 153 mil milhões de patacas, das quais, 98,8 mil milhões de patacas foram transferidas para a criação da reserva básica, 58,26 milhões de patacas para a criação da reserva extraordinária, e, 54,2 mil milhões de patacas para a reserva cambial. Até Julho de 2014, as reservas básica e extraordinária cifraram-se em 116,4 mil milhões e em 126,8 mil milhões de patacas respectivamente. No caso de ser acrescentado o saldo do orçamento do ano financeiro de 2013, no valor de 96,2 mil milhões de patacas, a reserva extraordinária pode vir a ascender a 223 mil milhões de patacas.
- 3) **Celebração de convenção fiscal bilateral com diferentes jurisdições fiscais.** Até Outubro de 2014, foram assinados acordos fiscais entre a RAEM e 20 jurisdições fiscais, nomeadamente, 5 “Convenções para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento” e 15 “Acordos de Troca de Informações Fiscais”. A celebração dessas convenções e acordos tem por objectivo evitar a dupla tributação, salvaguardar os direitos e os interesses dos contribuintes, combater e prevenir a evasão fiscal transfronteiriça.

### **Aperfeiçoamento da supervisão financeira e combate às actividades de branqueamento de capitais:**

- 1) **Aperfeiçoamento do regime de supervisão financeira.** Tendo como referência os critérios de supervisão bancária internacionais, foram promulgadas a “Directiva relativa ao Fornecimento e Comercialização de Produtos Financeiros”, a “Directiva relativa à Concessão de Empréstimos Hipotecários para Aquisição de Habitação”, a “Directiva relativa à Publicação de Informações Financeiras”, entre outras, e revistas a “Directiva contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo para as Instituições Financeiras”, a “Directiva contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo sobre Transacções de Elevado Montante em Numerário” etc. Ao mesmo tempo, no que se refere ao “Acordo de Basileia” (Basel II/III), nomeadamente aos novos critérios e requisitos nele previstos, a sua aplicação em Macau tem-se efectuado por etapas, procedendo-se ainda a uma revisão global sobre o Regime Jurídico de Sistema Financeiro.
- 2) **Implementação do Regime de Garantia de Depósitos e criação do “Fundo de Garantia de Depósitos”.** Em conformidade com o Regime Jurídico de Garantia de Depósitos, é concedida, a partir de 7 de Outubro de 2012, uma garantia, com

o limite máximo de 500.000 patacas, a todos os depósitos em diferentes moedas detidos por cada depositante numa mesma entidade.

- 3) **Aperfeiçoamento das disposições legais do sector segurador.** Em 2011, foi revisto o Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel e, a partir de 1 de Janeiro desse ano, os limites das indemnizações por morte e por incapacidade permanente para trabalho, previstos no Regime de Reparação dos Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, foram aumentados para 1 milhão de patacas e 1,25 milhões de patacas, respectivamente. Paralelamente, implementaram-se diversas novas disposições legais e medidas relativamente aos produtos de seguros de vida, designadamente as de prorrogação, de 7 dias para 21 dias, a partir de Junho de 2013, do “prazo de reflexão nas apólices de seguro de vida”.
- 4) **Reforço das medidas de combate contra o branqueamento de capitais.** Implementação com eficácia de todas as medidas destinadas ao combate às actividades relacionadas com o branqueamento de capitais e o financiamento de terrorismo, reforçando os trabalhos de produção legislativa na área do combate ao branqueamento de capitais e intensificando a cooperação com organizações internacionais a esse respeito. Em 2009 o Gabinete de Informação Financeira (GIF) foi admitido como membro do Grupo de Egmont. E a convite da FATF, o GIF desempenhou igualmente um papel activo no Grupo de Revisão Regional Ásia-Pacífico do Grupo de Revisão da Cooperação Internacional da FATF desde 2010.

### **Manutenção do pleno emprego e promoção da ascensão profissional dos residentes:**

- 1) **Optimização do serviço de colocação profissional e elevação da sua eficácia.** Entre 2009 e Junho de 2014, procedeu-se, com sucesso, à colocação profissional de 5.336 candidatos a emprego, proporcionando seminários sobre emprego e prestando o serviço de planeamento profissional a favor de 5.385 jovens, apoiando a integração e reintegração laboral de 2.166 indivíduos de meia-idade com baixa escolaridade e, ainda, encorajando as entidades empregadoras na contratação de 172 indivíduos com deficiência. Foram ainda realizados cursos para atenuação de dificuldades, com a participação de 4.356 formandos.
- 2) **Implementação do plano de formação com estágio destinado à integração laboral.** A DSAL, em colaboração com a Federação da Associação de Operários de Macau, implementou o “Plano de Formação no Posto de Trabalho e de Contratação”, que teve início a partir de Julho de 2009 e terminou em Setembro de 2011, tendo proporcionado, durante aquele período, 6.847 ofertas de emprego. E desde Abril de 2009, co-organizou com diversas empresas o “Plano de Formação de Técnicos Estagiários”, com a duração de 1 ano, tendo os formandos direito de receber um subsídio mensal máximo até 9.000 patacas. Esse plano que foi realizado durante 6

edições consecutivas, contou com a participação de 26 empresas, e cerca de 95% dos 85 formandos que concluíram o curso foram contratados pelas respectivas empresas. Além disso, a DSAL implementou, entre 2009 e 2013, o “Plano de Estágio no Interior da China para Alunos Graduados em Instituições de Ensino Superior”, no total de 4 edições que contaram com a participação de 287 alunos.

- 3) **Empenho no impulsionamento da progressão profissional dos trabalhadores.** Para ajudar os residentes locais a obterem habilidades que lhes permitam subir aos degraus em direcção a uma ascensão profissional, o CPTTM tem vindo a proporcionar serviços de exames profissionais e abertos ao público, com atenção focada nas seguintes 4 categorias: tecnologias de informação; gestão comercial; linguagem e habilidades vocacionais. Desde 2009 até Maio de 2014, registou-se, acumulativamente, uma participação de 16.100 examinandos em diversos exames, cujo número não tem parado de aumentar anualmente, passando de 1.100 em 2009 para 4.300 em 2013. Até Maio de 2014, mais de 2.160 indivíduos participaram nos Exames Nacionais para a Qualificação Vocacional, um total de cerca de 20 modalidades, cuja taxa de aprovação atingiu, em média, a 80%, aproximadamente. Quanto a testes de técnicas do modelo “1 teste 2 certificados”, até Junho de 2014, 744 indivíduos passaram nos testes e foram atribuídos certificados de qualificação vocacional a nível nacional e de Macau. O pessoal empregado em Macau tem vindo a ascender gradualmente na sua profissão. Basicamente, as 6 operadoras do jogo já implementaram a localização do pessoal de gestão dos níveis médio e alto na secção das mesas de jogo. Até Maio de 2014, o pessoal de gestão dos níveis alto, médio e de base representava 66,6%, 83,0% e 85,3% respectivamente.
- 4) **Fixação do salário mínimo para os trabalhadores que exercem trabalhos de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades.** A proposta de lei sobre esta matéria já foi discutida e aprovada, na generalidade, no plenário da Assembleia Legislativa no dia 1 de Julho de 2014.
- 5) **Reforço da fiscalização da contratação de TNRs, assegurando o direito ao emprego dos TRs.** Foi implementada, em Abril de 2010, a “Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes”, tendo sido ainda adoptadas diligências no sentido de otimizar os procedimentos de apreciação dos pedidos de TRNs e sua fiscalização, segundo as seguintes três vertentes: (1) Apreciação e autorização, com prudência, dos diversos tipos de pedidos de contratação de TRNs, tendo sempre por base a salvaguarda dos interesses e direitos dos TRs em termos de acesso ao emprego; (2) Continuidade na fiscalização da situação de utilização dos trabalhadores pelas empresas, intensificando a monitorização das mesmas na contratação de TNRs e reforçando as acções de aplicação de penas relativas às infracções de contratação sem autorização; (3) Elevação da transparência do processo relativo à apreciação dos pedidos de importação de TNRs, divulgando, a partir de Maio de 2011, as informações sobre TNRs importados, sendo estes dados alvos de actualização periódica.

### **Reforço da formação profissional e elevação das qualificações dos recursos humanos:**

- 1) **Organização de cursos de formação profissional diversificados para diversos sectores.** Entre 2010 e Maio de 2014, foi organizado um total de 2.155 cursos de formação de diferentes tipos, que contaram com 57.471 formandos. De entre esses cursos, os realizados ao abrigo das “Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional” totalizaram 344 cursos, designadamente para electricista, técnico de refrigeração, mecânico de automóveis, aplicação de programas informáticos para decoração de interiores, recepcionista de convenções e exposições, arranjos florais, acepipes chineses (*Dim Sum*), entre outros, e que contaram com a participação de cerca de 7.200 formandos. Por outro lado, desde 2009 até Maio de 2014, o CPTTM realizou um total de 5.300 cursos de tipos diferentes, tendo formado mais de 107.400 indivíduos.
- 2) **Promoção da criação do regime de avaliação de técnicas profissionais e realização de exames para certificação profissional.** Em 2010, foi implementado, pela primeira vez em Macau, o teste de técnicas segundo o modelo “1 teste 2 certificados” para o nível elementar de “arranjos florais” entre Guangdong e Macau, tendo sido lançados, posterior e sucessivamente, os testes de técnicas segundo o modelo “1 teste 2 certificados” para o nível médio de “arranjos florais”, e também para os níveis elementar, médio e alto de “electricista de reparações”. No ano de 2011, a DSAL e o CPTTM celebraram o “Acordo de Cooperação sobre o Modelo 1 Teste 2 Certificados”, permitindo, desse modo, que os residentes de Macau com o certificado nacional de qualificação profissional obtido através do CPTTM, obtenham também o certificado de qualificações profissionais da DSAL. E, a partir de 2012, os tipos de trabalhos abrangidos pelo teste de modelo “1 teste 2 certificados” foram aumentados rapidamente. Em Agosto de 2014, um total de 761 pessoas (físicas) fizeram o teste segundo esse modelo, tendo obtido os certificados de qualificações profissionais nacional e de Macau.

**Concretização das medidas de partilha e melhoramento efectivo das condições de vida da população.** Ao longo dos últimos 5 anos, as medidas favoráveis à população que foram implementadas no âmbito económico e financeiro comportam o seguinte:

- 1) **Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico.** Foi atribuída a participação pecuniária a favor dos residentes permanentes e não permanentes de Macau, envolvendo uma verba global de 20,18 mil milhões de patacas, beneficiando anualmente uma média de 616.000 residentes. No âmbito do apoio pecuniário para o ano de 2011, foi concedido um valor total de 1,73 mil milhões de patacas, beneficiando um total de 608.000 residentes.
- 2) **Subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica de 2.ª fase a 7.ª fase.** Foram beneficiadas, em cada fase, uma média de 193.000 unidades habitacionais e o valor atribuído totalizou 1,96 mil milhões de patacas até Agosto de 2014.

- 3) **Subsídio complementar aos rendimentos do trabalho.** Aplicação da medida provisória do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho a favor dos trabalhadores por conta de outrem a tempo inteiro e com baixos rendimentos, tendo sido atribuído um valor global de 140 milhões de patacas desde 2010 até ao 2.º trimestre de 2014.
- 4) **Medidas de devolução da colecta fiscal.** Devolução de 60% do imposto profissional de 2012 pago pelos residentes locais que assumiram as suas obrigações fiscais, até um limite máximo de 12.000 patacas, no valor global de cerca de 386 milhões de patacas, beneficiando 100.000 contribuintes residentes.
- 5) **Redução e isenção fiscal.** Implementação de diversas medidas de redução/isenção relacionadas com a Contribuição Industrial, o Imposto de Turismo, o Imposto do Selo, o Imposto Complementar de Rendimentos, a Contribuição Predial Urbana, etc., que tinham como beneficiárias as empresas e os residentes locais, contribuindo assim para a redução das receitas fiscais arrecadadas durante os 5 anos transactos, no valor global de 7 mil milhões de patacas.

Para a implementação de todas as medidas supracitadas, as despesas efectivamente despendidas e as receitas que deixaram de ser arrecadadas nos últimos 5 anos totalizaram 31,4 mil milhões de patacas.

### **Elevação da eficiência na arbitragem e reforço da defesa dos direitos e interesses dos consumidores:**

- 1) **Elevação da eficiência na arbitragem.** O Conselho de Consumidores (CC) implementou em 2011 a carta de qualidade em relação aos serviços prestados pelo Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo: Encaminhamento ao Centro de Arbitragem para marcação da data de conciliação e arbitragem dentro de 14 dias úteis contados a partir da data de instrução do processo de pedido de arbitragem.
- 2) **Criação de plataformas para a divulgação de informação de preços e seu aperfeiçoamento.** Nos últimos cinco anos, o CC tem reforçado o desenvolvimento dos trabalhos de investigação sobre os preços de produtos postos à venda nos supermercados, alargando o âmbito da recolha de preços. Actualmente, recolhem-se mensalmente mais de 32 mil preços de cerca de 340 produtos postos à venda em quase 100 supermercados locais, enquanto em 2009 apenas se investigavam os preços de cerca de 220 produtos em 11 supermercados. Assim sendo, recolhem-se agora mais de 380 mil dados anuais. No que diz respeito à investigação específica de carácter regular, o número máximo de projectos simultaneamente levados a cabo foi de 17, durante os últimos cinco anos.
- 3) **Continuação na elaboração dos códigos de práticas para as “Lojas Certificadas” e sua revisão, criando um ambiente de consumo “confiável” e “seguro” em Macau.** Durante os últimos cinco anos, o CC elaborou códigos de práticas

respectivamente para 5 sectores comerciais e procedeu à revisão dos códigos de 3 sectores. Até à presente data foram implementados 16 códigos de práticas para as “Lojas Certificadas” de diversos sectores. Actualmente, 73% das 1.220 “Lojas Certificadas” existentes, ou seja, cerca de 900 “Lojas Certificadas” estão sujeitas ao código de práticas do sector de que fazem parte.

### **Aperfeiçoamento do sistema estatístico e optimização do serviço de consulta de informação:**

- 1) **Censos 2011.** Divulgaram-se os Resultados dos Censos 2011 em Abril de 2012 e procedeu-se ao lançamento do Sistema de Informação Geográfica (GIS) dos Censos 2011, bem como à elaboração das Projecções da População de Macau 2011-2036.
- 2) **Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 2012/2013.** Os resultados deste inquérito, realizado a cada cinco anos, providenciam ao Governo e aos diferentes sectores da sociedade, dados detalhados sobre receitas e despesas dos agregados familiares locais. A amostra do IOF 2012/2013 é constituída por mais de 6.500 unidades de alojamento, cujo processo de recolha de informação decorreu ao longo de um ano, tendo os respectivos resultados sido divulgados em Abril p.p.
- 3) **Introdução de novos projectos estatísticos.** Tem vindo a divulgar-se anualmente, desde 2011, o Rendimento Bruto Nacional, providenciando informação suplementar do PIB calculado segundo as diferentes ópticas (despesa, produção e rendimento). Foi elaborada a primeira Conta Satélite do Turismo, referente a 2010, cujo trabalho se tornou já um projecto de rotina, divulgado anualmente. Além disso, participou-se no Programa de Comparação Internacional (PCI) 2011, envolvendo cerca de 200 países ou economias do mundo. Este Programa tem por objectivo determinar a Paridade de Poder de Compra (PPC) de moedas distintas, no sentido de avaliar correctamente o desenvolvimento das diferentes economias. Macau está integrada na Região Ásia-Pacífico no âmbito do Programa supracitado, cujos resultados preliminares foram divulgados ao público na primeira quinzena de Abril do corrente ano, pelo Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB), e os seus resultados a nível mundial foram publicados em finais de Junho pelo Banco Mundial.

# Área da Segurança

Prosseguindo os objectivos de segurança pública desejáveis para a Região Administrativa Especial de Macau, envolvemo-nos num esforço conjunto de todos os escalões de responsabilidade, quer pessoal quer organizacional, visando contribuir para a paz e tranquilidade sociais e garantindo que, nos limites da lei, os cidadãos fruam das suas liberdades e direitos individuais e os seus bens resultem protegidos. Nesse sentido, alinhamos pelas políticas públicas definidas pelo Governo, implementando estratégias e medidas concretas, por forma a que, cada uma das corporações e serviços unissem sinergias atinentes à optimização da luta contra o crime, à melhor administração dos fluxos migratórios e de trânsito transfronteiriço de bens e mercadorias, à melhoria da gestão prisional e reinserção dos reclusos nos valores e padrões comportamentais da nossa sociedade, à eficiência dos serviços de socorro e emergência, à melhoria dos comportamentos pessoais no tráfego rodoviário, bem como à melhoria da fluidez deste, em suma, à consolidação de uma boa ambiência de segurança pública interna.

### **Balanço da execução das linhas de acção do ano de 2014**

Em 2014 cumpre-se o 15.º aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, facto que assume significativo simbolismo político e, no que particularmente diz respeito à área de governação da segurança, é nosso dever espelhar os resultados das nossas opções de trabalho, todo ele voltado para o bem-estar dos residentes e vistantes e, bem assim, garantir que a cidade prossiga no caminho do desenvolvimento como local aprazível, de renome internacional onde o lazer seja confortado por um ambiente de segurança estável e tranquilo.

#### **1. Coordenação geral, o planeamento global, gestão optimizada**

Sublinhamos a importância dos Serviços de Polícia Unitários no desempenho das suas atribuições de direcção e comando operacional unificado relecto na optimização da interoperatividade entre a Polícia Judiciária e o Corpo de Polícia de Segurança Pública (adiante designada por Polícia de Segurança Pública ou simplesmente, CPSP), aspecto fundamental para um eficaz acompanhamento do surto de desenvolvimento que vimos vivenciando na RAEM. Convictos de que a disciplina é fundamental ao sucesso da coesão policial, prestamos muita atenção à administração da justiça disciplinar, tanto na vertente da censura dos comportamentos desadequados, como na retribuição premial dos que se distinguiram pela especial dedicação. Neste sentido, interagimos de perto com as recomendações que ao longo do ano foram sendo apresentadas pela Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança, particularmente daquelas que resultaram da análise de uma casuística específica, seguros de que essas sugestões contribuem para a melhoria do serviço prestado e da imagem externa da instituição.

Por efeito dos encontros regulares das autoridades policiais de Macau com os órgãos de segurança pública da China Continental, bem como resultado da cooperação policial com Província de Guangdong e Xangai, fortaleceu-se a eficácia das operações conjuntas.

Além disso, alinhando pela crescente preocupação do comportamento anti-social global em todo o mundo, as autoridades de segurança de Macau também voltam a sua atenção para a luta anti-terrorista. Em face de crescente preocupação à escala global deste fenómeno anti-social, prestamos também muita atenção à troca de informações relativas ao terrorismo, avaliando a ameaça e reforçando as capacidades de protecção e resposta.

### **2. Garantir a segurança da cidade, manter a boa ordem pública**

A Polícia de Segurança Pública intensificou as suas estratégias táticas, reforçando o pessoal que, na linha da frente, previne e combate o furto, o roubo e o fogo posto, ciente de que estes comportamentos são muito prejudiciais ao bem-estar dos cidadãos. Igualmente intensificou o combate ao trabalho clandestino, desenvolvendo mais acções no sentido de conter o fenómeno.

Acompanhando o desenvolvimento de Macau, optimizou-se o conceito de patrulhamento, adaptando-o à nova densidade urbana, designadamente dotando-o de novas viaturas operacionais, assim aumentando a sua capacidade de intervenção em situações de emergência. Com esse objectivo e a fim de reforçar a capacidade de intervenção, constituiu-se um novo conceito de patrulhamento concretizado no "Grupo Especial de Partulha".

### **3. Melhoria das técnicas de investigação e implementação de meios de reforço das capacidades de combate ao crime**

A Polícia Judiciária, por efeito da melhoria das suas instalações físicas e de outros equipamentos viu beneficiada a implementação de importantes medidas de polícia, designadamente o reforço da intelligence policial, o que lhe permite um melhor acesso às novas tecnologias e proporciona uma melhor capacidade de intercâmbio global, tão necessário ele é para o fortalecimento das medidas de combate ao crime. No sentido de implementar uma metodologia policial que alicerça a investigação criminal na recolha de indícios, incrementamos o intercâmbio e a cooperação dos congéneres do exterior no sentido de desenvolver uma rede de intelligence que proporcione uma boa recolha de informações sobre a criminalidade que permita não só a eficácia do combate mas também a melhor adequação de medidas preventivas.

A acção da Polícia Judiciária desenvolveu-se com especial incidência no combate aos crimes de furto, roubo, fraude, tráfico e consumo de estupefacientes, bem como em outras vertentes do comportamento criminoso, como as casas de jogo clandestino. Para tanto melhorou as condições de trabalho do pessoal de investigação dotando-os de equipamento forense adequado e especial, por forma a que cada um retire o melhor das suas

capacidades e competências profissionais, particularmente quando está em causa o combate à criminalidade grave, ao crime informático ou com recurso a altas tecnologias. A rede de intelligence policial continua em expansão, dela resultando uma melhor e mais eficaz análise dos fenómenos criminosos.

#### **4. Facilitar o desembaraço aduaneiro, incrementar a proteção da propriedade intelectual e o combate ao contrabando**

Nos últimos anos temos concentrado esforços na facilitação do desembaraço aduaneiro, por via da promoção e desenvolvimento de sistemas electrónicos dedicados. Em 2014, foi lançado com sucesso um modelo de desmaterialização dos procedimentos que vinha sendo desenvolvido desde 2013, e visa essencialmente a importação de automóveis. Registamos, também, significativas melhorias nos procedimentos de declaração electrónica, notando-se uma maior simplificação e aceleração na liberação das mercadorias. Para prevenir as intrusões fraudulentas, optimizamos os nossos recursos informáticos, quer a nível do hardware quer a nível do software.

Vimos dedicando especial atenção à recuperação das infra-estruturas e incrementamos medidas tendentes a conceder uma maior segurança à navegação nas águas costeiras de Macau, combatendo a emigração ilegal, o roubo, o contrabando e outras actividades ilícitas capazes de comprometer a estabilidade e o cumprimento da lei. Paralelamente reforçamos as nossas capacidades de patrulhamento, de busca e de salvamento em meio aquático, renovando os meios por forma a otimizar o serviço prestado. Desenvolvemos uma apertada vigilância sobre o trânsito fogueiro de mercadorias, por forma a combater os delitos aduaneiros e a importação de produtos falsificados, os quais são destinados a vender a turistas com avultados lucros. Detectámos 14 casos de violação dos direitos de propriedade intelectual sobre marcas registadas, 19 pessoas sendo encaminhados para o Ministério Público.

#### **5. Criar uma base sólida para a investigação com base nas novas tecnologias, actualizando e inovando**

Por forma a melhorar e a dar maior eficácia à investigação criminal vimo-nos equipando com a mais moderna tecnologia informática de auxílio policial, bem como de software específico dedicado. Damos prioridade à rapidez dos sistemas e da respectiva gestão. Providenciámos também módulos de formação aos investigadores que os apetrecharam com as melhores técnicas de perícia criminal, pretendendo com isto a optimização das suas capacidades profissionais, particularmente no que respeita ao uso das novas tecnologias, tudo com vista a uma maior eficiência do processo de investigação.

As novas tecnologias são determinantes para fazer face à maior complexidade como hoje se praticam os crimes, tornando a sua descoberta mais dificultada. Nesse sentido providenciamos um acervo significativo de meios complementares tecnologicamente avançados, que permitam, também, uma melhor e mais eficaz interacção interdepartamental. Deste nosso esforço resultou, como exemplo, a possibilidade de termos finalmente

identificado o autor de um homicídio ocorrido há 11 anos, fruto de um enorme empenho e aplicação de técnicas de investigação avançadas, quer de lofoscopia, quer de pesquisa de DNA.

### **6. Segurança Rodoviária. Educação para uma condução cívica e fluidez de tráfego**

A Polícia de Segurança Pública tem procedido a um esforço de cooperação interdepartamental por forma a combinar os dados e informações obtidos e utilizá-los, bem como aos equipamentos, para melhor monitorizar os comportamentos abusivos, seja do excesso de velocidade, seja do excesso de alcoolemia, aspectos sobre os quais, em parceria com os Serviços de Justiça, vimos apostando na publicidade, com vista a reduzir a sinistralidade.

Fortalecemos, ainda, as acções de fiscalização sobre comportamentos impróprios para a condução automóvel, como seja a influenciada por adições ilícitas de estupefacientes e álcool, lançando mão de mais modernos equipamentos de teste. Procedemos a uma sistemática avaliação das condições do tráfego rodoviária, monitorizando o seu estado em real time. Intensificamos a fiscalização do estacionamento ilegal e abusivo, com particular expressão naquele que dificulta a fluidez do trânsito. Incrementamos o recurso aos meios tecnológicos para detectar as transgressões, incrementando a instalação de sistemas de detecção de estacionamento ilegal, quer na Península, quer nas Ilhas. Em articulação e comunhão de esforços com os departamentos respectivos, desenvolvemos acção conjunta para combater comportamentos abusivos e ilícitos dos taxistas, bem como o transporte privado e ilegal de passageiros, como também incrementamos a acção inspectiva sobre os condutores não habilitados, promovendo a redução do impacto negativo que têm para a normalização do trânsito rodoviário em Macau.

### **7. Recurso a novas tecnologias para facilitar os procedimentos dos serviços de migração.**

Temos assistido a um enorme incremento da emigração em Macau, o que determina um esforço redobrado e uma gestão muito optimizada dos recursos disponíveis. Sobre o Departamento de Migração recai a responsabilidade de gerir os movimentos fronteiriços, acompanhando essa tarefa de uma alargada panóplia de procedimentos de catalogação de dados dactiloscópicos e de dados estatísticos, só possíveis de levar a cabo com a ajuda de avançados modelos de software informático.

A fim de melhor lidar com o pico de multidões nas fronteiras, o Departamento de Migração procede a uma pré-avaliação, com vista ao planeamento das necessidades de equipamento e de pessoal da linha da frente e do atendimento público, de molde a manter a comunicação com as autoridades da China Continental, 24 horas sobre 24 horas, e melhor gerir os fluxos de pessoas.

Além do incremento da passagem automática, investimos fortemente em pessoal, software e hardware, com vista a corresponder à implementação do documento de

viagem electrónica por parte da China Continental, a par de uma sistemática coordenação de medidas afins, do que resulta uma clara melhoria da eficiência dos procedimentos de fronteira.

### **8. Combate ao fogo, salvamento e protecção civil**

Continua em curso a construção de um conjunto de grandes empreendimentos o que demanda do Corpo de Bombeiros um trabalho árduo de adaptação dos seus planos de combate ao fogo. Primeiramente, o novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Hengqin criou necessidades específicas que levaram à instalação de um posto operacional e à realização de simulacros de incêndio em ordem a testar e agilizar procedimentos em caso de ocorrência. Igualmente, o projecto da ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau demanda uma coordenação das capacidades de cada um dos locais de ligação, por forma a agilizar procedimentos e se conhecer o modo de intervenção de casa uma das partes, em caso de uma ocorrência. Também um conjunto de realizações em curso, como o Metro Ligeiro, nos requisita a adaptação dos planos de contingência, ao que vimos procedendo à medida que vão avançando os trabalhos de construção, para garantirmos eficiência numa eventual intervenção, tendo em vista a especialidade do transporte ferroviário. Prevenimos a dificuldade de acesso ao local do sinistro em caso de congestionamento de tráfego rodoviário, equipando-nos com motocicletas equipadas para acudir em primeiro grau a uma emergência, actuando como força avançada de reacção imediata, que se vem revelando de uma importância extrema. Instalamos equipamentos especiais de salvamento para ocorrer a eventuais ocorrências de incêndio nas novas zonas de habitação pública de Seak Pai Wan, onde também temos estacionado pessoal para qualquer eventualidade.

### **9. Melhoramento do programa de protecção civil**

O Gabinete Coordenador de Segurança, no ano de 2014 continuou a melhorar o programa de Protecção civil, realizando vários exercícios destinados a testar a operacionalidade dos diversos departamentos e a arquitectura da sua cooperação relativa, assim promovendo a melhoria da resposta em caso de catástrofes naturais ou acidentes em grande escala. Foram, no primeiro semestre do ano, realizados exercícios de sala (Posto de Comando) dirigidos à ocorrência de Tufão, simulando e testando a capacidade de resposta às emergências decorrentes destes fenómenos atmosféricos, visando a coordenação, em Macau e nas Ilhas, ao nível da eficácia do comando e controlo, da alocação de recursos, das comunicações e do processamento de dados.

### **10. Gestão prisional científica e promoção da reinserção social**

No último ano, o Estabelecimento Prisional de Macau prosseguiu o melhoramento do desempenho das suas atribuições, enquadrando-o num elevado grau de rigor e segurança. Assente no desenvolvimento das competências dos seus recursos humanos, a instituição incrementou o seu esforço de preparação do recluso para um futuro regresso à liberdade, facultando-lhe uma ampla gama de oportunidades de formação profissional e actividades

de grupo, visando o reforço da sua auto-estima e vontade de recuperação dos valores padrão da sociedade onde regressará após o cumprimento da pena.

Por outro lado, investimos na formação específica do pessoal da guarda prisional, dando-lhes competências adequadas ao cumprimento das suas funções.

Concluimos a ampliação e reforma da ala feminina, exactamente no início de 2014. Porém, mantemos em desenvolvimento um projecto de expansão das instalações que permitirão o aumento da capacidade de 184 para 315 reclusas.

### **11. Incremento da Formação com vista à pesquisa de talentos**

Estamos em sintonia com os demais departamentos e serviços da administração no que diz respeito ao prosseguimento de um programa de intensificação da formação de talentos por forma a corresponder às cada vez maiores exigências que se colocam à governação. Nesse sentido, desenvolvemos uma intensa actividade de optimização profissional dos recursos humanos e de pesquisa de talentos, que demonstram capacidades consideradas mais-valia para as nossas áreas de desempenho. Neste aspecto, não descuidamos o fomento do bilinguismo e as técnicas de comunicação, em especial do pessoal da linha da frente, por forma a facilitar a mediação com os cidadãos e assim optimizar o serviço público prestado.

Concluimos o XII Curso para formação dos oficiais de polícia e bombeiros” em março deste ano, no termo da qual se realizou a cerimónia de graduação, resultando que os 31 alunos foram incorporados na Polícia de Segurança Pública e Corpo de Bombeiros nas respectivas carreiras de oficiais. Em 26 de Maio, houve 189 elementos do XIX Curso de Formação de Instruendos que tomaram a posse. Entretanto, temos em marcha o início dos procedimentos com vista ao XXII, sendo que o respectivo aviso foi publicado em Setembro.

### **12. Promover o policiamento comunitário, ampliar a cooperação policial**

O policiamento comunitário é um conceito de policiamento ao qual dedicamos muita da nossa atenção porquanto a proximidade que ele inculca é fundamental para a detecção de comportamentos desviantes, tendencialmente criminosos. Este conceito de policiamento materializa-se na aproximação ao cidadão pelas mais diversas vias, desde a interacção pessoal ou mediação através das associações públicas ou privadas, passando pela utilização dos mass media. Este trabalho é fundamental para a prevenção do crime, fundamentalmente junto da população jovem, mais vulnerável ao aliciamento para actividades à margem da lei, pelo que, junto das organizações juvenis, levamos a efeito sessões de esclarecimento sobre a compreensão do regime jurídico de Macau, integrando-as em programas de educação cívica.

Demos e daremos sempre muita importância à comunicação social como meio essencial à passagem e divulgação da nossa mensagem de ordem pública, preocupando-nos em manter uma boa relação de cooperação. Paralelamente, reforçamos o intercâmbio com os congéneres vizinhos, muito particularmente no que tem a ver com a criminalidade violenta e

grave e com o terrorismo, montando operações conjuntas com vista à respectiva prevenção e repressão.

### **13. Melhorar as medidas, combater o tráfico de pessoas**

Em 2014, a Comissão de Acompanhamento de Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas de Macau prosseguiu uma consistente agenda de trabalhos de prevenção de crime de tráfico de seres humanos, bem como de protecção das suas vítimas, envolvendo-se nas políticas de combate a este tipo de criminalidade, para tanto estabelecendo parcerias, nas quais se incluem as parcerias com ONG's. A comissão é composta por cinco grupos de trabalho que realizaram reuniões regulares para discutir medidas mais eficazes para melhor execução do seu programa. O grupo de trabalho da prevenção visitou Hong Kong em Setembro e aí se reuniu com uma série de departamentos governamentais e organizações não-governamentais para discutir, entre outros assuntos, a questão da prevenção do trabalho escravo.

De Janeiro a Setembro de 2014, a polícia detectou quatro casos de tráfico de seres humanos, resgatou quatro das suas presuníveis.

## **Retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos a longo dos últimos cinco anos**

Nos últimos 5 anos, a área de governação da segurança pública interna assumiu com responsabilidade a tarefa de protecção das pessoas e seus bens, ciente de que é, também, do grau da sua eficiência que resultam bases de sustentação para a implementação das políticas públicas e para o desenvolvimento de que vimos falando e se pretende.

As autoridades de segurança tomaram em mãos o desafio e, orientando a sua acção para o bem-estar das pessoas, determinaram-se na implementação de programas e medidas dotadas de plasticidade adequada às novas dinâmicas sociais. Para essa finalidade fizemo-nos dotar de recursos humanos e materiais adequados. Adquirimos equipamentos modernos e edificamos instalações condizentes com as necessidades. Dedicamos a nossa atenção à formação contínua do pessoal, com vista a alcançar a melhor coesão possível e melhorar a eficácia e a perícia policial, porquanto, só assim podemos corresponder às exigências da inovação e do crescimento da Região Administrativa Especial de Macau. É este o resumo do nosso empenho nos últimos 5 anos, o que aqui deixamos:

### **1. O contributo da cooperação regional Guangdong, Hong Kong e Macau para a afirmação de Macau como um dos locais mais seguros**

A cooperação regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau foi fundamental para o combate ao crime transfronteiriço através de operação conjunta "Trovão", e de operação preventiva nas proximidades do Ano Novo Lunar.

Os SPU desenvolveram uma série de trabalhos no grupo de trabalho policial contra jogo ilícito de Guangdong, Hong Kong e Macau, sendo de resgatar êxito assinalável no combate ao jogo ilícito.

A polícia cumpriu com êxito a missão de segurança em grande envergadura. Este cenário de entrega total à missão repetiu-se ao longo dos últimos cinco anos sempre que altos dirigentes nacionais se deslocaram a Macau, colocando as autoridades policiais todo o seu empenho profissional na garantia de segurança absoluta dos dignitários visitantes. Em 2010 e 2013, decorreu em Macau, “a terceira e a quarta sessão do fórum de cooperação económica dos países de língua Portuguesa com a China”, que exigiu das autoridades de segurança uma coordenação interna e externa muito activa. As autoridades policiais de Macau desenvolveram um trabalho meritório, quer na protecção individual, quer no âmbito das mais diversas valências da segurança do evento e dos altos dignitários, incluindo de facilitação na área da migração.

### **2. Facilitação do desembarço alfandegário das mercadorias, acompanhando o dinamismo económico**

Nos últimos anos, com a implementação da assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau e a implementação do plano de desenvolvimento de Hengqin de Zhuhai, articulado com o plano de desenvolvimento global, e as medidas acordadas entre os Serviços de Alfândega do continente e das regiões vizinhas, foi implementado o “selo verde”, através do qual se alça a certificação mútua do resultado da inspecção bilateral entre as Alfândegas de Guangdong e de Macau, o que teve particular impacto na liquidação de impostos sobre as operações de comércio externo do álcool, medidas facilitadoras que se pretende estender a outros países uma vez que são extremamente eficazes e úteis para as operações aduaneiras, nas transacções comerciais com o exterior.

No combate ao contrabando terrestre, para providenciar a maior eficácia na inspecção de veículos de grande porte os Serviços de Alfândega introduziram nas fronteiras com Zhuhai duas máquinas de Raio X de grande porte, o que em muito evita o contrabando por via terrestre e torna as operações aduaneiras muito mais eficaz em impedir e combater o uso de veículos com duas marcas para transportar de forma oculta os produtos luxuosos para a China Continental. No âmbito de inspecção alfandegária, procedemos a operações de fiscalização baseadas na avaliação de risco e das informações. A nossa luta contra a fraude aduaneira desenvolveu-se nos vários cais de desembarque e igualmente em pontos de abastecimento ao público, não só de produtos alimentares como de outros de diversa natureza e finalidade. Regularmente combatemos as importações à margem da lei e bem assim a revenda em lojas negras ou clandestinas a fim de assegurar a segurança alimentar.

Nos últimos anos, unimo-nos ao Departamento de Fronteiras de Guangdong, para a navegação ilegal. Em cooperação com a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, limpamos os artefactos pesca ilegal o que contribui para a redução muito significativa

da navegação ilegal e sem o respectivo licenciamento, o que, paralelamente, contribuiu para reduzir e monitorizar a emigração ilegal.

### **3. Reestruturação policial e ajustamento às demandas da missão no combate ao crime**

Com a implementação da liberalização do sector do jogo e da política do visto singular para os cidadãos da China Continental, registou-se o rápido desenvolvimento da economia em Macau, resultou uma maior permeabilidade de Macau aos cidadãos das regiões e países vizinhos, advindo daí novas variáveis para o ambiente de segurança. Por seu turno, as práticas criminosas tendem a uma maior sofisticação tecnológica e a uma mais frequente transnacionalidade. A Polícia Judiciária vem adaptando as competências policiais às demandas das dinâmicas sociais e apurar a eficácia do trabalho, procedemos aos ajustamentos regulamentares necessários para melhorar a organização da estrutura através da aprovação do Regulamento Administrativo n.º 20/2010: a criação do Gabinete de Informações e Apoio foi decisiva na investigação da criminalidade organizada, grave e violenta, e no apoio a outras unidades de investigação, bem como para ajudar ao desenvolvimento de um plano estratégico de combate ao crime, com base em intelligence criminal. Com a adaptação estrutural às demandas introduzidas pela cada vez mais sofisticada prática criminosa, particularmente as que operamos nos departamentos de informática, ciências forenses e, bem assim, no departamento de crimes económicos; foi e continua a ser nosso propósito dar combate às actividades criminosas que usam as novas tecnologias de informação para expandir a sua actividade, designadamente, o cibercrime, realidade que cada vez mais assume gravidade e exige de nós mais esforço e qualificação profissional.

Levamos a efeito outras medidas de reestruturação nas quais incluímos a criação, em Janeiro de 2011, de um Grupo de reacção rápida para responder a qualquer situação de emergência; em 2012, criámos um Grupo especial para intervenção nos casinos, a fiscalização 24 sobre 24 horas, em estreita cooperação com a Direcção dos Serviços de Inspeção de Jogos. A partir de Julho de 2013, procedemos à mudança para o antigo edifício da Xinhua, mantendo alguns departamentos dispersos pela cidade, em função das necessidades decorrentes de uma melhor gestão dos recursos e de uma mais eficiente direcção funcional; 2014, foi um ano marcado pelo desenvolvimento das técnicas de investigação da criminalidade informática, por via do incremento da formação em computação forense, fortalecendo o poder de investigação e associando isto a campanhas de divulgação junto das escolas, centros comunitários e da população em geral sobre os perigos a que estão expostos em face do progressivo desenvolvimento das mais diversas formas de criminalidade informática.

### **4. Esforço conjunto na prevenção da criminalidade juvenil**

O CPSP através do seu programa de prevenção criminal junto das escolas, encetou um trabalho comunitário, muito para além da mera “advertência Policial”, Enviou um

representantes policial para contacto regular com os assistentes sociais escolares afim de as capacitar e dotar de competências afins das estratégias de combate à delinquência juvenil, mas também de captar sinais de devios comportamentais, úteis para a prevenção criminal. Na sequência da implementação do regime de medidas de advertência policial, vigente a partir de 2007, foi dada formação específica aos agentes policiais que executam a advertência, aplicável a pequenos delitos e que serve de aviso e alerta para as graves consequências dos actos praticados, promovendo a sua conciliação com os valores da integração social, aferida por padrões comportamentais. Designadamente, afastando-os de locais de risco, como os de entretenimento nocturno, em cujos ambientes cresce uma maior vulnerabilidade ao aliciamento.

A Polícia Judiciária criou em 2008 o grupo de acompanhamento de delinquência juvenil, que comunga dos mesmos objectivos, e direccionou um programa de prevenção da delinquência juvenil chamado, "Escola Segura via net" na qual participam 62 escolas primárias e 48 secundárias através do qual divulga informações muito úteis e procede a briefings regulares com vista a uma combate eficaz das tendências criminógenas nestas idades. Em Julho de 2013 lançou um novo programa, "Pioneiros anti-crime", que recrutou os alunos provenientes da Escola Segura via net. Os quais vão receber um ano de formação com vista a fomentar a consciência cívica nos mais jovens e dar-lhes competências e conhecimentos facilitadores da participação na luta contra o crime, bem como para divulgar esta mensagem de bons padrões de comportamento cívico. No Natal de 2013, foi organizado o concurso de conhecimentos sobre a prevenção criminal no seio de estudantes primários e secundários a fim de elevar a sua consciência da prevenção criminal.

### **5. Agilização de procedimentos e modernização de equipamentos para melhoria dos fluxos fronteiriços**

O CPSP vem desenvolvendo um esforço extraordinário no sentido de agilizar a passagem nas fronteiras, fazendo-o quer ao nível dos equipamentos, quer ao nível dos recursos humanos e dos procedimentos, tudo no sentido de assim beneficiar a população.

Foi criado um canal especial para crianças inferiores a 11 anos de idade, vocacionado para aqueles que frequentam escolas em Macau e, assim, não serem prejudicados com atrasos na chegada às aulas.

O acrescentamento de pórticos de passagem automática permitiu um mais rápido desembaraço dos passageiros.

Em 2011 entrou em funcionamento o Centro de Detenção para emigrantes Ilegais, localizado no edifício dos Serviços de Migração, com lotação para 188 indivíduos, com alas, masculinos e feminina.

Em 26 de Março de 2013, foi lançada a plataforma digital de informação dos postos fronteiriços a qual dá informação em real time e, por imagem, sobre o tráfego de pessoas e respectiva fluidez na passagem, sendo assim acessível a qualquer cidadão esse tipo de

informação através de um dispositivo móvel e decidir, por si, o momento de proceder à sua passagem.

### **6. Sucesso e amplitude territorial do serviço de incêndios e de socorro**

O Corpo de Bombeiros em 13 de Dezembro de 2007 outorgou com Serviços de Bombeiros de Segurança Pública da Província de Guangdong e do Departamento Provincial de Saúde da mesma Região o “Acordo de Cooperação Guangdong-Macau em matérias de combate ao incêndio e de socorro”, visando a melhoria bilateral das respectivas atribuições e a realização de exercícios conjuntos. Nos últimos cinco anos, tiveram lugar várias acções de cooperação que visaram o fomento e a melhoria da comunicação bilateral, do que se destaca o encontro realizado de 11 a 27 de Novembro de 2010, com vista a dar início aos preparativos para 16.º os Jogos Asiáticos, tendo sido abordados aspectos relacionados com a prevenção e combate ao fogo e, bem assim, com a temática do socorro. Além disso, o Corpo de Bombeiros continuou a manter a comunicação com os congéneres de Guangdong com vista aos planos de emergência e, a com eles, participar em reuniões, conferências, seminários e outras actividades que permitem criar sinergias e reforço da cooperação bilateral, a bem do melhor desempenho das atribuições de cada instituição.

O novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Hengqin trouxe novos desafios e, desde o seu início, o Corpo de Bombeiros acompanhou a sua construção levando a cabo todos os procedimentos legais e regulamentares. Igualmente acompanhamos a construção do Túnel subaquático e, a partir de 19 de Agosto último, temos instalado um dispositivo operacional no novo quartel do campus e procedemos já, em 20 de Agosto, a um exercício no Túnel subaquático. Por outro lado, procedemos a palestras e exercícios, de natureza preventiva, envolvendo procedimentos de prevenção, combate e evacuação, visando sensibilizar e dotar o pessoal de capacidade de reacção em caso de ocorrência de um incidente grave.

### **7. Generalizar a promoção da segurança no trânsito, impedir a condução ilegal**

O rápido crescimento de veículos automóveis em Macau, desproporcionado relativamente à sua rede viária, traz uma enorme pressão à gestão do tráfego rodoviário por parte da Polícia de Segurança Pública, a qual prossegue a estudar formas práticas de enfrentar os problemas que se colocam. Este esforço envolve uma maior dedicação do pessoal, não só para efeitos de ordenamento, como também para a fiscalização da condução em infracção às regras estradais, pretendendo-se, assim, reduzir a ocorrência de acidentes. Prosseguimos a instalação de equipamentos de detecção de excesso de velocidade e de estacionamento e paragem ilegal, em especial nas zonas sinalizadas como mais vulneráveis a estes tipos de infração e sinistralidade. Vimos desenvolvendo um novo programa de segurança rodoviária em parceria com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, em marcha desde 2013, e que decorrerá de uma forma permanente e contínua, no âmbito do qual procedemos à sensibilização dos utentes da via pública para as regras básicas da segurança rodoviária, o que fazemos por vários meios, como a distribuição de panfletos, exibição de videoclips e bem assim recorreremos aos meios de comunicação social

para massificação desta campanha. Por sua vez, a Polícia de Segurança Pública envolveu várias associações cívicas, escolas e outras organizações não-governamentais, a fim de, em conjunto com elas e com o empenhamento dos seus agentes policiais, promoverem acções de divulgação e conhecimento jurídico sobre temas da segurança rodoviária em Macau.

Densificando uma metodologia científica, a polícia de segurança pública, durante o ano de 2013, dotou o pessoal da linha da frente de equipamentos portáteis de emissão de autos de infracção rodoviária e bem assim de equipamentos com a capacidade de fotografia e georeferenciação das viaturas infractoras, e prontas a descarregar em tempo real os dados na plataforma dedicada do Departamento de Trânsito, assim ficando disponíveis para consulta dos cidadãos.

Em 2013, foram 4 adquiridos dispositivos de detecção rápida de presença de substâncias estupefacientes nos condutores, por análise da respectiva saliva, o que permite obter o resultado em apenas 10 minutos, bem como imprimir o respectivo documento de prova.

### **8. Aposta na formação com vista à renovação dos quadros com profissionais de excelência.**

Durante os últimos cinco anos, continuamos a reforçar a formação de pessoal, melhorar a sua qualidade e recrutando novos elementos para as forças e serviços de segurança. Constatamos que as habilitações e qualificações do pessoal policial vem melhorando significativamente. Assim, em 2000, contávamos com 39% de agentes habilitados com o ensino primário, percentagem que reduziu para 14% em 2009 e 7,1% em 2013. Por sua vez, a percentagem de licenciados tem vindo em crescendo, registando-se no ano de 2013, 31,96% de agentes titulares de diploma universitário, ao passo que em 2000 e 2009 a percentagem era, apenas, de 7% e 20% respectivamente, sendo que, actualmente, mais de 50% dos agentes têm frequência universitária.

A Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, tem investido na formação de profissionais diferenciados e de qualidade. Entre 2009-2013, decorreu o 8.º a 11.º Cursos de Formação de Oficiais para a polícia e para os bombeiros, tendo concluído foram a sua formação 30 oficiais de polícia e 20 engenheiros de segurança para o Corpo de Bombeiros.

No programa de qualificação para liderança, abrimos o “Terceiro Curso de Comando e Direcção” em 2011, do qual saíram habilitados 6 oficiais.

No âmbito da formação inicial concluímos os do IX ao XVIII Curso de Formação de Instruendos, tendo concluído a sua formação um total de 1.617 instruendos, dos quais 1.231 para a Polícia de Segurança Pública e 386 para o Corpo de Bombeiros.

Nas acções de recrutamento, treino e empenho em funções sempre procuramos melhorar a qualidade geral e a capacidade de identificação com os objectivos que prosseguimos, para tanto investindo na sua formação e na promoção da sua moral e bem estar. Nesse sentido proporcionamos oportunidades de progressão na carreira, convictos

de que com estas opções gestionárias gratificamos o esforço e conseguimos fortalecer a coesão interna e criamos condições atractivas para a juventude se juntar às forças e serviços de segurança.

### **9. Ciência e equipamentos tecnológicos ao serviço das forças e serviços de segurança**

Para responder à cada vez maior sofisticação do crime, particularmente aquele que recorre às mais altas tecnologias, tem vindo a incrementar-se o investimento em equipamentos avançados bem como apuradas as técnicas de polícia científica e de perícia forense, medidas acompanhadas de uma grande aposta na formação do pessoal, cientes de que apenas assim será possível exercer uma boa fiscalização e investigação criminal.

No CPSP, há mais de 100 viaturas equipadas com esta capacidade, distribuídos pelas diversas subunidades policiais.

A Polícia Judiciária continuou fortalecer as suas capacidades de investigação, desenvolvendo as suas valências tecnológica, destacando-se a aquisição em 2011 de uma viatura equipada com a mais alta tecnologia, compreendendo hardware e software, que permite a recolha de prova forense no local e cena do crime, o que acrescenta muita qualidade e eficácia ao trabalho de investigação criminal.

Demos, aliás, uma particular atenção à prevenção de comportamentos criminosos nos pontos de contacto com o exterior, e, nesse sentido, instalamos entre Agosto de 2011 e Novembro 2013, máquinas de raio X quer no Aeroporto Internacional, quer nos Terminais Marítimos.

Todos veículos operacionais da PSP foram equipados com o sistema de rastreamento GPS a fim de fazer a mobilização mais razoável e eficiente da força policial. Foi concluído o programa de telemóvel para os agentes policiais de patrulha. Além disso, foram desenvolvidas e disponibilizadas aplicações ( apps) através das quais se pode aceder a diversas informações policiais úteis, através dos smartphones, como sejam a densidade dos fluxos fronteiriços em tempo real, infracções de trânsito registadas, inquéritos e hotline, entre outras utilidades. No que à facilitação administrativa diz respeito foram eliminados formulários escritos, designadamente no que se refere à entrada e saída dos visitantes, substituindo-os por aplicações digitais.

O projecto de implantação do sistema de videovigilância em Macau é coordenado pelos SPU que se articulam com os procedimentos do Gabinete para o Desenvolvimento das Infra-estruturas, no sentido de abrir o concurso de aquisição quanto mais rápido possível.

### **10. Melhoria do ambiente prisional por via da optimização da gestão e do reforço das valências da reinserção social do recluso**

Providenciamos um constante melhoramento da gestão e das condições de segurança do Estabelecimento Prisional. Para o efeito temos vindo, ano após ano, a introduzir modelos

tecnológicos modernos e a adaptar a regulamentação orgânica às novas exigências, cada vez mais prementes.

O novo estabelecimento prisional está, desde Agosto de 2010 em construção, sendo que após a sua conclusão veremos a nossa capacidade aumentada para 2700 reclusos.

A fim de aliviar o dispositivo humano, especialmente nas escoltas e, igualmente reduzir os riscos que comportam as armas de fogo real, adquirimos e estamos a introduzir desde 2010, armamento com tecnologia Taser, com os quais os guardas prisionais podem controlar facilmente as tentativas de fuga, sem recurso a armas letais.

Para enfrentar a superlotação do pavilhão feminino procedemos à expansão, entre 2012 e 2013, das respectivas instalações tendo obtido um ganho de mais 100 camas, com isto aliviando a stress da população reclusa feminina e melhorando as suas condições de habitabilidade.

### **11. Sucesso no combate do tráfico de seres humanos**

A Comissão de Medidas de Dissuasão do Tráfico de Macau foi criada em 30 de agosto de 2007 pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 266/2007, ao que se seguiu, em Junho de 2008, a aprovação da legislação de combate ao tráfico de seres humanos. ao longo dos anos da sua vigência foram detectados 99 casos no âmbito dos quais foram salvas 139 vítimas e 10 criminosos foram condenados a penas que variam entre os 3 anos e os 13 anos e 3 meses de prisão.

A Comissão tem voltado a sua estratégia para a prevenção e o combate do crime de tráfico de pessoas, mas tem tido um papel importante, também, a colaboração com a investigação criminal, resultado de uma boa parceria com as ONG's. Para o bom desempenho de trabalho, a comissão criou cinco grupos de trabalho: grupo de protecção de vítimas, grupo de prevenção e sensibilização, grupo de investigação e acusação, grupo de prevenção de trabalho forçado e grupo de prevenção de tráfico de órgãos humanos.

Em 2010, foi assinado com a Mongólia um acordo de cooperação na luta contra o tráfico de seres humanos. Em 2014, decorreu uma reunião de trabalho com representantes da Mongólia, para reforçar a cooperação bilateral e o intercâmbio na luta contra o tráfico de seres humanos.

### **12. A cooperação com a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau**

A Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança, foi criada em 2005 por Despacho do Chefe do Executivo, com a natureza de órgão independente, de controlo externo, visando a monitorização da conduta ética e deontológica das autoridades policiais e outras entidades dependentes da área de governação da segurança. Pretende-se com a acção da CFD uma permanente correcção de comportamentos e procedimentos destas entidades, na sua relação com os cidadãos. O seu trabalho tem constituído um

importante contributo para a regulação de um bom serviço à comunidade, pautado pela constante adequação dos códigos de conduta, o que resulta em ganhos para a imagem pública das forças e serviços de segurança.

Dotada, desde 2009, de instalações próprias, A CFD prossegue o desenvolvimento das suas atribuições e o estudo de melhores condições de intervenção. Em 2010 viu aumentar o número dos seus membros, conferindo-lhe uma maior representatividade popular e, por último, iniciou, em 2011, a prestação de serviço ininterrupto à hora de almoço, alargando a disponibilidade horária para que os cidadãos tenham melhores condições de acesso ao serviço que presta, num claro reforço da realização do interesse público.

### Conclusão

Em síntese podemos concluir que as forças e serviços de segurança se empenharam denodadamente ao longo do tempo, mas particularmente nos últimos 5 anos, no cumprimento da sua missão, sendo que essa dedicação tem que ser partilhada por todos os departamentos, cujo pessoal, tanto o militarizado como o civil, se entregou à prossecução do bem comum, envolvendo-se no combate e prevenção do crime, na protecção da vida e segurança das pessoas e dos seus bens, e na criação de condições de fruição dos seus direitos e liberdades individuais, sem prejuízo dos equilíbrios e da harmonia, valores fundamentais para o desenvolvimento económico e social. A boa cooperação entre todos os serviços, que aqui se regista, foi fundamental para o sucesso alcançado na consolidação da paz social, e concede-nos a força necessária para que prossigamos um trabalho cada vez mais responsável e intenso rumo à implementação de uma política de segurança, caracterizada pela excelência.

O futuro da Região Administrativa Especial de Macau que em breve estará nas mãos de um novo governo, depende, também, do bom trabalho até aqui realizado pelos serviços e forças de segurança, sendo nesse sentido que todos, seja qual for a carreira ou o quadro em que estejam inseridos, continuarão a empenhar-se no cumprimento da sua missão, enfrentando os árduos desafios que se apresentam com firmeza, liderança e sentido de responsabilidade social e política. O perfil turístico da Região Administrativa Especial de Macau, tem que privilegiar as boas condições de lazer e, tal desiderato, só é possível em ambiente distendido e tranquilo, em que liberdade e a segurança se auto-regulem num equilíbrio permanente e façam desta nossa bela cidade, um dos locais mais apetecíveis e tranquilos do mundo.

# **Área dos Assuntos Sociais e Cultura**

Desde o início de funções do 3.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau que, respeitando o princípio de acção governativa “melhorar as regalias da população para um desenvolvimento a longo prazo”, na área dos assuntos sociais e cultura, se tem aumentado o investimento em recursos para vários domínios e aperfeiçoado a criação de diferentes regimes e sistemas. A área dos assuntos sociais e cultura tem-se dedicado a melhorar as formas de trabalho em todos os domínios sob sua tutela, permitindo que toda a sociedade possa usufruir do progresso sócio-económico e orientando-se, simultaneamente, por um desenvolvimento sustentável.

### 1.ª PARTE

## EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA NO ANO DE 2014

### No domínio da Saúde

No ano de 2014, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (adiante designada por RAEM) acompanhou com particular atenção a tendência epidemiológica das doenças transmissíveis, tendo procedido à vigilância rigorosa das situações epidémicas e à definição de medidas e orientações de prevenção e controlo de acordo com as orientações emanadas pela Organização Mundial de Saúde (adiante designada por OMS). Efectuou os preparativos necessários na área de assistência médica, reforçou e consolidou a capacidade de luta contra os vários tipos de doenças transmissíveis tais como a febre de dengue e o vírus Ébola e alargou continuamente a cobertura de vacinação, no sentido de proteger a saúde dos cidadãos. A par disso, depois do esforço de vários anos, Macau tornou-se parte integrante do primeiro grupo na Região do Pacífico Ocidental que obteve a “certificação de erradicação do sarampo” atribuída pela OMS, consubstanciando a eficácia das políticas de saúde pública.

A fim de melhor proteger a saúde dos cidadãos, foi promovido permanentemente o controlo do tabagismo através das actividades quotidianas de execução de lei, de publicidade e de incentivo à desabilitação tabágica, entre outras; foi implementada a proibição total de fumar nas áreas comuns de jogo dos casinos, distinguindo mais claramente as áreas para não fumadores.

Na sequência do envelhecimento da população e da mudança do espectro das doenças, o Governo da RAEM deu importância ao aperfeiçoamento da prestação dos cuidados de saúde destinados a idosos e doentes crónicos, tendo desenvolvido acções como o programa

de alta hospitalar, o Centro de Apoio a Doentes, consultas externas geriátricas, palestras de educação para a saúde e formação técnica para reforçar a prevenção e o tratamento das doenças crónicas não transmissíveis. A par disso, foi aumentado o pessoal afecto ao Posto de Saúde Provisório na zona de Seac Pai Van, aperfeiçoado o serviço de consulta externa, aberta a unidade associada de cuidados agudos no Edifício do Serviço de Urgência, alargada a cooperação com as entidades médicas sem fins lucrativos, implementado o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde e promovida constantemente a optimização dos serviços de cuidados de saúde comunitários e especializados, tendo assim contribuído para a satisfação das necessidades resultantes do desenvolvimento urbano.

De acordo com o “Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde” para os próximos 10 anos, foi intensificada a construção de diversas instalações de saúde, tendo sido desenvolvidos em simultâneo os trabalhos relativos ao tratamento de solos de fundação, à sondagem de terrenos, à avaliação ambiental e à concepção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas; o Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo localizado no Edifício do Lago, Taipa, está em fase de remodelação interna, as obras do Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane e do Hospital de Reabilitação em Cá-Hó foram iniciadas e outras obras também estão a ser desenvolvidas ordenadamente.

O Governo da RAEM tem dado grande importância à institucionalização e à formação de profissionais da área de saúde; articularam-se os recursos dos três hospitais locais para a formação de médicos gerais, procedeu-se continuamente à revisão e aperfeiçoamento do “Regime dos internatos médicos”, foi prioritariamente uniformizada a duração dos internatos complementares, definido o programa de formação de médicos para os próximos cinco anos e reforçada a contratação de profissionais de saúde. Por outro lado, prosseguiram os trabalhos relativos à elaboração de diplomas legais sobre o registo de profissionais de saúde, os internatos médicos e os assuntos farmacêuticos. Foi desenvolvida a cooperação com a OMS na formação de profissionais da área de medicina tradicional chinesa e reforçados o intercâmbio e a cooperação inter-regional, tendo assim contribuído para a promoção da qualidade e nível técnico dos cuidados de saúde.

### **No domínio da Educação**

Em 2014, o Governo da RAEM continuou a promover a criação dos regimes do ensino superior e o respectivo processo legislativo, iniciou estudos sobre temas importantes para a elaboração dos projectos de desenvolvimento a médio e longo prazo do ensino superior e para o futuro regime de avaliação do ensino superior. Prosseguiu, de forma atempada, a melhoria e a actualização da Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior e partilhou, periodicamente, as informações com as instituições do ensino superior; incentivou-as a tirarem partido das suas próprias vantagens com vista ao seu

desenvolvimento. Continuou a apoiá-las no melhoramento das suas instalações escolares e na realização de projectos que favoreçam o aumento da qualidade pedagógica. Coordenou e apoiou o Grupo de Trabalho para o Exame Unificado de Acesso a quatro instituições do ensino superior de Macau.

Prosseguiu o reforço do apoio aos estudantes, dando-lhes maior atenção: implementou o “Plano do subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior”, criou a página electrónica temática para a integração das informações sobre a candidatura a várias bolsas de mérito, bolsas de estudo e bolsas-empréstimo, ampliaram-se os serviços prestados pelo Centro dos Estudantes do Ensino Superior e melhorou a página electrónica “Blog para Estudantes do Ensino Superior”, para fornecer mais informações sobre prosseguimento do estudos e emprego. Ao par disso, organizaram-se e apoiaram-se os estudantes do ensino superior na realização de actividades que ajudam o crescimento físico e mental, contribuindo para o seu desenvolvimento global.

Entrou completamente em funcionamento o novo campus da Universidade de Macau sito na Ilha de Hengqin. Todas as instituições continuam a esforçar-se por aumentar a sua qualidade, iniciando também a revisão dos seus estatutos de acordo com as necessidades conducentes ao seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, procede a adaptação às áreas da Língua Portuguesa, Turismo, Indústrias Culturais e Criativas no sentido de formar quadros qualificados para o desenvolvimento de Macau.

Em 2014, seguindo o princípio de “Promover a prosperidade de Macau através da Educação” e de acordo com o “Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)”, foram aperfeiçoados, continuamente, os diplomas legais sobre a educação, tendo-se procedido, de forma eficiente, ao investimento em recursos educativos; melhorou-se a gestão financeira das escolas particulares; foram reservados terrenos para fins educativos no planeamento urbano; foi promulgado e posto em prática, de forma ordenada, o “Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local”, que constituiu um avanço importante para a reforma curricular; foi desenvolvida, de modo programado, a avaliação escolar global, tendo-se desenvolvido os trabalhos de definição do regime de avaliação de alunos.

Foram concretizadas as diversas medidas do “Quadro geral” e divulgadas as regras para a atribuição da menção de “Professor Distinto”; aumentou-se a colaboração regional e alargou-se a concessão de subsídio de propinas aos alunos de Macau que frequentam cursos do ensino secundário complementar em Zhuhai e Zhongshan, tendo-a alargado, ainda, aos alunos que frequentam o ensino infantil; executou-se, em maior grau, o “Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, contribuindo para que Macau se torne numa sociedade de aprendizagem.

Lançou-se a “Nova medida para a matrícula dos alunos que ingressam, pela primeira vez, no ensino infantil”, e criaram-se os planos do prémio de classificação distinta e de preparação de alunos excelentes do ensino secundário, de forma a reforçar a preparação

de alunos distintos. Aumentaram-se, significativamente, as vagas para as bolsas de mérito e bolsas extraordinárias, e o montante destas bolsas, de modo assim, reforçando o apoio aos alunos de famílias com dificuldades económicas. Realizou-se a revisão dos materiais didácticos de “Virtude e Cidadania” para o ensino primário, profundando os trabalhos de educação moral nas escolas. Os alunos com necessidades educativas especiais e encarregados de educação foram mais apoiados, procedendo-se, por exemplo, ao fornecimento do almoço saudável e à concessão de um subsídio para o serviço de transporte antes e depois das aulas, bem como à prestação de serviços de apoio fora das aulas ou em fins-de-semana.

No âmbito da Juventude, implementou-se, com dinâmica, a “Política da Juventude de Macau (2012-2020)”, criou-se um mecanismo de coordenação interdepartamental. Realizaram-se a Jornada de Educação sobre a Defesa Nacional, o Acampamento Educacional para os Alunos do Ensino Secundário e o Acampamento Militar de Verão para Alunos Jovens, bem como as Viagens de Aprendizagem “Conhecer a Pátria, Amar a China”. Realizou-se um conjunto de actividades no âmbito do concurso dos conhecimentos diplomáticos, tendo-se, nesse âmbito, subsidiado a publicação de livros. Na celebração do 15.º aniversário do estabelecimento da RAEM, realizou-se um grande espectáculo cultural e artístico do sector educativo, de modo a reforçar nos jovens o amor pela Pátria e por Macau, assim como o entusiasmo e responsabilidade na participação social.

Continuaram-se a realizar várias competições escolares, em termos desportivos, recreativos e de generalização científica, organizando actividades de intercâmbio no exterior para docentes e alunos. Apoiaram-se as escolas e associações juvenis no desenvolvimento das suas actividades destinadas aos jovens, financiando as escolas para disponibilizarem os seus campos desportivos e outras instalações, proporcionando um melhor ambiente para o crescimento dos jovens. Realizou-se o “Festival Juvenil Internacional de Dança 2014”; os jogadores de Macau participantes no “XII Campeonato Desportivo Nacional de Alunos” foram galardoados com excelentes prémios. Promoveu-se o “Quadro geral sobre trabalho voluntário”, criaram-se uma plataforma informática dos voluntários jovens e o mecanismo de elogio, tendo-se obtido grandes avanços na generalização dos trabalhos voluntários.

### **No domínio da Acção Social**

Em 2014, o Governo da RAEM empenhou-se na protecção da vida dos grupos vulneráveis. Assim, actualizou, em conformidade com o mecanismo de ajuste, por duas vezes, o valor do risco social e lançou, de modo contínuo, várias medidas de apoio, entre as quais, a actualização dos montantes dos Subsídios para Idosos e de Invalidez, bem como, a criação do “Subsídio provisório de invalidez”.

Em relação aos serviços de acolhimento de crianças, assunto que despertou a atenção da sociedade, para além da adopção de diversas políticas e medidas conducentes ao

aumento do número de vagas disponíveis nas creches, o Governo da RAEM lançou ainda o “Programa Piloto do Serviço de Amas Comunitárias”, com vista a atenuar a procura desses serviços por parte da população. Em simultâneo, foi dado início, segundo o plano traçado, ao trabalho relacionado com o “Planeamento dos serviços de apoio a idosos e de reabilitação para os próximos 10 anos”. Desenvolveram-se esforços no sentido de realizar actividades que visem despertar a atenção da comunidade para os direitos e interesses das mulheres, bem como, se tem vindo a dar continuidade ao acompanhamento da criação da “Base de dados com informações sobre as mulheres de Macau”.

A fim de melhor desenvolver os trabalhos referentes à prevenção da toxicod dependência, foi criada uma aplicação para os telemóveis intitulada “Posto de informações sobre o combate à droga”, com vista a facultar à população informações relativas a esse combate. Para além do referido, como forma de melhor promover o desenvolvimento dos serviços sociais, ter-se-á por base a proposta do “Programa de Estudo sobre o Subsídio Regular destinado à Realização dos Serviços Sociais de Macau” a fim de se elaborar, o mais breve possível, uma proposta para a reforma do regime de atribuição de subsídios. Quanto ao “Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais” é de referir que já se entrou no período de preparação da segunda fase da consulta.

### **No domínio da Segurança Social**

Em 2014, o Governo da RAEM procedeu a uma injeção de capital de 5.000 milhões de patacas no FSS, de forma a garantir a estabilidade e a sustentabilidade do regime da segurança social. Para aliviar a pressão da inflação sentida pelos residentes no seu quotidiano, o FSS aumentou, a partir de Janeiro de 2014, as pensões para idosos, de invalidez e outras prestações ou subsídios, representando um aumento médio de 6%. Além disso, aos titulares de contas individuais de previdência que cumpriam os requisitos legais foi atribuída uma verba, a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, de 7.000 patacas, tendo envolvido mais de 330.000 pessoas e sendo o valor da dotação de 2.500 milhões de patacas.

Finalizou-se a consulta pública relativa ao “Regime de Previdência Central não Obrigatório. O FSS vai iniciar o trabalho legislativo com a maior brevidade possível, continuando a promover a implementação do regime de previdência central.

O FSS tem aperfeiçoado os serviços prestados, disponibilizando mais meios para o pagamento de contribuições dos residentes relativo ao regime facultativo através de caixas automáticos da rede de Jetco de Macau e acrescentando os itens de serviços de requerimento nos quiosques automáticos.

Ao nível de divulgação e promoção, o FSS organizou várias actividades sobre gestão financeira, como por exemplo, o concurso de publicidade criativa, uma série de palestras, workshops para pais e filhos, tenda de exposição em feiras de emprego, no intuito de

reforçar os conhecimentos dos residentes sobre o regime da segurança social de dois níveis e os produtos financeiros.

### **No domínio do Turismo**

Em 2014, em articulação com o objectivo da transformação de Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, a Direcção de Serviços de Turismo desenvolveu uma série de políticas e medidas, incluindo os trabalhos preparatórios do “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”; continua envolvida no trabalho legislativo do diploma que regula a actividade das agências de viagens e dos guias turísticos, bem como está atenta à questão da prestação ilegal de alojamento; lançou o “Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade (QTSAS)”, continuou a promover a “Campanha de Sensibilização para o Turismo” e organizou cursos de formação, com o objectivo de apoiar o sector do turismo no aperfeiçoamento dos seus serviços.

Continuou-se o “Plano de Desenvolvimento para o Turismo Comunitário”; recolheram-se amplamente as opiniões sobre os novos roteiros turísticos a adicionar ao programa “Sentir Macau passo-a-passo”; realizaram-se a “Parada do Ano Novo Chinês” e o “Concurso Internacional de Fogo de Artifício de Macau”; iniciou-se o “Plano de Apoio ao Turismo de Incentivos. Tem-se dado continuidade à promoção turística dos slogans momentos “Encantadores”, “Surpreendentes”, “Deliciosos”, “Fascinantes” e “Emocionantes”, adoptando-se como principais vias promocionais a Internet e os média electrónicos. Continuou-se a cooperação com Hong Kong e com o Interior da China, tendo-se lançado os itinerários turísticos multi-destinos.

Realizaram-se a “8.ª Reunião Ministerial do Turismo da APEC e a 45.ª Reunião do Grupo de Trabalho do Turismo” e o “Painel de Discussão sobre Cooperação Turística na Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas”, de forma não só a reforçar a reputação de Macau como também a robustecer a sua participação nas actividades relacionadas com o turismo nos âmbitos regional e internacional.

### **No domínio da Cultura**

Em 2014, após a entrada em vigor da “Lei de Salvaguarda do Património Cultural” e a constituição do Conselho do Património Cultural, o Instituto Cultural continuou a envidar esforços para desenvolver as acções de conservação do património cultural, tendo, com base nisso, concluído a primeira fase do levantamento do património arquitectónico de toda a cidade e iniciado a consulta pública sobre o quadro do “Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau”.

O Instituto Cultural continuou a promover o trabalho ligado aos domínios cultural e criativo, lançando uma série de “programas de subsídios para as Indústrias Culturais

e Criativas de Macau” e desenvolvendo mais recursos espaciais. O Fundo das Indústrias Culturais arrancou com os trabalhos de concessão de apoio financeiro, ao passo que o Conselho para as Indústrias Culturais continua a proceder ao seu estudo e coordenação.

O Instituto Cultural deu continuidade ao “Festival de Artes de Macau” e ao “Festival Internacional de Música de Macau” assim como prepara o “Desfile por Macau, Cidade Latina”, integrado nas comemorações do 15.º aniversário da transferência da administração de Macau para a China. Desenvolveu-se, continuamente, o intercâmbio cultural local e com o exterior. Continuou-se a promover vários programas de formação de recursos humanos e de subsídios, com o objectivo de impulsionar a formação de talentos nas áreas das artes e cultura.

Em articulação com o ajustamento das atribuições e o aperfeiçoamento da estrutura orgânica feitos pelo Governo da RAEM, organizaram-se melhor as atribuições dos respectivos serviços e integraram-se recursos, de forma racional, para elevar o nível da governação e responder às necessidades sociais, formando assim uma base mais sólida para o desenvolvimento dos serviços culturais e das indústrias culturais de Macau.

### **No domínio do Desporto**

Em 2014, o Instituto do Desporto continuou a intensificar a promoção do desporto para todos através da organização de actividades regulares. Cooperou-se com as entidades particulares com vista ao aproveitamento das suas instalações desportivas para a organização de mais actividades do desporto para todos, assim facilitando a prática do desporto e a participação em actividades desportivas pelos cidadãos. Em simultâneo, face ao resultado da 2.ª Avaliação da Condição Física da População de Macau que constatou a tendência do declínio da condição física dos jovens, o Instituto do Desporto e os Serviços ligados à área de Educação cooperaram com vista a proporcionar conhecimentos desportivos e de saúde aos alunos das escolas. Nessa medida desenvolveram-se mais modalidades desportivas adequadas aos jovens, proporcionando-lhes assim mais oportunidades para a prática desportiva, melhorando a sua qualidade física. Por outro lado, a organização dos “1.ºs Jogos Desportivos Populares” permitiu atrair e sensibilizar os cidadãos para a prática de desporto fortalecendo a sua condição física.

Para promover a profissionalização do desporto de rendimento, o lançamento do “Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite” visou sensibilizar a adesão ao projecto de mais atletas que satisfaçam os requisitos ali estabelecidos. Desde a implementação do projecto já foram apoiados 130 atletas. Foi dada continuidade à prestação de apoios financeiros aos gestores desportivos e treinadores das associações desportivas, o que lhes permitiu participar em acções de formação realizadas no Interior da China e no exterior, proporcionando-lhes novos conhecimentos desportivos e técnicas de treino, fazendo com que, deste modo, o desporto de rendimento se desenvolva cada vez mais em termos da sua especialização.

## 2.ª PARTE

### RETROSPECTIVA DAS ACTIVIDADES REALIZADAS DO ANO DE 2009 AO ANO DE 2014

#### No domínio da Saúde

Feita uma retrospectiva dos últimos cinco anos, constata-se que o Governo da RAEM tem vindo a assegurar a sua linha de acção “tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção”, estando firme no estabelecimento de um eficiente sistema de saúde a longo prazo, através da rede de cuidados de saúde primários, do sistema de cuidados de saúde diferenciados e das medidas de prevenção e controlo na defesa da saúde pública. Macau possui uma rede de serviços gratuitos de cuidados de saúde primários, considerada como modelo pela Organização Mundial de Saúde, e que permite que mais de 80% dos utentes do hospital público tenham acesso aos serviços de diagnóstico, tratamento e reabilitação a título gratuito. Para proteger a saúde dos cidadãos, o Governo da RAEM tem aumentado permanentemente o investimento nos recursos desta área. A esperança média de vida dos residentes de Macau tem vindo a aumentar; as taxas de mortalidade infantil e materna têm permanecido baixas e a taxa de sobrevivência de doentes oncológicos está entre as melhores a nível mundial, consubstanciando plenamente os resultados positivos da política global no âmbito de saúde.

Perante cerca de 30 milhões visitantes por ano, Macau tem reforçado permanentemente o mecanismo de prevenção e controlo de doenças transmissíveis, com aproveitamento da cooperação inter-regional, tendo lutado eficazmente contra as ameaças de uma variedade de doenças como a febre de dengue, a gripe H1N1, a gripe aviária H7N9, a síndrome respiratória coronavírus do Médio Oriente e o vírus Ébola. Por outro lado, lidou-se com a situação de escassez de leite em pó, tratando-a como uma emergência de saúde pública. Alargou-se continuamente a cobertura do programa de vacinação gratuita, adoptaram-se como pontos de partida a “promoção da saúde escolar” e do “edifício saudável”, promoveu-se a prevenção e o controlo de doenças crónicas e impulsionou-se o desenvolvimento de um estilo de vida saudável, sublinhando, deste modo, a grande atenção prestada pelo Governo de RAEM à saúde dos cidadãos. Com a entrada em vigor da nova Lei de Controlo do Tabagismo, em 2012, tornou-se proibido fumar na maioria dos recintos fechados e noutros lugares especificamente indicados; através de uma rigorosa execução da lei, da promoção e sensibilização e do encorajamento à desabitação tabágica, progride a promoção de um ambiente livre de tabaco.

A partir da cadeia de serviços de prevenção, tratamento e reabilitação, os Serviços de Saúde desenvolveram e aperfeiçoaram os cuidados de saúde destinados a idosos e a doentes crónicos: foram criadas a especialidade de geriatria, a consulta de memória, a consulta externa geriátrica; implementados vários tipos de medidas favoráveis aos

idosos no que é relativo à inscrição para consulta, ao levantamento de medicamentos e ao aconselhamento; foram rentabilizadas as instalações destinadas à reabilitação como a Unidade Associada de Cuidados Continuados e o Centro de Apoio a Doentes que entraram sucessivamente em funcionamento. Para além disso, com a introdução de equipamentos médicos modernos e técnicas avançadas e o aprofundamento da aplicação das informações clínicas, tem aumentado o nível técnico dos serviços de diagnóstico e terapêutica.

Com base nos serviços comunitários de cuidados de saúde e tendo por objectivo responder às necessidades sociais, procedeu-se ao desenvolvimento de novos serviços, nomeadamente aconselhamento psicológico, assistência social na área da saúde e alargamento de serviços no âmbito de medicina tradicional chinesa, entre outros. A par disso, foi prolongado o horário de serviço dos centros de saúde e implementado o serviço de prestação de consultas externas não marcadas aos fins-de-semanas e feriados. Foi aumentado o valor dos vales de saúde para compartilhar as despesas dos cidadãos nos cuidados de saúde e para apoiar a actividade das entidades médicas privadas; continuou o financiamento às entidades de saúde sem fins lucrativos para uma prestação anual de mais de 500.000 atendimentos médicos; desenvolveu-se a cooperação entre o sector público e o sector privado da área de saúde no sentido de proporcionar aos cidadãos cuidados de saúde mais acessíveis e meticolosos.

Com o objectivo de proporcionar uma maior segurança aos doentes, o Centro Hospitalar Conde de São Januário e os centros de saúde foram acreditados por uma agência internacional de avaliação em 2012 e 2014, respectivamente, tendo por base este resultado, continuarão a promover o aperfeiçoamento dos seus serviços médicos. De acordo com o “Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde” elaborado em 2010, foram levados a cabo os projectos de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, dos novos centros de saúde e doutras instalações destinadas à prestação de cuidados de saúde diferenciados e à recuperação de doenças transmissíveis, tendo-se concluído as obras de construção e entrado em funcionamento o Posto de Urgência das Ilhas e o Edifício do Serviço de Urgência.

No que respeita à institucionalização, foi criado o Conselho para os Assuntos Médicos; foi desenvolvida a elaboração das propostas de lei relativas a erro médico, registo de profissionais de saúde e internatos médicos; foi alargada e aprofundada a cooperação com o exterior, aperfeiçoado o regime de gestão de produtos farmacêuticos, reforçada a cooperação na formação de profissionais da área de medicina tradicional chinesa, tendo assim contribuído para a promoção do desenvolvimento sustentável do sistema de saúde.

### **No domínio da Educação**

O Governo da RAEM tem-se empenhado na alteração do “Regime do Ensino Superior” e no aperfeiçoamento dos diplomas legais relacionados e iniciou o trabalho referente ao planeamento do desenvolvimento a médio e longo prazo do ensino superior. Tem

acompanhado a criação do Regime da Avaliação do Ensino Superior, tendo definido as respectivas orientações e os “Indicadores das Competências e Qualidade”, destinados à avaliação das habilitações dos estudantes universitários graduados, iniciando-se, ainda, os estudos sobre o teste piloto das acções da respectiva avaliação. Para além disso, foi criada a “Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior”, organizando os dados dos Indicadores do Ensino Superior de Macau. Fez-se investimento em recursos no sentido de otimizar o *Hardware* e *Software* das instituições do ensino superior e implementou-se o “Plano do subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior”. Acrescentou-se o número das vagas e aumentou-se o montante das bolsas de mérito a atribuir aos estudantes que frequentam cursos de pós-graduação, tendo entrado em funcionamento a página electrónica temática sobre as várias bolsas de mérito, bolsas de estudo e bolsas-empréstimo, atribuídas por diversos serviços públicos e outras entidades. Por outro lado, celebraram-se acordos, respectivamente, com o Ministério da Educação da RPC, a Comissão Estatal dos Assuntos Étnicos, a Comissão Mista de Portugal e outras entidades relacionadas, para que intensificar o intercâmbio e a cooperação no domínio do ensino superior, entre Macau e o Interior da China, bem como entre Macau e os países e regiões de língua portuguesa.

Deu-se continuidade à coordenação do recrutamento de estudantes no Interior da China, realizado pelas instituições do ensino superior de Macau, ao reforço da promoção do ensino superior de Macau no exterior, com o intuito de atrair mais estudantes excelentes a aqui prosseguirem os seus estudos. Coordenou-se a criação do Grupo de Trabalho para o Exame Unificado de Acesso às quatro instituições do ensino superior de Macau, definindo os respectivos projectos do exame de acesso. Também se coordenaram as instituições para criarem a “Aliança das Bibliotecas das Instituições do Ensino Superior de Macau” e o “Grupo de Trabalho sobre Formação dos Quadros Bilingues Qualificados nas Línguas Chinesa e Portuguesa”, incentivando a partilha de recursos e o desenvolvimento da cooperação entre as mesmas instituições. Além disso, foram criados o “Blog para Estudantes do Ensino Superior” e o “Centro dos Estudantes do Ensino Superior”, lançando-se, ainda, o “Programa de Estágios para Estudantes do Ensino Superior de Macau” e o “Plano de Financiamento Anual das Actividades Estudantis das Instituições do Ensino Superior”. Tem-se dado atenção ao desenvolvimento global dos estudantes através da realização constante de vários tipos de concursos inter-universitários e actividades educativas sobre a situação da Pátria, bem como de visitas culturais.

Para corresponder à revisão da lei do “Regime do Ensino Superior”, as instituições do ensino superior reviram, gradualmente, os seus estatutos. Impulsionou-se o desenvolvimento nas áreas académicas e da investigação científica, criando-se, respectivamente, dois Laboratórios de Referência do Estado, um de Medicina Tradicional Chinesa e outro de Microelectrónica. O novo campus da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin, entrou em pleno funcionamento, em 2014. Outras instituições têm promovido, de forma activa, os trabalhos de avaliação académica, obtendo, com sucesso, a acreditação internacional atribuída por uma entidade internacional de avaliação de qualidade do ensino

superior e merecendo, ainda, a “Certificação da Qualidade de Formação Turística”, emitida pela Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas, o que significa que o nível do ensino de Macau é internacionalmente reconhecido.

O 3.º Governo da RAEM concretizou, com firmeza, as linhas orientadoras para a “Promover a prosperidade de Macau através da Educação”, tendo criado e implementado o “Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)”, desenvolvendo, na prática, os diversos níveis e modalidades de educação, seguindo um rumo de qualidade ainda mais elevada; os recursos educativos foram otimizados, de forma sucessiva, tendo-se reforçado constantemente o apoio financeiro à escolaridade gratuita, reforçou-se a consolidação do sistema e das políticas educativas; o ambiente e as instalações das escolas foram melhorados, de forma rápida; nos últimos cinco anos, as escolas que se localizam em pódios passaram de 21 para 17, tendo-se aumentado a dimensão de construção média por aluno, passando de 9,92 m<sup>2</sup> em 2009 para 11,55 m<sup>2</sup> em 2013; foram lançadas duas fases, com a duração de três anos cada uma, do “Plano de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo”, prestando apoio eficaz ao aperfeiçoamento contínuo da população.

A criação de uma equipa de docentes excelentes tem sido altamente respeitada, foi promulgado e implementado o diploma legal do “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior”, tendo-se concretizado as medidas previstas e criado vários regimes, a saber: carreiras e promoção do pessoal docente, previdência, estabelecimento das diferenças salariais entre níveis profissionais e avaliação de desempenho do pessoal docente; ao mesmo tempo, impulsionaram-se os estudos e diversificou-se a formação em serviço e investigação pedagógica, de forma a incentivar o desenvolvimento profissional dos docentes.

Foi promulgado e posto em prática o “Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local”, promovendo, de forma estável, a elaboração das exigências das competências académicas básicas para cada nível de ensino e das instruções sobre os currículos, estudando, de forma activa, o regime de avaliação dos alunos e promovendo a avaliação global das escolas e avaliação específica. Com a participação contínua no teste do “Programa Internacional de Avaliação de Alunos” (PISA), o sistema educativo de Macau demonstrou que disponibiliza, com sucesso, igualdade nas oportunidades educativas aos seus alunos. Promoveu-se o desenvolvimento do ensino técnico-profissional e do ensino especial; em articulação com as necessidades de desenvolvimento de uma diversificação adequada da economia; estão em curso os preparativos da construção do “Centro Prático de Ensino Técnico-Profissional”, reforçando a implementação do “Ensino Integrado”, aumentando os apoios aos encarregados de educação dos alunos do ensino especial.

Aprofundou-se a educação moral, tendo sido lançados os materiais didácticos de “Virtude e Cidadania” destinados aos ensinos primário, secundário geral e complementar. Intensificaram-se a educação cívica e a educação sobre os assuntos nacionais e, em cooperação com as instituições envolvidas, organizaram-se concursos sobre conhecimentos

diplomáticos, cursos sobre assuntos nacionais, cultivando nos alunos o espírito do amor pela Pátria e por Macau e uma boa conduta cívica. Para encorajar os alunos a alcançar um desempenho excepcional, criaram-se prémios de classificação distinta, bem como se lançou o “Plano de Pagamento dos Juros ao Crédito para os Estudos”, de modo a garantir que as oportunidades de acesso dos alunos não fossem afectadas por dificuldades económicas da família.

Aprofundando-se constantemente a cooperação educativa, concluíram-se os projectos de reconstrução cultural e educacional pós-terramoto em Sichuan e celebrou-se um acordo de cooperação na área da educação com a República Portuguesa. Concretizaram-se as disposições do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, tendo-se concedido, sequencialmente, o subsídio de propinas aos alunos de Macau que frequentam a educação regular nas Cidades de Zhuhai e de Zhongshan.

No âmbito da Juventude, nos últimos cinco anos, de acordo com a linha orientadora “Juntar as forças de todos os sectores da sociedade, cuidar do crescimento dos jovens”, foi elaborada e concretizada a “Política da Juventude de Macau (2012-2020)”; tem sido reforçada a relação de parceria e cooperação com as respectivas associações e instituições; foi acompanhada continuamente a mudança de 78 indicadores sobre a Juventude; prestando-se atenção ao ambiente de crescimento dos jovens, promoveu-se, com sucesso, a criação de um centro polidesportivo nas escolas; foram, ainda, lançados os serviços nocturnos nos centros de juventude, proporcionando às associações juvenis e individualidades locais para a organização de diversas actividades. Há anos que o Chefe do Executivo e os titulares de cargos públicos têm vindo a dialogar com os jovens através de vários meios, incentivando-os, com zelo, a expressarem as suas opiniões e sugestões.

Têm-se realizado, em conjunto com outros serviços públicos, a Jornada de Educação da Defesa Nacional, o Acampamento Militar de Verão, os Cursos de estudos sobre a actualidade nacional e actividades que visam o conhecimento sobre a “Lei Básica” e outra legislação local e subsidiado a publicação de livros sobre conhecimentos diplomáticos. Fizeram-se investimentos significativos em actividades pós-laborais, tendo-se lançado o Plano de Promoção “Uma nova geração da luz solar”, disponibilizando aos jovens informações sobre os espaços públicos para actividades de lazer e ao ar livre. Os jovens mostraram as suas competências nos campos artístico e cultural, na generalização da ciência, no desporto e na área académica, entre outras áreas. Realizaram-se duas edições do “Plano de Incentivos aos Jovens Distintos – Estimular a Energia Positiva”, para espalhar uma atmosfera activa e positiva na comunidade. Criou-se e divulgou-se, de forma sistemática, o quadro geral de formação de voluntários e um mecanismo de elogio e prémio de participação em trabalhos voluntários, promovendo, de forma ordenada, o desenvolvimento desta área.

### **No domínio da Acção Social**

Nestes últimos 5 anos, o Governo da RAEM continuou a estar atento à qualidade de vida dos grupos mais vulneráveis da população. Assim, foi criado um mecanismo eficaz a

longo prazo, destinado a assegurar-lhes um nível de vida adequado, mecanismo esse que tem o valor do risco social como elemento principal e diversas medidas de apoio como elementos secundários. Para além da concessão do subsídio regular, do apoio especial para os três tipos de famílias em situação vulnerável, do Subsídio para Idosos e do Subsídio de Invalidez, foram ainda incluídos os portadores de autismo, de demência senil e de epilepsia, nos destinatários do apoio especial para os três tipos de famílias em situação vulnerável, tendo sido igualmente instituído o “Subsídio provisório de invalidez”. Foi lançado o “Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo”, destinado a prestar apoio alimentar às famílias com baixos rendimentos, não beneficiárias de subsídio. Com o intuito de reforçar o apoio dirigido às famílias problemáticas e em articulação com o objectivo das estratégias dos três níveis de prevenção, foi iniciado o trabalho preparatório para a criação do “Sistema de gestão de trabalhos relacionados com o tratamento de casos”, de forma a criar progressivamente uma rede de serviços para o tratamento de casos familiares em todo o território de Macau.

Face à crescente procura dos serviços de acolhimento de crianças, através da adopção de diversas políticas e medidas, o número de vagas disponíveis nas creches aumentou de cerca de 3.500 em 2009 para mais de 8.000 em 2014, atingindo-se a meta inicialmente estabelecida. Em simultâneo, foi implementado o “Programa Piloto do Serviço de Amas Comunitárias”, que consiste em oferecer, para além dos serviços prestados pelas creches, um outro serviço de escolha mais flexível para as famílias necessitadas.

Com vista ao planeamento a longo prazo dos serviços de apoio a idosos e a portadores de deficiência, o Governo da RAEM criou o “Grupo Interdepartamental de Estudo do Mecanismo de Protecção dos Idosos de Macau” e o “Grupo Interdepartamental de Estudo do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio”, respectivamente, tendo dado início à elaboração do Programa de desenvolvimento para os próximos 10 anos. A fim de assegurar, legalmente, os direitos e interesses dos idosos, está-se actualmente, na fase final da revisão da redacção da “Lei de Bases dos Direitos e Garantias dos Idosos”. Em simultâneo, através da construção e ampliação dos equipamentos envolvidos, entre os anos de 2009 e 2014, o número de vagas disponíveis em lares de idosos aumentou de aproximadamente 1.400 para cerca de 1.700, enquanto o número de vagas disponíveis nos serviços de cuidados diurnos especiais aumentou de, aproximadamente, 170 para cerca de 250.

Com a entrada em vigor em 2011 do “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão” e do “Regime do subsídio de invalidez e dos cuidados de saúde prestados em regime de gratuidade”, os indivíduos qualificados, para além de poderem receber o subsídio de invalidez, podem ainda beneficiar, de forma gratuita, dos cuidados de saúde concedidos pelas instituições públicas de saúde, bem como, usufruir de uma redução nas tarifas de autocarro.

No tocante à prevenção e ao tratamento do consumo de drogas e do vício do jogo, foi dada continuidade à mobilização da comunidade na participação e no desenvolvimento de diversas actividades sobre o combate à droga, bem como, foi criada uma aplicação para os

telemóveis intitulada “Posto de informações sobre o combate à droga”, com vista a facultar à população as múltiplas informações relativas a esse combate. Além disso, aos jovens e trabalhadores do sector da indústria do jogo, foi prestado o serviço de aconselhamento a nível individual e também, a nível familiar, bem como, foram implementados o “Plano sensibilizador sobre a gestão racional de recursos financeiros”, o “Programa de promoção de saúde destinado aos trabalhadores da indústria de jogos de fortuna e azar”, entre outros. É de referir que a população tem ao seu dispor a “Linha aberta de aconselhamento para a eliminação do vício do jogo e o aconselhamento e prestação de informações através da Internet disponíveis 24 horas”, serviço este a que é possível aceder a qualquer momento que seja oportuno. Entretanto, foi dada continuidade à implementação do projecto intitulado “Quiosque de Informações sobre o Jogo Responsável”, em ordem a reduzir os prejuízos que o “Jogo problemático” pode causar à sociedade. Com a finalidade de apoiar os jovens a conhecerem-se a si próprios, a reorganizarem a sua vida e a reintegrarem-se na sociedade, prossegue, de uma forma gradual, o trabalho preparatório para o lançamento do “Programa piloto de serviços relativos aos jovens anónimos e ao vício pela Internet”.

A fim de rever e de aperfeiçoar o regime de atribuição de subsídios que há muitos anos vigora, ter-se-á por base as sugestões constantes do “Estudo sobre o Subsídio Regular destinado à Realização dos Serviços Sociais de Macau”, com vista a elaborar o mais breve possível, a proposta de reforma do actual regime. Além disso, através da “Comissão Especializada para a Revisão da Proposta da Lei do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais”, dar-se-á continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao “Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais”, bem como, de preparação da segunda fase da consulta pública.

Em 2012, a “Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres” passou a designar-se por “Comissão dos Assuntos das Mulheres”, tendo os seus membros aumentado de 30 para 35. Paralelamente, foram publicados, em 2010 e 2012, os “Relatórios sobre a Condição da Mulher em Macau” e está em curso a criação da “Base de dados com informações sobre as mulheres de Macau”, com a finalidade de colocar à disposição dos investigadores científicos e dos organismos governamentais valiosa informação de referência.

### **No domínio da Segurança Social**

A protecção da vida dos residentes constitui a base fundamental de harmonia e desenvolvimento social. A constituição de um sistema da segurança social e de protecção na terceira idade, de longo prazo e aperfeiçoado, tem sido o alvo da acção do Governo da RAEM há anos. O Governo da RAEM construiu ordenadamente o sistema da segurança social com vários pontos e que abrange o regime da segurança social e o regime de previdência central, etc., de forma a proporcionar aos residentes um melhor regime da protecção na terceira idade.

A entrada em vigor da Lei n.º 4/2010 (Regime da Segurança Social), fez com que o âmbito de cobertura da segurança social do primeiro nível tenha sido alargado a todos

os residentes de Macau, no sentido de lhes proporcionar uma protecção básica pós-aposentação. Com a implementação do novo regime, os seus beneficiários passaram de mais de 352.000 pessoas, em 2009, para mais de 436.000, hoje, correspondendo a um aumento de 24%; enquanto os pensionistas passaram de mais de 32.000 para mais de 75.000, representando um significativo aumento de 133%.

Em resposta ao desenvolvimento sócio-económico e às necessidades dos residentes, registou-se, nas prestações no âmbito do regime da segurança social, um aumento substancial, a pensão para idosos foi aumentada, por várias vezes, de 1.700 patacas por mês para 3.180 patacas por mês. Tendo em conta o valor mensal de contribuições mantido em 45 patacas há vários anos, a tendência de envelhecimento da sociedade bem como o aumento constante de beneficiários da pensão para idosos, existem riscos na situação financeira do FSS. A fim de assegurar a estabilidade e o funcionamento sustentável do regime da segurança social, o Governo da RAEM procedeu, a partir de 2013, a 4 injeções anuais extras de capital no FSS, no total de 37.000 milhões de patacas e, relativamente à verba anual de 3% da percentagem das receitas brutas do jogo, a parte da verba atribuída ao FSS viu aumentada a sua percentagem de 60% para 75%.

O Governo da RAEM constituiu, com base no regime da segurança social do primeiro nível, o regime de previdência central não obrigatório do segundo nível, visando aumentar a qualidade de vida depois da reforma. Com a entrada em vigor do Regulamento Administrativo n.º 31/2009 (Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central) e da Lei n.º 14/2012 (Contas individuais de previdência), o Governo da RAEM procedeu, entre 2010 e 2014, à atribuição de verbas no total de 12.000 milhões de patacas para as contas individuais de previdência de mais de 370.000 residentes permanentes de Macau que preenchiam os requisitos legais, de modo a que sejam criadas condições para o regime de previdência central não obrigatório com contribuições de empregadores e trabalhadores. O FSS finalizou, em Junho de 2014, os trabalhos da consulta pública relativa ao “Regime de previdência central não obrigatório” e vai iniciar o trabalho legislativo com a maior brevidade possível, continuando a promover a implementação do regime de previdência central.

Em articulação com a implementação do regime da segurança social de dois níveis, o FSS tem levado os residentes a saber da importância do planeamento financeiro, através da organização de diversas actividades de promoção e de divulgação. O FSS tem-se esforçado pelo melhoramento da qualidade dos serviços e sua eficiência, lançando vários serviços electrónicos para prestar aos residentes um serviço de qualidade, mais conveniente e rápido.

Nos últimos cinco anos, o Governo da RAEM procedeu a uma grande reforma e ao aperfeiçoamento do sistema da segurança social de Macau, incluindo a concretização do regime da segurança social do primeiro nível, cujo âmbito de cobertura foi alargado a todos os residentes de Macau; simultaneamente, a Lei n.º 14/2012 (Contas individuais de previdência) serve de alicerce para a constituição do regime de previdência central não obrigatório do segundo nível, concretizando, progressiva e ordenadamente, o regime da

segurança social de dois níveis, de modo a proporcionar aos residentes de Macau uma protecção social mais sólida.

### **No domínio do Turismo**

Nos últimos cinco anos, tem-se registado um desenvolvimento rápido no sector da prestação dos serviços de Turismo, constituindo-se, este, no principal motor de crescimento económico de Macau. Em articulação com o objectivo de transformar Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, a Direcção dos Serviços de Turismo desenvolveu vários trabalhos.

Deu início aos trabalhos preparatórios do “Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau”, organizaram-se a “Mesa redonda: Como construir um Centro Mundial de Turismo e Lazer”, o Seminário “Macau – Centro Mundial de Turismo e Lazer” e a publicação do relatório do estudo temático “Macau rumo ao Centro Mundial de Turismo e Lazer”, para abordar, sob vários aspectos, a questão da construção de um “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. No âmbito do planeamento regional, participou nos trabalhos do “Estudo sobre a Perspectiva da Cooperação do Turismo Regional de Guangdong, Hong Kong e Macau”. Através da colaboração com o grupo de trabalho interdepartamental, foi concluído o “Estudo da Optimização da Sinalização Turística”, com o intuito de ajustar o actual sistema de sinalização e as zonas pedonais, melhorando as facilidades de acesso dos turistas na sua visita ao Centro Histórico de Macau.

Na sequência da entrada em vigor da lei referente à “Proibição da Prestação Ilegal de Alojamento”, tem-se feito o acompanhamento contínuo desta questão; foi introduzida, em relação ao licenciamento referente aos hotéis e estabelecimentos de restauração, uma série de medidas de simplificação das formalidades, entre outros; tem-se prestado pleno apoio e colaboração e dado tratamento prioritário aos pedidos de licenciamento dos estabelecimentos hoteleiros económicos; foi, também, dado apoio às associações industriais para criarem uma página electrónica da indústria para promoção e reserva on-line dos quartos destes estabelecimentos; foi lançado o “Programa de Serviços Turísticos de Qualidade (QTSAS)”, para aumentar a qualidade do seu serviço.

Promoveu-se o desenvolvimento do turismo cultural de Macau, tendo-se lançado o “Plano de Desenvolvimento dos Novos Produtos Turísticos” e organizado uma série de eventos e festividades, incluindo a Parada do Ano Novo Chinês, o Concurso Internacional de Fogo de Artifício de Macau, o Arraial do Fogo de Artifício, a Festa da Lusofonia, o Festival Cultural de A-Má, o Festival de Gastronomia de Macau, o “Festival de Compras de Macau” e o projecto “Decoração de Montras de Natal”, entre outros.

Impulsionaram-se a “Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau”, o “Plano de Turismo Comunitário” e os quatro roteiros turísticos “Sentir Macau passo-a-passo”, orientando os turistas para uma visita com maior profundidade em diferentes zonas. Além disso, em 2013, comemorou-se o 60.º aniversário do Grande Prémio de Macau – Jubileu

de Diamante, tendo-se organizado uma série de actividades alusivas, em forma de Carnaval, criando assim um ambiente animado com participação de toda a cidade.

Adoptaram-se como os temas principais da promoção turística os slogans momentos “Encantadores”, “Surpreendentes”, “Deliciosos”, “Fascinantes” e “Emocionantes” e reforçou-se a promoção através da Internet e dos meios de comunicação electrónicos. Neste momento, há um total de 17 representantes da DST no exterior, em que se inclui a nova representação no mercado russo e um novo representante para o mercado tailandês. Foram lançados itinerários turísticos com características diversificadas, para explorar produtos turísticos multi-destinos, bem como se organizaram sessões de apresentação do turismo através do comboio de alta velocidade para diversificar as fontes de turistas.

Tem-se mantido o intercâmbio e uma colaboração estreita com os serviços de turismo do Interior da China através da realização de reuniões ordinárias e da celebração de acordos de cooperação; assinaram-se, nestes cinco anos, mais de 20 memorandos de cooperação na área turística, com diferentes províncias e regiões do Interior da China. Organizou-se, em três anos consecutivos, o “Fórum de Economia de Turismo Global”, bem como se realizaram a “8.ª Reunião Ministerial do Turismo da APEC e a 45.ª Reunião do Grupo de Trabalho do Turismo” e o “Painel de Discussão sobre Cooperação Turística na Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas”, para reforçar a reputação de Macau e a sua participação nas actividades relacionadas com o turismo nos âmbitos internacional e regional.

### No domínio da Cultura

Entre 2009 e 2014, o Instituto Cultural dedicou-se ao trabalho em várias vertentes, a fim de elevar, constantemente, o nível e a eficiência dos serviços culturais públicos.

Quer durante a elaboração da “Lei de Salvaguarda do Património Cultural” quer após a sua entrada em vigor, o Instituto Cultural tem-se empenhado em sensibilizar a sociedade para a importância do trabalho de protecção do património cultural, concretizando o plano de salvaguarda e gestão do Centro Histórico, o levantamento do Património Cultural Imóvel, etc., a par da activação imediata da divulgação da Lei e da melhoria da consciência pública para a protecção do património cultural. Desde 2009 até agora, realizaram-se 358 obras de remodelação e de restauro do património cultural e desenvolveram-se 6 projectos de investigação e escavações arqueológicas.

Em 2010, o Governo da RAEM criou o “Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas” no Instituto Cultural e o “Conselho para as Indústrias Culturais”; em 2013, criou o “Fundo das Indústrias Culturais”. Em resposta às novas situações, o Governo da RAEM aperfeiçoou, num plano macroscópico, o “Quadro das Políticas do Desenvolvimento das Indústrias Culturais de Macau”, clarificando o seu posicionamento, o sistema de suporte e as medidas concretas a desenvolver na prossecução das políticas. Desde 2013, vários “Programas de Subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas de Macau” foram lançados, ajudando a incubar potenciais produtos nesta área. Ao mesmo tempo, o Instituto Cultural

continua a planear e a usar o espaço cultural e criativo, empenha-se na construção de uma plataforma de promoção, de exposição e de vendas de produtos culturais e criativos, com o objectivo de expandir o desenvolvimento destas indústrias localmente. Nos últimos 4 anos, registou-se um aumento de 91% de empresas recém-criadas. O Fundo das Indústrias Culturais tem em curso a avaliação sobre as primeiras candidaturas a apoio financeiro.

O Governo da RAEM tem vindo a organizar actividades culturais de grande qualidade, promovendo o intercâmbio cultural local e com o exterior. O “Festival de Artes de Macau”, o “Festival Internacional de Música de Macau” e o “Desfile por Macau, Cidade Latina”, três grandes eventos culturais, artísticos e festivos, anuais, que têm, por um lado, proporcionado aos cidadãos e aos profissionais artísticos locais oportunidades de apreciar e participar nas artes, e por outro lado, atraído um número considerável de espectadores locais e estrangeiros, assim contribuindo gradualmente para a marca de cidade cultural e para o nome de Macau. No respeito pelo princípio de “apoio ao desenvolvimento das artes e da cultura locais e formação de talentos culturais e artísticos”, o Instituto Cultural tem lançado várias medidas de curto, médio e longo prazo, aplicando-se no trabalho destinado ao financiamento das associações. Especialmente desde 2010, tem vindo a aumentar o investimento em recursos para o desenvolvimento da cultura e das artes, incentivando mais actividades culturais e criativas qualificadas e formando profissionais locais qualificados na gestão administrativa e nas áreas da cultura e das artes.

O Governo da RAEM tem-se dedicado a promover o intercâmbio e a cooperação culturais locais e com o exterior, através de mecanismos como o “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau” e a “Reunião de Cooperação Cultural do Grande Delta do Rio das Pérolas”, entre outros, visando incentivar a cooperação regional na área das indústrias culturais e criativas.

Em articulação com o objectivo de transformar Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, o Instituto Cultural da RAEM continua a empenhar-se, por um lado, em orientar a apreciação artística, estimular as artes e transmitir a cultura em Macau e, por outro, em alargar o intercâmbio cultural e divulgar a cidade no exterior; desenvolve, com empenho, as indústrias culturais, contribuindo para tornar Macau numa “Cidade Culturalmente Sustentável”.

### **No domínio do Desporto**

O 3.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau deu continuidade ao desenvolvimento simultâneo do desporto para todos e do desporto de rendimento. Com base no conceito de governação científica, tem-se vindo a acumular experiência com a implementação de medidas eficazes e apostado ininterruptamente na melhoria e na inovação na área desportiva, envidando-se esforços para o desenvolvimento de diferentes trabalhos desta área, elevando-se o seu nível, no sentido de promover o progresso sustentável do desporto de Macau.

Ao longo dos cinco anos, recorrendo ao mecanismo da avaliação da condição física da população já estabelecido, incluindo a avaliação que se realiza a cada cinco anos e as avaliações regulares, tem-se constantemente divulgado junto da população o conhecimento sobre a aplicação de dados científicos à prática desportiva. Em simultâneo, através da organização de mais actividades desportivas e aumento de espaços e instalações desportivas, promove-se o desenvolvimento do desporto para todos qualitativa e quantitativamente. Com o esforço dos últimos anos e a cooperação entre o Instituto do Desporto, as associações desportivas representativas das várias modalidades desportivas e as entidades da sociedade civil, constata-se o crescimento do número de participantes no desporto, em especial nas classes de recreação e manutenção do desporto para todos e nas Actividades de Férias, que têm registado anualmente um crescimento regular do número de turmas e de participantes, demonstrando-se assim que os cidadãos estão cada vez mais atentos à sua condição física.

Quanto ao desporto de rendimento, tomando como referência a experiência da China e do estrangeiro, obtida em treinos desportivos, iniciaram-se os treinos físicos científicos nas diferentes modalidades desportivas. Através de dados científicos, nutrição desportiva e planos de treino para reforçar a capacidade e qualidade psicológica e física, bem como de formação especializada destinada à participação de gestores desportivos e treinadores locais, aumenta o nível do desporto de rendimento local. O lançamento do “Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite” e do “Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite Reformados” visou apoiar e estimular os atletas com vista à obtenção de bons resultados desportivos.

Com base nas políticas e medidas desportivas promovidas pelo Governo da RAEM, nos últimos anos, os atletas das associações desportivas que participam em competições internacionais têm tido grande sucesso, registando-se um aumento significativo nas medalhas alcançadas, em especial, nos Jogos Asiáticos de Cantão 2010, onde a delegação desportiva de Macau obteve, pela primeira vez, uma medalha de ouro. Entretanto, já nos Jogos Asiáticos de Incheon de 2014, os atletas de Macau obtiveram três medalhas de prata e quatro de bronze, demonstrando assim o resultado da sua dedicação aos treinos, para o que têm contado sempre com o apoio do Governo da RAEM.

Por fim, o Governo da RAEM continuou o desenvolvimento da generalização, diversificação, especialização, internacionalização e sistematização do desporto de Macau, melhorando a condição física da população local, sensibilizando, de igual modo, os atletas, para que se empenhem na formação e obtenção de sucessos desportivos, com vista à criação de um estilo de vida saudável em Macau.

# Área de Transportes e Obras Públicas

### **Prefácio**

Nos últimos cinco anos, com o reforço da cooperação regional, a área de transportes e obras públicas obteve várias oportunidades e enfrentou desafios, no cumprimento das linhas de acção governativa do terceiro mandato do Governo da RAEM, tendo estabelecido mecanismos eficientes a longo prazo e criado condições para promover o desenvolvimento sustentável da região.

Procurou-se a modernização do sistema jurídico, nas áreas do ordenamento do território, do planeamento urbanístico, da protecção ambiental, da habitação, do mercado imobiliário privado, da administração predial, dos transportes, etc., visando alcançar uma base sólida para o desenvolvimento da região.

Paralelamente promovemos o combate à ocupação ilegal dos terrenos do Governo e a melhoria da gestão dos solos. Criámos um mecanismo de oferta eficiente de habitação pública a longo prazo, para definir o rumo e os objectivos do aumento da oferta.

Continuamos a promover a construção das infra-estruturas para o desenvolvimento da região e a concretizar a política de primazia dos transportes públicos, reformando o sistema de transportes públicos e procedendo à construção do sistema de metro ligeiro.

Além disso, com o aproveitamento das vantagens da complementaridade regional, dentro do calendário previsto concluímos a construção da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin, definimos o plano de abate de veículos e de tratamento de resíduos sólidos inertes resultantes da demolição e remoção de construções e assegurámos o fornecimento de água e de electricidade de forma segura e estável, o que contribuiu para o desenvolvimento sustentável de Macau.

### **Primeira Parte**

## **Balanço da Execução das Linhas de Acção Governativa do Ano 2014**

### **1. Cooperação Regional**

No corrente ano obtivemos bons resultados no âmbito da cooperação regional, tendo concretizado prioritariamente os diversos trabalhos preparatórios do plano de construção do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau, concluídos os trabalhos respeitantes à construção da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, levado a cabo a implementação do exercício da jurisdição de acordo com a legislação da RAEM, e promovido de uma forma programada a construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

Relativamente à articulação com o planeamento de transportes transfronteiriços, deu-se início ao estudo de viabilidade do sistema de transportes públicos a ser implementado entre Macau e a Ilha de Hengqin, tendo-se levado por diante a interoperacionalidade entre os cartões porta-moedas electrónicos utilizados nos transportes públicos de Guangdong e os cartões do mesmo género utilizados em Macau. Tem-se continuado a fazer estudos sobre a emissão de cartas de condução para veículos ligeiros de forma conveniente e continuados os trabalhos relativos à entrada e saída de veículos de Macau para a Ilha de Hengqin. Além disso, foi celebrado o “Acordo de Cooperação Estreita para a Aceleração da Implementação do Projecto de Expansão Transfronteiriça do Metro Ligeiro de Macau até à Ilha de Hengqin de Zhuhai”, de forma a coordenar e responder às questões sobre a extensão do Metro Ligeiro de Macau até à Ilha de Hengqin. Quanto ao projecto da passagem sub-fluvial para peões entre Wanzai, em Zhuhai e a estação da Barra do Metro Ligeiro de Macau, deram-se início aos estudos prévios sobre as respectivas obras e instalações fronteiriças.

Por outro lado, através da cooperação regional, definiu-se a proposta de trabalho para o tratamento de materiais inertes resultantes da demolição e remoção de construções e de abate de veículos.

Iremos dar início à primeira fase das construções referentes aos projectos de demonstração dos equipamentos de selecção dos resíduos sólidos inertes resultantes de demolição e remoção de construções em Macau. Quanto ao abastecimento de água, temos acompanhado de uma forma activa o andamento do empreendimento hídrico de Datengxia, tendo já sido iniciada a discussão respeitante ao estudo de viabilidade da 4.ª conduta para abastecimento de água bruta de Guangdong a Macau e ao plano do percurso concreto de entrada na Ilha de Hengqin da referida conduta destinada ao abastecimento de água a Macau.

### **2. Planeamento Urbanístico e Gestão de Solos**

O desenvolvimento urbano advém irremediavelmente de um planeamento urbanístico de carácter prospectivo. Em 2010 concluímos o Estudo de Planeamento Urbano Geral de Macau. Presentemente estamos a fazer estudos sobre as Instruções Técnicas para a Elaboração do Plano Director de Macau. Em 2015 iremos dar início à elaboração do plano director e procederemos, no final do corrente ano, a uma consulta sobre o projecto do plano director das novas zonas urbanas.

No âmbito dos novos aterros urbanos, que estão em articulação com o desenvolvimento de Macau, temos envidado esforços para levar por diante a execução da obra de aterro da Zona A, cuja área é a maior entre as cinco novas zonas urbanas. Por outro lado, temos continuado a dar seguimento ao tratamento da situação dos terrenos não aproveitados, tendo já sido iniciados os procedimentos de audiência prévia dos interessados que precedem a declaração de caducidade das concessões ou mesmo desencadeado, em mais de 20 casos, as tramitações ulteriores previstas na legislação. Ao mesmo tempo, já foram recuperados três terrenos do Governo ilegalmente ocupados.

Sendo os solos caracterizados como recursos não renováveis, é necessário proceder a um planeamento científico e aplicar normas jurídicas para a boa utilização dos mesmos. Deste modo, a Lei do planeamento urbanístico e a nova Lei de terras entraram em vigor 1 de Março do corrente ano. Além disso, dois diplomas complementares intitulados “Conselho do Planeamento Urbanístico” e “Regulamentação da Lei do planeamento urbanístico” entraram em vigor no mesmo ano. Em articulação com a implementação da Lei do planeamento urbanístico e da nova Lei de terras, temos continuado, no corrente ano, a proceder aos trabalhos de revisão dos respectivos diplomas complementares. Além disso, estamos a reanalisar o projecto do Regime Jurídico do reordenamento dos bairros antigos que foi retirado da Assembleia Legislativa.

### 3. Urbanização

Em 2014, conforme o planeamento urbanístico delineado, iniciámos a construção de diversas infra-estruturas relacionadas com a vida da população, nomeadamente as infra-estruturas que irão melhorar os problemas de trânsito de Macau, i.e. a obra de construção do Túnel de Cá Hó, em Coloane, que teve o seu início em 2012. A obra do Troço Exterior Sul, do referido túnel, já se iniciou e ficará concluída no final de 2014. Deu-se ainda início à obra do Troço em Túnel.

Face ao rápido desenvolvimento urbano e aos problemas causados pelo mau tempo, procedemos à melhoria das redes de drenagem das diversas zonas. Depois de concluída em 2013 a obra de melhoramento das redes de drenagem na Rua do Desporto, situada na Taipa, junto à Rua do Regedor, deu-se início no corrente ano à obra de reordenamento da rede de drenagem na Estrada de Hac Sá, tendo-se procedido à execução de obras de melhoria em algumas partes das redes de drenagem na Rua de Pedro Coutinho e no Bairro da Ilha Verde. Para melhorar os problemas das cheias na Zona do Porto Interior, deu-se início no corrente ano, de uma forma programada, à execução faseada das obras inerentes às medidas provisórias de prevenção das cheias.

Temos continuado a recorrer a vários meios para tratar dos casos dos edifícios em mau estado de conservação e das edificações ilegais. No corrente ano entrou em funcionamento a título experimental o Sistema de Gestão dos Casos dos Edifícios Degradados, o qual facilita o seguimento a dar aos trabalhos relativos aos edifícios em mau estado de conservação. Por outro lado, devido à implementação das operações de combate às edificações ilegais e às medidas incentivadoras que foram adoptadas, o número de pedidos de demolição voluntária de edificações ilegais tem aumentado. Nos primeiros nove meses de 2014 foram tratados 163 pedidos e deferidos 6 no âmbito do Plano de Apoio Financeiro para Demolição Voluntária de Edificações Ilegais. Paralelamente, temos envidado esforços na revisão das normas de natureza administrativa do Regime Jurídico da Construção Urbana e dado seguimento aos trabalhos de revisão do projecto do Regulamento de Segurança contra Incêndios. A proposta de lei relativa ao Regime Jurídico da Acreditação, Registo e Qualificação Profissional de Técnicos no Âmbito da Edificação e do Urbanismo está em fase final do processo legislativo.

### 4. Habitação

Em conformidade com a abertura dos vários concursos de habitação pública do ano 2013, a partir de Agosto do corrente ano, foi organizada a ocupação das fracções pelos agregados familiares seleccionados do concurso para aquisição das 1 544 fracções de habitação económica de tipologia T1. Continuar-se-á a acompanhar o respectivo procedimento de apreciação das candidaturas do concurso de habitação económica de diferentes tipologias. Quanto à habitação social, foi concluída, em Setembro, a organização da ocupação das fracções pelos agregados familiares na lista de espera do concurso do ano 2009, prevendo-se no final de 2014, a publicação da lista definitiva do concurso de habitação social do ano 2013, e iniciar a ocupação das fracções no próximo ano.

Face às expectativas da sociedade no que respeita à “Terra de Macau destinada a residentes de Macau”, foi concluída, no corrente ano, a consulta pública sobre o “Plano de aquisição de imóveis para habitação por residentes de Macau”. De acordo com a evolução da sociedade, foram realizadas consultas públicas sobre a alteração da Lei da habitação económica e sobre a proposta de “Lei da actividade comercial de administração de condomínios”. Por outro lado, procedeu-se a uma alteração dos artigos transitórios da “Lei da actividade de mediação imobiliária”, no sentido de permitir, aos mediadores imobiliários, que à data da publicação da respectiva lei possuíam os seus estabelecimentos comerciais instalados no rés-do-chão de imóveis destinados a fins residenciais, habitacionais ou industriais, pedir a concessão da licença provisória.

O Governo tem continuado com a implementação da medida de atribuição de abono de residência aos agregados familiares da lista de candidatos à habitação social e procedeu ao ajustamento do montante do abono. Por outro lado, foi ajustado o limite máximo da isenção da renda para 2 000 patacas, sendo o montante destas duas medidas de apoio social de 67,60 milhões de patacas.

### 5. Trânsito e Transportes

Em 2014, foi dada continuidade à implementação da política em que a componente central é a “primazia dos transportes públicos”.

No âmbito do serviço de autocarros, foi, sem sobressaltos, resolvida o incidente público sobre a transição da exploração da Reolian para a Nova Era, e procedeu-se, de forma activa, à optimização da rede de carreiras, da distribuição de paragens e do tempo de espera, assim como à criação de carreiras rápidas, ao ajustamento da frequência das partidas e ao prolongamento do horário da prestação de serviços. Neste campo, articulando as necessidades do novo bairro de Seac Pai Van, em Coloane e da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, foram criadas as carreiras n.ºs 22F, 25F, 59, 71 e MT3U.

Quanto aos táxis, foram atribuídas 200 novas licenças de táxi com um prazo de 8 anos e foi reforçado o serviço de solicitação por telefone e sem barreiras (foi introduzido um tipo de veículo adaptado ao transporte de deficientes motores) com a renovação das licenças

especiais de táxis. Além disso, concluiu-se a auscultação pública sobre a revisão do regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer (ou táxis).

No tocante à gestão racional dos veículos particulares, foi dada esforços ao nível legislativo, económico e tecnológico, como por exemplo, a implementação da modalidade de pagamento de tarifas por diferentes períodos horários, a abertura de mais parques de estacionamento públicos, a instalação do sistema de orientação de estacionamento consoante as condições, a realização dos serviços de pagamento electrónico e a recolha e divulgação dos lugares de estacionamento.

A fim de incentivar os cidadãos a utilizarem uma forma de deslocação mais ecológica, temos vindo a construir vários sistemas pedonais em diversos locais. Está projectada a construção de quatro sistemas pedonais na Taipa e já se iniciaram, no corrente ano, as obras do percurso pedonal do Edifício do Lago até às Casas-Museus da Taipa e ao mirante na Taipa Pequena. No que diz respeito à península de Macau, o “Plano de embelezamento da Rua da Encosta e do acesso pedonal entre o ZAPE e a Guia” e a construção do “Sistema das Escadas Rolantes na Rua da Surpresa” estão a ser concretizados por fases, irá assim ser construído um sistema pedonal para fazer a ligação entre a Zona Central e o ZAPE.

Em 2014, a Linha da Taipa do Metro Ligeiro encontra-se em construção a um ritmo muito rápido. A empreitada de construção do Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira está em desenvolvimento ordenado e, simultaneamente, está previsto o arranque da “Empreitada de Construção do Centro Modal de Transportes da Barra”, em finais de 2014.

Em relação à Linha da Península de Macau, após de ser ter decidido o Segmento Sul estamos a realizar a elaboração do projecto nomeadamente o Traçado Elevado na Avenida 24 de Junho em que foi adoptado; relativamente à solução do traçado do Segmento Norte, também foram concluídas a consulta e está a proceder a análise das opiniões. Ao mesmo tempo, continuaremos a promover o estudo de planeamento a longo prazo, nomeadamente a Linha de Seac Pai Van e o Eixo de Ligação Este entre Macau e Taipa.

De modo a melhorar a gestão de segurança na navegação no mar, foram instalados dois pontos de vigilância equipados com CCTV na costa entre a Ponte de Sai Van e a Ponte da Amizade que permitem o fornecimento de dados mais actualizados sobre a navegação às embarcações que circulam nas áreas marítimas de Macau, e fortalecem a vigilância no Canal de Acesso ao Porto Interior. Por outro lado, após a conclusão da construção das estruturas principais do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, envidaremos esforços para pôr o terminal em funcionamento a título experimental e empenhámo-nos no estudo do aumento da capacidade de funcionamento do terminal.

Relativamente à aviação, de acordo com a “política de céu aberto” que temos vindo a adoptar, iniciou-se a operação de duas novas rotas, Dalian e Hanói; Também novos operadores começaram a operar nas rotas já existentes de Tianjin e Danang. Para além

disso, foi assinado o “Acordo de Serviços Aéreos entre Macau e Taiwan”, tendo eliminado completamente as restrições na capacidade entre Macau e Taipé e Macau e Kaoshiung. Um novo Memorando de Entendimento sobre transporte aéreo foi assinado com o governo das Filipinas, tendo aumentado a capacidade do transporte para Manila.

### 6. Protecção ambiental e energias

No ano de 2014, foram promovidos os trabalhos de protecção ambiental em várias vertentes em conformidade com o “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)”. Continuam a ser elaborados uma série de projectos de diplomas legais que visam especificamente o tratamento da qualidade do ar, tais como, as “Normas de Emissão de Gases de Escape de Veículos em Circulação e o Regime de Inspeções de Macau”, as “Normas relativas à gasolina sem chumbo e gasóleo leve para veículos”, o “Plano de Apoio Financeiro à Eliminação de Veículos Altamente Poluidores” e as “Normas que Regulam os Níveis de Emissão das Principais Fontes Fixas de Poluição do Ar e o Seu Regime de Fiscalização em Macau”, etc. No corrente ano foi publicado o regulamento administrativo “Limites de emissão de poluentes atmosféricos e normas de gestão de instalações dos estabelecimentos industriais de produção de cimento”, prevendo-se que, no final do corrente ano, serão desenvolvidas as consultas para a elaboração das normas para controlo de emissão de fumos oleosos em estabelecimentos de restauração e bebidas e melhoramento do regime de regulação e para o regime de avaliação do impacto ambiental de projectos.

A partir de 1 de Abril entraram em funcionamento os novos “Serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos de Macau” para aperfeiçoar o tratamento dos resíduos sólidos. Foi publicada a lei de “Prevenção e controlo do ruído ambiental” para continuar a garantir a saúde e a qualidade de vida quotidiana da população.

No que respeita à promoção de eco-veículos, em primeiro lugar e a título experimental para satisfazer a necessidade geral de compra de veículos pelos serviços públicos, impulsionando a utilização preferencial de eco-veículos nos serviços públicos, foram também elaboradas as políticas e as propostas de curto, médio e longo prazo destinadas à introdução de eco-veículos. Com o objectivo de preparar a próxima fase das medidas obrigatórias, que incluem a imposição de cobrança ao uso de sacos de plástico, tem sido intensificada a divulgação das informações sobre a “redução de plástico”. No que toca ao desenvolvimento da eficácia do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética está a ser planeada a criação de novos planos de apoio financeiro, no sentido de ampliar a abrangência do financiamento.

O Governo da RAEM tem-se empenhado em transformar Macau numa cidade economizadora de água. Com vista a rever a eficácia do Programa de Poupança de Água em Macau, realizámos o inquérito sobre a eficácia do mecanismo de tarifas de água canalizada. Além disso, encomendámos a uma instituição científica o estudo relativo ao ajuste das tarifas de água. Em Novembro de 2014 ajustamos as tarifas de água, alargámos adequadamente a diferença dos escalões do consumo de água residencial, bem como aumentámos a tarifa

do consumo de água especial, no sentido de preconizar o princípio de “quem mais usa mais paga”.

A fim de garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento de energia, em 2014 deu-se seguimento à construção do terceiro circuito da segunda interligação de fornecimento eléctrico de 220 kV, estando em selecção de 8 locais adequados nas zonas antigas de Macau, para a instalação, em espaços exteriores, de equipamentos destinados à distribuição de electricidade, de modo a fazer face ao aumento do consumo de electricidade. Além disso, este ano continuou-se a atribuir um subsídio de electricidade, temporário, aos utentes residenciais, e optimizaram-se os programas relacionados com a introdução do novo sistema tarifário de electricidade e a implementação de tarifas progressivas, que visam estabelecer um sistema tarifário de electricidade que permitirá aumentar a eficiência energética.

Relativamente ao gás natural, continuou-se a intensificar a comunicação e o contacto com as regiões vizinhas de Guangdong, e começaram a ser feitos contactos com a respectiva concessionária, com a intenção de otimizar o contrato de longo prazo e o programa de fornecimento de gás, garantindo a segurança e a estabilidade a longo prazo no fornecimento de gás. Além disso, as obras de colocação da rede de gasodutos de distribuição de gás de cidade nas zonas urbanas da Taipa e de Coloane estão a ser executadas dentro do planeado.

### **7. Telecomunicações, Correios, Ciências e Tecnologias**

Neste ano, obtivemos um avanço de grande destaque na resolução do problema das antenas comuns, tendo sido constituída a Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A. e procedemos à renovação do contrato de concessão com a TV Cabo Macau, S.A., em regime não exclusivo, tendo sido criadas condições para a plena liberalização do mercado do serviço de televisão por subscrição. Além disso, iniciou-se a reorganização das redes de transmissão de televisão, no sentido de substituir, gradualmente, os antigos cabos aéreos em vias públicas por redes subterrâneas.

Iniciámos o concurso público para o licenciamento de rede e prestação de serviço de 4G, como é vulgarmente designada no mercado, em simultâneo, sendo iniciada gradualmente a construção da rede da nova operadora de telecomunicações fixas, o que permitirá o aumento da estabilidade das redes e serviços de telecomunicações.

Quanto aos Serviços de Correios, foram instaladas novas estações postais e foi dada continuidade ao esforço para aumentar a eficiência operacional e da qualidade dos serviços.

Quanto às ciências e tecnologias, iniciaram-se e melhoraram-se os trabalhos de financiamento nas áreas da investigação científica e da popularização científica, apoiaram-se o estabelecimento e o desenvolvimento dos Laboratórios de Referência do Estado, realizaram-se várias actividades da popularização e sensibilização científica, tem-se impulsionado o projecto dos Prémios para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia.

## Segunda Parte

### Balanço da Execução das Linhas de Acção Governativa do terceiro mandato do Governo

#### 1. Cooperação Regional

Nos últimos cinco anos tem-se vindo a reforçar a cooperação regional e os resultados têm sido positivos. No âmbito do planeamento urbanístico, temos participado em diversos estudos, nomeadamente o “Suplemento ao Acordo de Cooperação no Estudo do Plano de Coordenação do Desenvolvimento dos Centros Urbanos do Grande Delta do Rio de Pérolas”, o “Estudo Específico de Construção Conjunta de Círculo de Qualidade de Vida”, o “Plano de Acção de Construção de Região Habitável da Zona da Baía do Estuário do Rio das Pérolas”, o “Plano Específico de Infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau”, o “Plano do Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau”, o “Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas”, etc. Através dos mesmos, têm-se definido rumos para melhorar os trabalhos relativos aos transportes transfronteiriços, à protecção ambiental, ao planeamento urbanístico, entre outros.

Por outro lado, foram concluídos os trabalhos de construção da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin conforme o calendário definido, servindo este como um exemplo demonstrativo que servirá como uma experiência valiosa para impulsionar, no futuro, outros empreendimentos.

Em 2013, o Governo Central emitiu a sua aprovação à construção do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau. Nesta primeira fase, consiste na realocização do actual Mercado Abastecedor, tendo já ficado concluída a concepção das respectivas peças desenhadas do Novo Mercado Abastecedor. Simultaneamente, foi iniciada a elaboração do projecto e concepção do edifício do posto fronteiriço.

A obra de construção da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau está em plena execução. Entre as três regiões envolventes tem sido estabelecido o diálogo sobre a forma de transporte fronteiriço. Em 2013, procedeu-se à vistoria e recepção das obras do aterro para construção da ilha artificial do posto fronteiriço Zhuhai-Macau, encontram-se em curso os trabalhos de elaboração do projecto da zona de administração da fronteira de Macau, as partes, Guangdong e Macau, chegaram a um acordo sobre o exercício da administração e da jurisdição, que está em processo de submissão à aprovação.

Ao longo de vários anos, temos trabalhado com a parte de Guangdong na abordagem da implementação da troca de cartas de condução para veículos ligeiros de forma conveniente. Em paralelo, actuou-se, intensamente, na promoção da interoperacionalidade do cartão porta-moedas electrónico que já se encontra a ser usado nos transportes públicos

de Macau e Guangdong, tendo já condições para realizar pagamento e compra de bilhetes no sistema de transporte por carril interurbano.

No que respeita à cooperação regional na área de protecção ambiental verifica-se que o tratamento de veículos abatidos, e de resíduos sólidos inertes resultantes da demolição e remoção de construções, obteve um novo progresso com a mudança para o Interior da China, tendo sido definida a proposta dos trabalhos.

Na área da energia, avançou-se no planeamento da cooperação a longo prazo entre Guangdong e Macau, no sector da electricidade, de acordo com o estabelecido no “Protocolo de Cooperação no âmbito da electricidade, 2010-2020” assinado com a China Southern Power Grid Corporation (CSPGC). Em 2012, a segunda interligação de 220 kV que liga Zhuhai e Macau entrou em funcionamento, oferecendo uma garantia sólida para o fornecimento de electricidade em Macau. Além disso, estudou-se, activamente, a ligação com a rede principal de gás natural da Província de Guangdong, garantindo um fornecimento de gás natural a Macau a partir de diversas fontes.

Com o propósito de garantir a segurança e a estabilidade no abastecimento de água a Macau, desde a entrada em operação do Reservatório de Zhuyin em 2011, a salinidade da água canalizada de Macau tem mantido sempre um índice favorável. Em 2014, assinámos com Zhuhai um “Memorando sobre a Construção da 4.ª Canalização de Abastecimento de Água a Macau e a Obra para Garantir o Fornecimento de Água Bruta entre Pinggang e Guangchang”, a fim de resolver a longo prazo a ameaça à segurança no abastecimento de água a Macau.

Nos últimos cinco anos, no âmbito das telecomunicações, temos aproveitado os diversos mecanismos para proceder à comunicação e à cooperação mais estreitas com o Interior da China, tendo sido assinado em 2013 o Parecer-Quadro para o Reconhecimento Mútuo dos Documentos de Certificação Electrónica entre Guangdong e Macau.

Além disso, temo-nos empenhado na promoção dos trabalhos científicos e tecnológicos, reforçando continuamente a cooperação com o Interior da China, tendo sido criados os Laboratórios de Referência do Estado nas áreas da medicina tradicional chinesa e da microelectrónica, e o laboratório parceiro do Laboratório de Referência do Estado da Academia das Ciências da China, na área da astronomia.

## **2. Planeamento urbanístico e gestão de solos**

No intuito de aumentar a competitividade urbana geral de Macau e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento resultantes da cooperação regional, temo-nos empenhado na beneficiação contínua do planeamento de Macau a fim de criar mais espaços para o seu desenvolvimento.

A fim de coordenar as necessidades de desenvolvimento urbanístico, concluímos em 2010 o “Estudo do Planeamento Urbano Geral de Macau” e paralelamente a esse trabalho,

encontra-se em curso a preparação das “Instruções Técnicas para a Elaboração do Plano Director de Macau”. Em 2015 iniciaremos a elaboração do plano director.

No intuito de elaborar o Plano Director dos Novos Aterros Urbanos, assinámos um acordo de cooperação relativo ao “Estudo do Plano Director dos Novos Aterros Urbanos de Macau” com a Urban Planning Society of China e a China Academy of Urban Planning & Design. O acordo tem três fases de trabalho, consistindo a primeira fase na consulta pública do planeamento conceptual, a qual teve lugar em 2010, a segunda fase teve início em 2011 e a terceira fase, respeitante à elaboração da proposta do Plano Director, já ficou concluída. A respectiva consulta pública terá lugar no quarto trimestre de 2014.

Por outro lado, temos vindo a promover de forma activa os pequenos planeamentos dos bairros e os principais projectos, nomeadamente o “Plano de pormenor da Vila de Coloane”, o “Pedido de concessão de terrenos da Vila de Coloane”, o “Plano de Pormenor dos estaleiros navais de Lai Chi Vun de Coloane” e o “Estudo para remediar as inundações no Porto Interior”. Para ajudar os residentes da Vila de Coloane a proceder à reparação de edifícios, através da concessão de terrenos, em 2009 foram sendo resolvidas as questões de habitação dos residentes nativos da Vila de Coloane.

No que respeita ao reordenamento dos bairros antigos, o mesmo será feito através de três formas, ou seja, através do embelezamento, da reconstrução e reparação de edifícios e da conservação e manutenção das ruas, e os respectivos trabalhos continuarão a ser feitos de forma contínua. Em 2011 foi submetida a proposta do “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos” à apreciação da Assembleia Legislativa tendo a mesma sido retirada em 2013 para reconsideração e nova redacção.

Para haver uma articulação com o desenvolvimento a longo prazo de Macau e aumentar os recursos de solos, iniciámos as obras do aterro da zona A das Novas Zonas Urbanas e estamos a envidar esforços para que o mesmo fique concluído dentro do prazo estipulado.

Relativamente aos terrenos concedidos e que não foram aproveitados, em 2009 tendo-se já dado início, aos procedimentos de audiência prévia dos interessados e às respectivas tramitações ulteriores relativos a mais de 20 casos de declaração de caducidade da concessão. Simultaneamente, no referente ao combate à ocupação ilegal de terrenos, desde 2009 até à data foram recuperados cinquenta e cinco terrenos ilegalmente ocupados, os quais abrangem uma área de cerca de 230.000 m<sup>2</sup>. Os terrenos recuperados serão destinados prioritariamente, conforme definido no planeamento urbanístico, à construção de habitação pública, abertura de redes viárias, infra-estruturas, sistemas pedonais e zonas verdes e de lazer.

A fim de estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento sustentável de Macau a longo prazo, temos envidado todos os esforços no âmbito da produção legislativa. Em 1 de Março de 2014 entraram em vigor a “Lei do planeamento urbanístico” e a nova “Lei de terras” e ainda durante o corrente ano entraram em vigor dois regulamentos administrativos,

relativos ao “Conselho do Planeamento Urbanístico” e à “Regulamentação da Lei do planeamento urbanístico”. A fim de poder articular com a implementação da nova “Lei de terras”, iniciaram estudos e análises sobre a revisão do prémio devido pela concessão de terrenos em cada seis meses. Devido à mudança de preços no mercado imobiliário, após 2009, sobretudo em 2011 e 2013, foi alterado o cálculo do montante do prémio.

### 3. Urbanização

A fim de obedecer ao estipulado na Lei do planeamento urbanístico e ao princípio do aproveitamento apropriado dos recursos de terrenos, temos vindo a desenvolver de forma programada diversas construções sociais e instalações para a população. Com vista a elevar a sustentabilidade dos postos fronteiriços, temos aperfeiçoado de uma forma contínua as respectivas instalações. Por exemplo, em 2011 ficaram concluídas as obras de ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. Simultaneamente, realizámos a construção do Terminal Marítimo da Taipa e aperfeiçoámos o espaço do Terminal Marítimo do Porto Exterior.

Para além disso, com o rápido desenvolvimento do sector turístico e da economia de Macau, tem havido alguma pressão na rede rodoviária. Nos últimos 5 anos, de acordo com a realidade, temos tomado diversas medidas, nomeadamente a construção de novas vias, a abertura de nós nas redes viárias existentes e melhoramento de locais mais congestionados, minimizando assim os engarrafamentos de trânsito. O estudo de viabilidade da Quarta Passagem entre Macau e a Ilha da Taipa e do túnel subaquático entre as Zonas A e B das Novas Zonas Urbanas já se iniciou. Também já se accionou o estudo relativo à construção de um túnel na Taipa Grande. Acompanhando com atenção os problemas de mobilidade dos moradores de Coloane, procedemos em 2012 à construção do Túnel de Ká Hó em Coloane e concluímos a obra de construção da via desnivelada que faz a ligação entre a Avenida Wai Long e a Estrada da Baía de Nossa Senhora de Esperança.

Adicionalmente, procedeu-se ao prolongamento da Rua Central de Tóí Sán, da Avenida do General Castelo Branco, da Rua de Lei Pou Ch'ôn, da Estrada do Canal dos Patos, do troço da Avenida Ouvidor Arriaga situado entre a Avenida do Almirante Lacerda e a Avenida Marginal do Patane, do troço da Avenida Marginal do Patane situado entre a Rua dos Estaleiros e a Avenida Marginal do Lam Mau, etc. Aproveitou-se a ocasião da construção das habilitações públicas para se melhorar as redes rodoviárias envolventes.

Devido ao deterioramento das condições atmosféricas nos últimos anos, tem havido deste modo pressão nas redes de drenagem, considerando-se assim que o aperfeiçoamento das mesmas é um trabalho importante para a vida da população. Em 2010 foram executadas obras de reordenamento da rede de drenagem da Avenida de Horta e Costa e posteriormente substituíram-se os esgotos antigos de algumas vias envolventes, a fim de minimizar as situações de inundações da área da Avenida de Horta e Costa. Adicionalmente, procedeu-se ao reordenamento das redes da Avenida Marginal do Patane e da Rua do Almirante Costa Cabral, a fim de minimizar as situações de inundações das zonas baixas da

área de San Kio. Para além disso, com vista a resolver os problemas de inundações do Porto Interior, encomendámos a uma entidade profissional um estudo no sentido de elaborar programas de ordenamento a curto, médio e longo prazo direccionados para as inundações. Entre esses programas, as medidas a curto prazo foram implementadas em 2013.

No que diz respeito às ilhas, ficaram concluídas nos últimos anos as obras de aumento da capacidade de drenagem da rede que vem desde a Estrada Governador Albano de Oliveira até à Avenida dos Jogos da Ásia Oriental e da rede da Rua do Desporto, no sentido de melhorar o escoamento das águas residuais e pluviais da zona sudoeste da Taipa. Para além disso, já se iniciaram as obras de substituição dos esgotos situados a oeste do Kartódromo de Coloane, a fim de reduzir a pressão de escoamento das redes da área de Seac Pai Van motivada pelo aumento de residentes, e procederam-se na mesma altura às obras de ordenamento da rede de drenagem da Estrada de Hac Sá. Após a instalação em 2009 das estações para registo do nível de água em 9 locais de Macau, em 2013 acrescentaram-se 8 novas estações no sentido de melhorar a capacidade de monitorização e de previsão.

No intuito de dar resposta às exigências sociais relativas à celeridade na aprovação dos projectos de construção dos empreendimentos privados, criámos vários impressos e directivas criteriosas, para aperfeiçoar os respectivos procedimentos. Para além disso, definimos a partir de 2011 diversas directivas e técnicas no âmbito da apresentação de projectos relativos a obras de alterações que necessitam de emissão de licença administrativa e estabeleceu-se em 2013 um mecanismo permanente de diálogo junto do sector da construção.

Temos tido em atenção as questões relativas à reparação e manutenção dos edifícios e tomámos várias medidas para resolver os problemas dos edifícios que carecem de reparações e os problemas relativos às construções clandestinas. Através de diversos mecanismos de apoio financeiro do Fundo de Reparação Predial, estimulámos e prestámos auxílio aos proprietários para reparação e manutenção das suas residências. Para além disso, implementámos ainda as “Instruções para Apreciação, Aprovação, Vistoria e Operação dos Equipamentos de Elevadores”, com o objectivo de incentivar os moradores dos edifícios a prestarem mais atenção à reparação e manutenção periódica dos seus elevadores. Na área do combate às construções ilegais, mantemos reforços no seu acompanhamento. Lançámos as “Instruções para as Instalações de Segurança e Contra o furto nos Edifícios” e as “Instruções para a Demolição das Obras Ilegais”, em 2012 e 2013, respectivamente, no sentido de incentivar a demolição por iniciativa própria dos proprietários das construções ilegais. Foi lançado nessa altura o “Plano de Apoio Financeiro para Demolição Voluntária de Edificações Ilegais”, a fim de incentivar os cidadãos a demolirem voluntariamente as obras ilegais através da prestação parcial de apoios financeiros. Após a implementação das respectivas medidas, a situação da construção de obras ilegais melhorou e o número de casos relativos às construções clandestinas registou durante estes 4 anos uma diminuição significativa de 40%, o que revela que tem havido gradualmente uma maior consciencialização por parte dos cidadãos.

A fim de resolver duradouramente as questões relativas à reparação dos edifícios e às construções ilegais, iniciámos os trabalhos de revisão da parte administrativa do “Regime Jurídico da Construção Urbana”, prevendo-se que o mesmo entre na fase de produção legislativa no 1.º semestre do ano 2015.

#### 4. Habitação

O desenvolvimento económico e a situação habitacional dos residentes são questões que desde sempre têm merecido muita atenção pelo Governo da RAEM. Nesse sentido, foi definido como principal objectivo da política de habitação o conceito de “Habitação para todos, bem-estar para todos”. No mercado imobiliário privado, o Governo garante os direitos e interesses de todos os intervenientes de modo a criar um ambiente de desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

O plano da construção das dezanove mil fracções de habitação pública serviu, principalmente, para satisfazer a procura dos dezanove mil agregados familiares na lista de espera. O Governo acelerou na construção das dezanove mil fracções de habitação pública e vai continuar empenhado no desenvolvimento e na construção de novos empreendimentos de habitação pública, após a concretização da oferta das dezanove mil fracções. Simultaneamente, foi estabelecido um novo regime de atribuição, a fim de acelerar o tratamento dos trabalhos de ocupação das fracções pelos dezanove mil agregados familiares candidatos em lista de espera. Com o esforço conjunto, foi concluída a atribuição de habitação para os agregados familiares do projecto das dezanove mil habitações públicas, em 2013, tendo sido concluídos os trabalhos de ocupação, em 2014, para os agregados familiares candidatos de habitação social de 2009.

Simultaneamente, em 2013, foram abertos dois concursos de habitação económica e um concurso de habitação social. A partir de Agosto de 2014, foi organizada a ocupação das fracções pelos agregados familiares candidatos seleccionados do concurso para aquisição das 1 544 fracções de habitação económica de tipologia de T1 do Edifício Ip Heng. Actualmente está-se a proceder ao acompanhamento dos trabalhos de apreciação do concurso para aquisição de habitação económica de diferentes tipologias. Relativamente ao concurso de habitação social, prevê a publicação da lista definitiva em Dezembro do corrente ano, e o início da ocupação das fracções no próximo ano.

Durante o ano de 2009 e até Junho de 2014, o total das fracções de habitação pública construídas e em construção ultrapassa as 22 000 fracções. Para responder às aspirações dos residentes no âmbito da oferta de habitação pública, o Governo elaborou os planos de curto, médio e longo prazo. A curto e médio prazo irão ser construídas 4 400 fracções e a médio e longo prazo 2 400 fracções, no terreno situado adjacente ao novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau e na zona norte da Taipa. A longo prazo, o Governo irá proceder a um ajustamento do plano da Zona A dos Novos Aterros Urbanos, prevendo-se aí um grande aumento de construção de habitação pública, na ordem das 28 000 fracções.

Quanto à questão da habitação pública em Macau, o Governo lançou os documentos de consulta sobre a “Consideração e análise dos problemas habitacionais de Macau”, “Estratégia do desenvolvimento para a habitação pública (2011 - 2020)”, o “Plano de aquisição de imóveis para habitação por residentes de Macau” em 2010, 2012 e 2014, respectivamente, para recolher opiniões da sociedade, a fim de estas servirem de referência ao Governo.

Paralelamente foram iniciados vários estudos, fazendo importante referência ao plano para a habitação pública.

Para aperfeiçoar o regime de habitação pública, foram concluídos os trabalhos de revisão da Lei da habitação económica, em 2011, tendo sido previstos limites ao rendimento e património dos agregados familiares candidatos. Iniciaram-se, ainda, os trabalhos de revisão legislativa de habitação económica e habitação social, em 2014. O “Conselho para os assuntos de habitação pública” foi criado em 2010, tem como objectivo prestar opiniões ao Governo, em representação da sociedade.

O Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário foi criado em 2010. Este grupo tem lançado várias medidas para promover o desenvolvimento saudável e a longo prazo do mercado imobiliário de Macau. A Lei da actividade de mediação imobiliária e Regulamentação da Lei da actividade de mediação imobiliária entraram em vigor em 2013, estes diplomas visam aperfeiçoar a legislação relativa ao mercado de transacção imobiliária. Em 2014, foram alterados os artigos transitórios da “Lei da actividade de mediação imobiliária”, de modo a que os mediadores imobiliários que à data da publicação da respectiva lei já possuíssem os seus estabelecimentos comerciais instalados no rés-do-chão de imóveis destinados a fins residenciais, habitacionais ou industriais, possam pedir a concessão da licença provisória.

### 5. Trânsito e Transportes

Nos últimos cinco anos, Macau tem vivido um forte progresso socioeconómico dele resultando um aumento da procura dos meios de transporte e conseqüente uma pressão no tráfego rodoviário. Nestes termos, foi publicada, em 2011, a Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), delineando constituir Macau como uma cidade verde onde a população e os turistas se deslocam agradavelmente.

A fim de implementar a política de “primazia dos transportes públicos”, componente principal da política de trânsito, com o aumento do número de passageiros dos autocarros para 490 mil por dia, procurou-se melhorar a qualidade dos serviços de autocarros, através do novo modelo de autocarros, e o ajustamento flexível entre as três operadoras de autocarros, foi aumentado o número de autocarros e frequência de partidas, a concretização da correspondência de autocarros entre diferentes companhias, assim como da optimização da rede de carreiras e de paragens. Além disso, para enquadrar o nível dos serviços de autocarros com as expectativas e desejos do público, foi introduzido o regime de avaliação dos serviços de autocarros, com vista a melhor promover a valorização simultânea dos serviços de autocarros, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos.

Paralelamente prosseguiu-se com a implementação dos programas de benefícios de tarifas dos autocarros, com um valor anual de duzentas e cinquenta milhões de patacas.

Para acompanhar as necessidades do mercado, foram atribuídas, em 2012 e 2014, 400 licenças de exploração de táxi com um período de validade de oito anos e a fim de responder às solicitações da sociedade, foram reforçados os serviços exclusivamente solicitados por telefone e sem barreiras (foi introduzido um tipo veículo adaptado ao transporte de deficientes motores) com a renovação das licenças especiais de táxis. Por outro lado, realizamos faseadamente trabalhos para a revisão do regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer (ou táxis).

Contudo, com a reforma do sistema dos transportes públicos não se pode descurar a necessidade de usufruir de uma boa gestão dos veículos. Pelo que foram, assim, enquadrados, os respectivos trabalhos na Política Geral do Trânsito e dos Transportes de Macau (2010–2020), plano de acção importante, estando concluída a elaboração de normas de emissão de gases de escape de veículos em circulação e do regime de inspecções, com vista a aperfeiçoar o regime de inspecção dos veículos e o projecto final do encurtamento da periodicidade da inspecção obrigatória dos veículos.

Além disso, com vista a traçar propostas para a implementação de métodos que contribuam para a melhoria do trânsito rodoviário e respectivo estacionamento, foram iniciados os estudos respeitantes à revisão dos impostos e taxas que incidem sobre a aquisição e a utilização de veículos, bem como ao conjunto de tarifas de estacionamento nos parques de estacionamento públicos e nos lugares de estacionamento nas vias públicas.

Em paralelo, tem-se vindo a aumentar a disponibilidade de parques e lugares de estacionamento públicos, tendo, entre 2010 e 2014, sido construídos e entrado em funcionamento 17 parques de estacionamento públicos, com os quais se disponibilizaram cerca de 13 000 lugares de estacionamento. Nas zonas com maior trânsito, foram criados 1 500 lugares de estacionamento com parquímetros para ciclomotores e motociclos, no intuito de concretizar o reordenamento dos lugares de estacionamento nas vias públicas

Em articulação com a gestão inteligente do tráfego, foi criado o Centro de Controlo e Informação de Tráfego, tendo-se instalado 24 intersecções semaforicas, 19 conjuntos de sistema de detecção de estacionamento ilegal, sistemas de detecção de excesso de velocidade em 15 locais, equipamento de detecção de desrespeito ao sinal vermelho em 3 intersecções, 21 painéis de informação dos lugares disponíveis nos parques de estacionamento, 90 sistemas de videovigilância de intersecções e 428 sistemas de aviso sonoro para apoio aos invisuais no atravessamento das vias públicas. Em 2012 foi criada a via exclusiva para motociclos na ponte de Sai Van, melhorando a segurança dos condutores na passagem da ponte.

Para além de se ter melhorado de uma forma activa o ambiente rodoviário, temos criado um bom ambiente pedonal sem desvios através da combinação flexível de diversas travessias de peões, incentivando os cidadãos a utilizarem formas de deslocação mais ecológicas.

Assim sendo, com a conclusão da construção do sistema de ligação pedonal na Estrada da Baía da Nossa Senhora da Esperança na Taipa em 2012, estamos a realizar a construção uma passagem superior pedonal na Rotunda do Istmo que é a maior de Macau, estando as respectivas instalações ligadas às instalações pedonais próximas, de modo a constituir-se um sistema de ligação pedonal entre o COTAI e os bairros antigos da Taipa.

Além disso, será construído na Taipa o “Percurso pedonal do Edifício do Lago até às Casas-Museu da Taipa” e a “mirante na Taipa Pequena”, planeou-se a colocação de sinais de trânsito. Também se irá construir de acordo com o plano uma passagem superior para peões ao longo da Avenida de Guimarães, na zona central da Taipa, a fim de construir um ambiente de deslocação ecológica sem desvios mediante ligações com os sistemas pedonais próximos. Por outro lado, na península de Macau, serão implementados faseadamente o “Plano de embelezamento da Rua da Encosta e do acesso pedonal entre o ZAPE e a Guia” e o “Sistema de escadas rolantes na Rua da Surpresa”, encurtando efectivamente o tempo de deslocação a pé entre a zona central e o ZAPE.

Sendo um elemento fundamental do futuro sistema de trânsito e transportes, o Metro Ligeiro de Macau entrou, em 2011, na fase de construção civil, sendo que foi lançada a primeira pedra das várias empreitadas de construção associadas com a Linha da Taipa, e também uma infra-estrutura complementar, que é o “Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira da Taipa”. Ao mesmo tempo, está previsto o arranque do primeiro projecto complementar da Linha da Península de Macau, que corresponde à “Empreitada de Construção do Centro Modal de Transportes da Barra”, em finais de 2014.

Por outro lado, face à construção do Novo Posto Transfronteiriço entre Guangdong e Macau e a alguns factores, nomeadamente o ajuste da área dos novos aterros urbanos aprovado pelo Governo Central, o projecto do traçado dos Segmentos Sul e Norte da Linha da Península de Macau sofreu ajustes e encontra-se em consulta pública, sendo que foi decidido e adoptou a solução do Traçado Elevado da Avenida 24 de Junho para o Segmento Sul. Quanto ao percurso da Linha de Extensão da Linha de Hengqin do Metro Ligeiro de Macau, aos limites do traçado e às questões técnicas, chegou-se preliminarmente a um consenso. E as soluções do traçado para o segmento de extensão do Metro Ligeiro ao Novo Posto Transfronteiriço encontram-se em fase de estudo de consolidação.

Com vista à extensão do Sistema de Metro Ligeiro até ao Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e ao complexo de habitação pública de Seac Pai Van, procedemos, em 2014, à recolha de opiniões sobre o estudo de viabilidade da Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro. Relativamente ao Eixo de Ligação Este entre Macau e Taipa, continuamos a estudar a localização concreta das estações e as soluções do traçado, no sentido de as articular com os trabalhos de estudo do Plano Director das Novas Zonas Urbanas e da obra da quarta passagem entre Macau e a Taipa do Metro Ligeiro.

No que diz respeito às actividades marítimas, com o intuito de garantir a execução das obras de aterro e manter um ambiente seguro para o tráfego marítimo, em 2010, Macau

e Zhuhai elaboraram conjuntamente o “Manual e a Planta Orientadora para a Segurança da Navegação de Embarcações nas Águas Confinantes com Macau”, que fornecem as informações mais recentes às embarcações que navegam nas águas de Macau. Foi estabelecido ainda um mecanismo de acção conjunta de busca e salvamento pelos serviços marítimos de Macau, Hong Kong, Zhuhai, Shenzhen, etc., apesar disto, são realizados periodicamente os simulacros no mar para melhorar a capacidade de cooperação nas operações conjuntas de busca e salvamento a nível regional.

Tendo em conta o aumento do número de turistas saídos e chegados ao território por meio de transporte marítimo, o número dos itinerários de transporte marítimo de Macau passou a aumentar para 20. Assumimos em 2011 a gestão do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior; desde então foi aumentada a capacidade de recepção de turistas, mediante uma série de equipamentos de apoio de software e hardware. A respectiva obra de optimização terminará no ano corrente. Por outro lado, preparámo-nos para pôr o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa em funcionamento a título experimental e empenhamo-nos em estudar o aumento da capacidade de funcionamento deste terminal.

No sector da aviação, nos cinco anos anteriores, Macau assinou 4 acordos bilaterais sobre serviços aéreos com países estrangeiros e renovou 4 memorandos de entendimento relativos a acordos ou arranjos já existentes. Em 2014, um novo acordo foi assinado com Taiwan, eliminando restrições à capacidade entre os dois lados. Até ao presente momento, Macau assinou 48 acordos bilaterais sobre serviços aéreos com países estrangeiros, contendo a maior deles disposições liberais. Presentemente, Macau encontra-se ligado por via aérea a um total de 36 pontos no Interior da China, Taiwan e no estrangeiro.

Beneficiando da “política de céu aberto”, temos vindo a diversificar activamente o mercado de passageiros. O volume de passageiros transportados por via aérea tem vindo a crescer desde 2011. A estrutura dos passageiros do Aeroporto Internacional de Macau tornou-se bastante estável depois de tantos anos em operação. O número de passageiros que têm por destino final Macau chegou aos 90,5% do total de passageiros. Para além disso, em 2010, participámos no “Universal Security Audit Programme” realizado pela Organização da Aviação Civil Internacional aos Estados e administrações membros. Os resultados da auditoria indicam que os nossos regulamentos na área da segurança, bem como as normas e os procedimentos de segurança estão implementados de forma satisfatória. Desde 2010, começamos a formular e implementar gradualmente o “Programa de Segurança Operacional da RAEM”, a fim de melhorar a segurança operacional da aviação.

### **6. Protecção ambiental e energias**

Tendo em conta que a protecção ambiental é uma tendência principal do mundo foi elaborado o “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)” e desenvolvidos, de forma sistemática, os trabalhos de protecção ambiental em diversos âmbitos com base neste documento. Em 2014, foram divulgados a avaliação, a eficácia e os resultados das

acções recentemente implementadas do «Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020).

A poluição do ar é uma das questões prioritárias de Macau, pelo que foram desenvolvidos uma série de trabalhos no âmbito das fontes móveis dos poluentes e das fontes fixas dos poluentes. No ano de 2012 foram publicados os limites à emissão de gases de escape a que devem obedecer os novos automóveis, aquando da sua importação, e foi lançado um benefício fiscal para os eco-veículos; actualmente estão a ser elaborados o “Plano de Apoio Financeiro à Eliminação de Veículos Altamente Poluidores”, o Regulamento Administrativo das “Normas relativas à gasolina sem chumbo e ao gasóleo leve para veículos”, e foi concluída a elaboração do projecto de lei sobre as “Normas de emissão de gases de escape de veículos em circulação e do regime de inspecções de Macau”, estando também a ser estudada a política de introdução e promoção de eco-veículos a curto, médio e longo prazo, etc.

Além disso, no princípio de 2014, realizou-se a consulta sobre a “Elaboração das Normas que Regulam os Níveis de Emissão das Principais Fontes Fixas de Poluição do Ar e a Melhoria do Seu Regime de Fiscalização em Macau” e foi publicado o Regulamento Administrativo dos “Limites de emissão de poluentes atmosféricos e normas de gestão de instalações dos estabelecimentos industriais de produção de cimento”. Além disso, realizar-se-ão os trabalhos de consulta sobre a elaboração das normas para controlo de emissão de fumos oleosos em estabelecimentos de restauração e bebidas e melhoramento do regime de regulação.

Quanto à criação do regime de Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) foram lançadas as “Instruções para elaboração do relatório de avaliação do impacte ambiental”, o “Texto Exploratório para a Criação de um Regime de Avaliação do Impacto Ambiental”, a “Lista de tipos de projectos sujeitos à avaliação do impacto ambiental” (a título experimental), etc., e, no final de 2014, realizar-se-ão os trabalhos de consulta sobre o regime de avaliação do impacto ambiental.

Por outro lado, foi publicada a Lei de “Prevenção e controlo do ruído ambiental”, tendo sido intensificada, prioritariamente, a regulação dos ruídos das obras de cravação de estacas e do ruído da vida quotidiana. Os novos “Serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos de Macau” entraram em funcionamento em Abril de 2014, sendo exigida à entidade operadora a introdução de mais elementos de protecção ambiental, por forma a alargar, de forma programada, a rede e os tipos de recolha de recursos recuperáveis; além disso, no intuito de impulsionar a indústria de protecção ambiental foi criado, no ano de 2011, o Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE), para incentivar as empresas e associações a utilizarem os produtos e técnicas ecológicas.

O Governo da RAEM tem dado importância aos trabalhos para transformação de Macau numa cidade economizadora de água, pois lançou em 2010 o Programa de Poupança

de Água em Macau em que se define o rumo à conservação de água nos próximos 15 anos, e implementou em 2011 o “mecanismo de tarifas de água canalizada” por escalões progressivos e por classe que estimula a poupança de água nos vários sectores sociais através de incentivos económicos, pelo que o consumo diário de água per capita em Macau desceu de 155 litros em 2010 para 151 litros em 2013.

Para rever a eficácia do Programa de Poupança de Água em Macau, realizámos o inquérito sobre a eficácia do mecanismo de tarifas de água canalizada e encomendámos a uma instituição científica o estudo relativo ao ajuste das tarifas de água. Em Novembro de 2014, procedemos ao ajuste das tarifas de água, e assim foram diferenciados devidamente os escalões do consumo de água residencial e aumentadas as tarifas do consumo de água especial, no sentido de preconizar o princípio de “quem mais usa mais paga”.

Quanto à exploração das fontes de água reciclada, foi publicado o Plano de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau (2013-2022), em que se define o rumo de desenvolvimento da água reciclada em Macau nos próximos 10 anos, e a escolha da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin e do bairro de habitação pública de Seac Pai Van como projectos-piloto para a aplicação da água reciclada; foram iniciados em simultâneo os trabalhos para o planeamento da estação de tratamento de água reciclada.

Com o propósito de garantir a segurança e a estabilidade a longo prazo do fornecimento de electricidade, temos continuado a reforçar a capacidade da interligação com a China Southern Power Grid Corporation Ltd. (CSPGC), tendo sido construídas, sucessivamente, interligações de fornecimento eléctrica de 220 kV e, ao mesmo tempo, reforçadas e optimizadas as redes de fornecimento e de distribuição de electricidade locais.

Com o termo do contrato de concessão de electricidade, em 2010, aproveitou-se a oportunidade para implementar a abertura parcial do mercado de electricidade, designadamente no segmento a montante, de produção e importação de energia eléctrica, e iniciaram-se, os trabalhos relacionados com a revisão do Sistema Tarifário de Electricidade e Fixação dos Preços da Electricidade, estando a ser feita a optimização dos programas relacionados com a introdução do novo sistema tarifário e a implementação das tarifas progressivas. Com a preocupação de atenuar os efeitos da inflação na vida dos cidadãos, o valor do subsídio temporário de electricidade, foi aumentado em 2011 e novamente em 2012, para as actuais 200 patacas mensais por unidade residencial.

A introdução do gás natural é uma política muito importante do planeamento energético. Em 2012, através do concurso público o Governo assinou o “Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Natural” com a duração de 25 anos; ao mesmo tempo, iniciou as obras de construção da rede de gasodutos de distribuição de gás de cidade, alargando gradualmente o âmbito de aplicação do gás natural, podendo ser utilizado como gás de cidade.

### 7. Políticas sobre Telecomunicações, Correios, Ciências e Tecnologias

Com o objectivo de resolver o problema das antenas comuns, o qual durava há muito tempo, o Governo criou, em 2010, o “Grupo de trabalho para a regulação dos serviços de antenas comuns” com vista a proceder a uma análise profunda relativamente a várias vertentes, procurando soluções viáveis. Em 2012, com a revisão da «Alteração ao regime do direito de autor e direitos conexos», foi resolvido as irregularidades no âmbito da transmissão de programas televisivos. No intuito de delimitar o serviço de televisão, expressamente, em dois modelos, gratuito e por subscrição, em 2014 criou a sociedade Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A., prestando o serviço de assistência na recepção de canais de televisão à população. Além disso, foi estabelecida com a TV Cabo, em regime não exclusivo, a Renovação do Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição, criando condições para a liberalização do mercado do serviço televisivo por subscrição. Paralelamente, iniciou a rectificação gradual relativa à situação confusa dos cabos aéreos, com o objectivo de limpar os espaços aéreos da cidade.

Elaborámos em 2011 o regulamento administrativo para o “Regime de instalação e operação de redes públicas de telecomunicações fixas”, tendo emitido, em 2013 e através de concurso público, uma nova licença de rede de telecomunicações fixa, de modo a concretizar a promoção da plena liberalização do mercado das telecomunicações. Em 2014, foi iniciada, através de concurso público, a atribuição da licença de LTE (licença de 4G) para a introdução de tecnologia de comunicação móvel de nova geração. Investimos em 2010 na construção do “Sistema de banda larga sem fios – WiFi GO”, sendo aumentado de 34 (em 2010) para 147 (actualmente) o número dos pontos de acesso ao serviço.

Quanto aos Serviços de Correios, para responder às necessidades dos residentes dos novos bairros, foram instaladas novas estações postais e foi dada continuidade ao esforço de prestação de serviços de correio de qualidade e diversificados.

Quanto às ciências e tecnologias, através do financiamento à investigação científica e à popularização científica, realizaram-se várias actividades de popularização científica, implementou-se o regime dos Prémios para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, apoiou-se a criação da plataforma de investigação de alto nível, alargou-se a respectiva cooperação com o Interior da China, tendo sido impulsionado, fortemente, o desenvolvimento das ciências e da tecnologia de Macau.

## Conclusão

Nos passados cinco anos, a área de transportes e obras públicas com o zelo dos Serviços enfrentou várias oportunidades e desafios no âmbito da integração regional, tendo sido diligenciados esforços de forma a dar cumprimento às linhas de acção governativa.

Com a entrada em vigor da “Lei do planeamento urbanístico”, da “Lei de terras” e da “Lei de prevenção e controlo do ruído ambiental”, foram traçadas as linhas para o futuro desenvolvimento de Macau. Por outro lado, a desocupação das barracas e o reordenamento do armazém e do depósito de combustíveis e a desocupação na Ilha Verde, a construção de dezanove mil fracções de habitação pública e a solução do problema relativo aos fornecedores dos serviços de antena comum (anteneiros), entre outras questões históricas, foram resolvidas com a colaboração de diferentes partes, tendo sido iniciado o procedimento tendente a resolver, de forma faseada, o problema da habitação dos residentes nativos de Coloane.

A resolução oportuna da questão relativa à declaração de falência de uma operadora do serviço de autocarros, durante a implementação do seu novo modelo de gestão, garantiu assegurar a estabilidade deste serviço e minimizar o impacto público de daí podia vir a decorrer.

Além disso para promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário, foram implementadas medidas em tempo oportuno. A implementação dos projectos de trabalho relativos aos transportes, à habitação, à energia e protecção ambiental, à resolução da questão das obras ilegais etc., necessita ainda de ser melhorada.

Com o acréscimo do número de turistas, aumentou conseqüentemente o fluxo de pessoas e veículos, os principais objectivos da área de transportes e obras públicas é o desenvolvimento da sociedade em articulação com a economia de Macau.

Relativamente à construção das infra-estruturas públicas, incluindo a criação de passagens pedonais, e a prestação do serviço público de transportes, na sua execução o Governo empenhar-se-á com uma atitude pragmática e activa, analisando de forma objectiva e científica, elaborando estratégias e medidas com precisão.

# Comissariado contra a Corrupção

### **Balanço das acções do Comissariado contra a Corrupção realizadas no ano de 2014**

Em 2014, o Comissariado contra a Corrupção continuou a reprimir severamente todas as formas de corrupção, seguindo sempre o lema “Proceder à investigação quando reunidas as condições e punir a corrupção quando provados os actos”. Orientando-se por uma estratégia de combinação da punição com a prevenção, o CCAC empenhou-se em reforçar a cooperação com os serviços e entidades públicas e em manter uma boa comunicação com os diversos sectores sociais de forma a fiscalizar os actos administrativos ilegais ou irregulares, emitindo recomendações dirigidas aos serviços, entidades e pessoas colectivas públicas e promovendo a correcção dos referidos actos administrativos pelos mesmos. A par disso, o CCAC também colaborou com empenho na avaliação, feita pelos peritos das Nações Unidas, do cumprimento por parte da República Popular da China da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, bem como na avaliação da situação dos direitos humanos. Ademais, foram envidados todos os esforços para garantir a incorruptibilidade, a justiça e a imparcialidade da eleição do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau para o seu quarto mandato.

#### **1. No âmbito do combate à corrupção**

O CCAC continuou a apostar no aperfeiçoamento da capacidade dos seus investigadores no âmbito da recolha de informação em casos específicos e de técnicas de investigação para que o respectivo trabalho de investigação seja mais orientado para a informação e para a componente técnica. Ao mesmo tempo, o CCAC continuou a apostar na melhoria das técnicas de investigação e de recolha de informação relativamente aos crimes de corrupção no sector privado. Através do desenvolvimento das técnicas acima referidas, o CCAC conseguiu reduzir significativamente os recursos humanos envolvidos e aumentar a eficiência no trabalho da Direcção dos Serviços contra a Corrupção.

O CCAC continuou a proporcionar formação ao seu pessoal investigador, nomeadamente com a análise de casos já concluídos, apresentadas pelos investigadores veteranos, com acções de formação sobre temas jurídicos específicos, técnicas de recolha de informação e outras técnicas de investigação. A par disso, o CCAC enviou periodicamente o seu pessoal para participar em vários cursos de formação, tanto na China continental como no estrangeiro, com vista a elevar o respectivo nível profissional no âmbito da investigação criminal.

Em 2014, o CCAC investigou vários casos de crimes de corrupção e de fraude praticados por funcionários públicos, bem como casos de corrupção do sector privado, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público.

No entanto, o CCAC enfrenta ainda muitas dificuldades na investigação, tendo em conta o constante aumento do número de casos, tanto no sector público como no sector privado, e o nível de sofisticação dos mesmos, devendo-se também essa dificuldade à desactualização da legislação e ao rápido desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Tudo isto dificulta a investigação e a conservação de provas. Tendo em consideração que a corrupção se apresenta cada vez mais transfronteiriça, organizada e simulada, urge envidar esforços de cooperação regional e internacional no âmbito da investigação penal, o que constitui um outro entrave à prossecução dos trabalhos de investigação realizados pelo CCAC. Não obstante, o CCAC encontra-se determinado a empenhar-se no cumprimento das suas atribuições legais apesar de todos os obstáculos com que se depara.

## 2. No Âmbito de Provedoria de Justiça

O CCAC procede a investigações na sequência da recepção de queixas sobre a legalidade e a razoabilidade dos actos e procedimentos administrativos dos serviços e entidades públicas, exigindo, por sua vez, a correcção, por partes destes serviços, das respectivas condutas administrativas ilegais ou inadequadas, assumindo assim devidamente as suas funções de fiscalização no sentido de garantir os direitos dos cidadãos. Até meados de Outubro de 2014, foram recebidos pelo CCAC cerca de 380 casos desta natureza.

Para além disso, o CCAC conseguiu, no âmbito de pedidos de consulta, suprimir eventuais desentendimentos entre os cidadãos e o Governo, esclarecendo dúvidas sobre a legislação. Até meados de Outubro de 2014, foram recebidos mais de 450 pedidos de consulta.

O CCAC apelou também à revisão de leis e regulamentos desactualizados ou irrazoáveis e exortou os serviços públicos a aumentar a eficiência e a transparência.

A Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça e o Departamento de Relações Comunitárias do CCAC realizaram várias palestras temáticas para a sensibilização dos serviços e entidades públicas para a integridade, a fim de elevar a consciência íntegra dos trabalhadores públicos. Para além disso, foram também realizadas sessões de esclarecimento sobre a Lei da Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado junto das entidades privadas e associações. A Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça, ainda com o objectivo de garantir o cumprimento da Lei por parte dos serviços públicos, elaborou pareceres técnicos no sentido de aperfeiçoar e actualizar as respectivas instruções de trabalho.

Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça enviou periodicamente o seu pessoal para conferências e acções de formação organizadas pelas organizações internacionais de Ombudsman, com vista a adquirir experiências no procedimento de recepção e tratamento de queixas, impulsionando assim o desenvolvimento do modelo de provedoria de justiça local.

### 3. No âmbito da sensibilização

O CCAC realizou várias actividades e palestras sob temas específicos, divulgando o sentido da integridade junto dos diversos sectores. Em 2014, as actividades e palestras organizadas pelo CCAC focaram temas como a integridade e a dedicação ao público; “carácter nobre, conduta íntegra”; a declaração de bens patrimoniais e interesses; a aquisição de bens e serviços; a Lei da Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado; a consciência da integridade; o programa de educação para a honestidade da juventude; a “Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas”; a semana da integridade em escolas do ensino secundário; bem como programas de educação da integridade para o ensino primário. Os destinatários destas acções de sensibilização foram, nomeadamente, funcionários públicos, entidades privadas, estabelecimentos de ensino, associações, jovens e estudantes.

A educação para a integridade deve começar desde cedo. O material didáctico “Honestidade e Integridade”, lançado pelo CCAC no início de 2003, tem contado com o apoio do sector da educação local, sendo usado em mais de 90% das escolas locais do ensino primário. Ao longo dos anos, segundo as experiências pedagógicas, vários docentes apresentaram ao CCAC opiniões construtivas e inspiradoras. Recolhidas essas opiniões de grande valor para o CCAC, procedeu-se, em 2014, a uma actualização do conteúdo e dos materiais complementares do respectivo material didáctico para o ensino primário, nomeadamente reorganizando os temas pedagógicos e inserindo novos elementos, com o objectivo de alcançar um melhor resultado pedagógico. Em relação à nova versão do referido material didáctico, foram introduzidos mais materiais interactivos e de multimédia de apoio ao livro, satisfazendo assim as necessidades reais dos docentes.

Para além disso, tendo como objectivo estimular os alunos locais do ensino primário a criar contos alusivos à sua própria integridade ou à integridade de pessoas do seu relacionamento, inculcando-lhes uma concepção correcta de valores, o CCAC e a Associação Geral de Estudantes Chong Wa de Macau organizaram, conjuntamente, em Março de 2014, o “Concurso de criação de contos alusivos à integridade por alunos do ensino primário”. A actividade contou com uma participação activa e foram escolhidos vários trabalhos distinguidos pelo júri. A cerimónia de entrega de prémios foi realizada em Junho do mesmo ano, para prestar reconhecimento público aos alunos participantes.

### 4. No âmbito do intercâmbio com o exterior

O CCAC da RAEM continuou empenhado no fomento da cooperação e intercâmbio com o exterior destacando representantes para participarem, nomeadamente, na reunião do Instituto Internacional de Ombudsman (International Ombudsman Institute, IOI); na reunião da Associação do Ombudsman Asiático (Asian Ombudsman Association, AOA); na reunião e nas actividades do grupo directivo do «Grupo de Iniciativa Anti-Corrupção da Ásia-Pacífico»; entre outros que permitiram um intercâmbio profundo e a partilha de experiências

enriquecedoras sobre os trabalhos de combate à corrupção com representantes e especialistas de vários países e regiões.

O CCAC encontra-se também empenhado em contribuir para a formação contínua do seu pessoal. Para alcançar os objectivos pretendidos, o CCAC promoveu vários programas de formação contínua em cooperação com várias instituições como o Ministério de Supervisão da República Popular da China; o Instituto Nacional de Fiscalização Disciplinar e Supervisão; a Universidade de Segurança Pública do Povo; e o Instituto de Polícia Criminal, com o fim de elevar o nível de profissionalismo e qualidade operacional dos investigadores bem como proporcionar aos mesmos um conhecimento mais profundo sobre o funcionamento das instituições de fiscalização do interior da China.

Em Abril de 2014, o CCAC recebeu uma delegação do Gabinete de combate à corrupção da nova zona da ilha de Hengqin da Cidade de Zhuhai. O referido gabinete, recentemente criado, consiste na primeira entidade da China a exercer simultaneamente as funções de punição e prevenção da corrupção. Através desta visita, a delegação ficou a conhecer de perto o regime de fiscalização e o regime de declaração de bens patrimoniais e interesses dos funcionários públicos da RAEM.

### 5. Outros

Para cumprir escrupulosamente o princípio “servir melhor a população”, o CCAC promoveu de forma contínua o aperfeiçoamento dos respectivos serviços públicos. Para além disso, também o CCAC substituiu o actual sistema de gravação de chamadas da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça por um novo sistema de atendimento permanente em que os cidadãos podem seleccionar livremente o dialecto preferido, de forma a diminuir o tempo de espera, e simplificou o conteúdo da informação fornecida no referido sistema dentro e fora do horário de expediente.

Por outro lado, com o objectivo de simplificar os procedimentos relativos à distribuição e à recepção das cópias da notificação da declaração de bens patrimoniais e interesses dos diferentes serviços, o CCAC criou, em 2013, um software para a informatização dessas cópias, estando, até à presente data, mais de 52 serviços/entidades públicas já a utilizar o referido software, conseguindo-se, desta forma, simplificar os actos e procedimentos administrativos bem como reduzir os custos administrativos.



# **Comissariado da Auditoria**

## Relatório Final das Actividades para 2014

### Nota Prévia

No presente ano o Comissariado da Auditoria (CA) enfrentou novos desafios, tendo-se, porém, verificado resultados assinaláveis nos projectos e actividades programados. Não obstante nos últimos anos se ter registado um desenvolvimento estável e saudável da economia de Macau, as mutações de enquadramento interno e externo e o conseqüente evoluir das expectativas sociais têm vindo a colocar exigências acrescidas à actuação do CA.

Nos últimos cinco anos o CA empenhou-se em adoptar uma atitude proactiva quanto às questões suscitadas pela evolução da sociedade e a usar de maior rigor e exigência na sua actuação, com vista a cumprir as metas fixadas, nomeadamente, no que respeita à implementação alargada da informatização da auditoria, capacitação da equipa de auditoria, investigação e aplicação da auditoria concomitante e alargamento do âmbito e natureza das auditorias, por forma a prevenir situações que possam afectar o bem-estar da população, defender a justiça social e contribuir para uma maior transparência na actividade administrativa e financeira pública.

O CA, ainda, no decurso dos últimos cinco anos, a par de assegurar a boa execução das actividades correntes de auditoria, numa perspectiva ampla e de longo prazo, tem vindo a reforçar as suas infra-estruturas, a rever e melhorar os procedimentos e ambiente de trabalho, a modernizar os equipamentos que constituem a plataforma de execução da auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação e a reforçar o pessoal qualificado, nomeadamente na área jurídica. Por outro lado e no intuito, também, de elevar a eficiência e a qualidade de trabalho, o CA pôs em prática as “Medidas de Controlo de Qualidade de Auditoria” e procedeu a duas revisões do «Manual de Auditoria Financeira» e do «Manual de Auditoria de Resultados».

### Execução das Linhas de Acção do Comissariado da Auditoria para 2014

O CA continuou a desenvolver a sua actividade com pragmatismo, a pautar a sua actuação com observância dos princípios da legalidade e da independência e a apresentar opiniões e sugestões com vista à utilização dos recursos públicos segundo critérios de razoabilidade, economia, eficiência e eficácia. Os parágrafos seguintes sintetizam a execução das Linhas de Acção definidas para o presente ano.

#### 1. Auditoria financeira baseada em tecnologias de informação e comunicação (TIC)

Em 2010, para elevar a eficiência e a exactidão dos trabalhos da auditoria financeira à Conta Geral da RAEM, que é uma das tarefas centrais do CA, foi dado início à introdução

faseada da auditoria baseada em TIC, o qual veio substituir as tradicionais operações em suporte de papel por suporte electrónico. Com o apoio do Gabinete de Auditoria Nacional, o CA concluiu, em 2014, a segunda fase do desenvolvimento do “Programa Informático de Auditoria in loco”, o qual, depois dos necessários ensaios e aperfeiçoamentos realizados no ano transacto, foi utilizado, em pleno, na execução dos trabalhos de auditoria do corrente ano. O programa informático foi utilizado nos trabalhos de verificação, cálculo, pesquisa e integração das informações contabilísticas da conta central e das contas de gerência dos serviços autónomos, tendo contribuído para elevar substancialmente a qualidade dos resultados de auditoria.

### **2. Auditorias de resultados, específicas e concomitantes**

No ano em curso, CA deu início à aplicação das técnicas de auditoria baseadas em TIC a outros projectos de auditoria. Aplicando os cálculos e os métodos de busca das aplicações informáticas desenvolvidas, tem sido possível realizar pesquisas de acordo com múltiplos critérios, análises e comparações precisas a partir de grandes bases dados, operações estas que os anteriores processos manuais dificilmente poderiam realizar, o que permitiu elevar significativamente a eficácia das metodologias, dos procedimentos e das estratégias de gestão dos trabalhos de auditoria.

O CA continuou a acompanhar a aplicação e a gestão dos recursos públicos mediante a realização de auditorias de resultados, específicas e concomitantes. Através do alargamento do âmbito da cobertura da acção de fiscalização e da análise rigorosa dos problemas, o CA acompanhou e avaliou a aplicação dos recursos pelos sujeitos a auditoria, do ponto de vista da cientificidade e da razoabilidade, com vista a promover a boa governança pública. Os relatórios de auditoria concluídos e divulgados pelo CA em 2014 incidiram principalmente sobre a orçamentação de despesas em projectos de obras públicas, as aquisições de bens e serviços públicos, os resultados da cooperação interdepartamental e a gestão dos recursos financeiros por parte dos serviços públicos. Para além de observar rigorosamente os princípios de independência, de objectividade, de equidade e de justiça, o CA para melhor avaliar o grau de eficiência, de eficácia e de economia do desempenho dos sujeitos a auditoria ao planear um projecto de auditoria tem procurado assegurar que seja devidamente acautelada a razoabilidade das situações, pese embora a sua cobertura legal, por forma a prevenir/evitar prejuízos e desperdícios ou eventuais riscos. Seguindo esta orientação, foram realizadas auditorias a projectos públicos de grande envergadura ou urgência, com vista a garantir que os serviços públicos cumpram com rigor as suas funções e a promover uma maior transparência na acção governativa.

### **3. Medidas de controlo da qualidade das auditorias e a auditoria interna**

O CA aplicou em todos os projectos de auditoria medidas de controlo de qualidade harmonizadas com as normas emitidas pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI), a fim de que os trabalhos de auditoria sejam executados de acordo com procedimentos adequados e, desta forma, garantir a qualidade dos relatórios de auditoria.

Por outro lado, com vista a manter a execução dos trabalhos de auditoria na RAEM a par dos padrões internacionais actuais bem como a reforçar e elevar o nível da supervisão da auditoria, o CA, tendo como referência as Normas Internacionais das Instituições Superiores de Auditoria aplicáveis à auditoria pública, procedeu à segunda revisão dos procedimentos definidos no «Manual de Auditoria Financeira» e «Manual de Auditoria de Resultados».

Neste contexto, a auditoria interna do CA, uma estrutura com autonomia de funcionamento, procedeu à revisão exaustiva de todos os processos de auditoria, com o objectivo de verificar se os mesmos foram realizados de acordo com as normas, as políticas e as instruções aplicáveis. O âmbito de exame da auditoria interna foi ainda mais vasto que o das medidas de controlo de qualidade, assegurando, assim, que todos os trabalhos de auditoria possuíssem o mesmo nível de qualidade.

#### **4. Capacitação da equipa de auditoria**

O reforço contínuo das competências da equipa de auditoria é uma das prioridades do CA. Para elevar as competências do pessoal de auditoria e reforçar a sua experiência em determinadas áreas, no ano em curso, o CA enviou vários trabalhadores para frequentar os cursos de “Auditoria Informática – nível intermédio” e de “Formação de Jovens Quadros Auditores”, destinados a técnicos de auditoria experientes e dominando as técnicas utilizadas em auditoria baseada em TIC. Este ano, o CA organizou, ainda, os cursos de “Finanças Públicas e Direito Financeiro”, de “Auditoria Financeira – Metodologias e Procedimentos” e de “Contabilidade Pública” ministrados por formadores do Tribunal de Contas de Portugal. Para além de pessoal do Comissariado da Auditoria os cursos de formação contaram ainda com a participação de titulares de cargos, assessores e técnicos superiores de outros organismos e serviços públicos.

#### **5. Divulgar a cultura de auditoria**

Com o objectivo de sensibilizar os trabalhadores da Administração Pública para as vantagens que a auditoria pode proporcionar e para a necessidade de uma correcta aplicação dos recursos públicos, o CA prosseguiu com a realização de encontros periódicos de partilha de opiniões sobre a cultura de auditoria.

Para promover uma relação de confiança mútua no processo de auditoria, o CA tem continuado a realizar workshops sobre a auditoria financeira dirigidos por auditores e auditores superiores, os quais trocam opiniões com os responsáveis dos serviços públicos presentes sobre questões relacionadas com práticas financeiras do exercício anterior. Esta abordagem tem-se revelado útil ao reforço do intercâmbio e ao sentimento de parceria entre as duas partes.

Para aprofundar o conhecimento dos diversos sectores sociais sobre a auditoria pública, o CA tem reforçado o diálogo com as associações profissionais de contabilidade, associações dos trabalhadores da Administração Pública e escolas, realizando em conjunto actividades que contribuam para a disseminação dos conceitos de auditoria e de gestão

pública. Em 2014, foram realizadas 34 acções de divulgação destinadas a associações, estabelecimentos de ensino superior e não superior e trabalhadores da Administração Pública.

### 6. Actividades de intercâmbio na área da auditoria

Em 2014, o Comissário da Auditoria participou, como observador, na VIII Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP), que decorreu na cidade de Brasília (Brasil). Para reforçar competências técnicas e aprofundar as relações do pessoal de auditoria do CA com profissionais de instituições congéneres de outros países e regiões, o CA participou, a convite da Sociedade de Auditoria da China, no “Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau 2014”, que decorreu na cidade de Tai’an, na província de Shandong. O CA manteve um relacionamento estreito e uma participação activa na cooperação e intercâmbio com o Gabinete de Auditoria Nacional, a Sociedade de Auditoria da China, o Instituto de Auditoria de Nanjing, a Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria, a Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia e a Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

### 7. Opiniões dos cidadãos

O CA mantém uma linha telefónica e uma caixa de correio exclusivas, através das quais os cidadãos podem apresentar as suas opiniões sobre a qualidade dos serviços prestados pelos serviços e organismos públicos. As opiniões recebidas são acompanhadas pelo CA ou encaminhadas para os competentes serviços públicos para tratamento, contribuindo assim para o aumento da qualidade do serviço prestado pelos mesmos. Até Setembro do corrente ano, o CA recebeu 27 queixas relativas a serviços públicos, tendo encaminhado 16 para os serviços públicos visados.

## Nota final

A “Declaração de Pequim” aprovada no XXI Congresso da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria, consagra a “promoção da boa governança pelas instituições superiores de auditoria” e afirma que as mesmas, como parte integrante da boa governança, devem orientar a sua actividade no sentido de garantir a legalidade, elevar a eficácia do governo e promover o bem-estar da população, a transparência e a prestação de contas, com vista a um desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável.

Tendo por base uma linha de orientação de aperfeiçoamento contínuo, de permanente reflexão sobre a experiência acumulada e de actualização face aos novos desafios e responsabilidades que se colocam às Instituições Superiores de Controlo, o CA tem vindo

a assumir um papel proactivo enquanto indutor da boa governança pública. O CA tem-se empenhado no processo de sistematização de auditoria pública, na redefinição de estratégias e ajustamento de metodologias e técnicas de auditoria com vista, sobretudo, à detecção de erros e consequente rectificação, reforçando, assim, a eficácia da acção de fiscalização. Contudo, não obstante os esforços desenvolvidos no terreno, existem ainda serviços e organismos públicos que se mostram pouco cooperantes na actividade de auditoria: alguns serviços recorrem a actos dilatórios na tentativa de encobrir as questões enquanto outros mostram indiferença perante os relatórios de auditoria divulgados, acabando, assim, por não acatar as sugestões apresentadas e corrigir os respectivos procedimentos, com a agravante de, por vezes, voltarem, posteriormente, a repetir exactamente os mesmos erros.

Prevenir o desperdício do erário público e apoiar os serviços e organismos públicos na detecção/resolução de problemas existentes e latentes são atribuições relevantes legalmente cometidas ao CA. O conhecimento e apreciação dos problemas detectados são da maior importância para o cumprimento da lei, resolução efectiva de problemas e correcta aplicação dos dinheiros públicos por parte dos serviços e organismos públicos e contribuem para uma mais atempada e eficaz actuação por parte das respectivas tutelas junto dos serviços dependentes ou organismos tutelados no sentido cumprirem rigorosamente as rectificações e ou aperfeiçoamento de procedimentos sugeridos pelo CA.

O CA, pese embora ciente das dificuldades, vai continuar a consolidar e a reforçar a qualidade das suas auditorias, cumprindo e exercendo, com rigor, pragmatismo, prudência e segurança, as atribuições e competências que lhe estão legalmente cometidas.

**Projecto de Orçamento  
das Receitas e Despesas da  
Região Administrativa Especial  
de Macau para o ano de 2015  
— Síntese —**



**PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015**  
**– SÍNTESE –**

<b>DESIGNAÇÃO DA RECEITA</b>	<b>OR/2015 Proposta</b>	<b>DESIGNAÇÃO DA DESPESA</b>	<b>OR/2015 Proposta</b>
<b>Receita Ordinária Integrada do Governo</b>		<b>Despesa Ordinária Integrada do Governo</b>	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>142,132,664,900.00</b>		
01 - Impostos directos	124,951,187,600.00	01-01 Governo da RAEM	19,075,800.00
02 - Impostos indirectos	5,473,238,600.00	01-02 Gabinete do Chefe do Executivo	293,744,100.00
03 - Taxas, multas e outras penalidades	1,937,849,900.00	01-03 Conselho Executivo	34,710,900.00
04 - Rendimentos da propriedade	1,755,342,500.00	01-06 Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça	36,854,600.00
05 - Transferências	6,706,115,000.00	01-07 Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças	39,612,600.00
06 - Venda de bens duradouros	1,521,500.00	01-08 Gabinete do Secretário para a Segurança	28,642,200.00
07 - Venda de serviços e bens não duradouros	1,225,560,200.00	01-09 Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura	187,690,000.00
08 - Outras receitas correntes	81,849,600.00	01-10 Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas	64,412,300.00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2,870,874,300.00</b>	01-12 Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	13,942,900.00
09 - Venda de bens de investimento	490,378,200.00	01-13 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	5,801,100.00
10 - Transferências	20,000.00	01-15 Delegação da Região Administrativa Especial de Macau em Pequim	23,149,400.00
11 - Activos financeiros	392,850,000.00	01-17 Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	14,400,500.00
13 - Outras receitas de capital	1,956,728,000.00	01-19 Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais	64,624,300.00
14 - Reposições não abatidas nos pagamentos	30,898,100.00	01-20 Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas	84,110,500.00
<b>Receita Ordinária Integrada do Governo</b>	<b>145,003,539,200.00</b>	01-21 Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético	41,276,900.00
<b>Rendimentos dos Organismos Especiais</b>		01-22 Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	90,646,500.00
11-00 Receitas legais e transferências do OR	24,624,011,300.00	01-23 Gabinete de Informação Financeira	36,334,300.00
12-00 Réditos de vendas e de prestações de serviços	226,469,900.00	01-24 Gabinete para os Recursos Humanos	58,907,800.00
13-00 Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	4,995,547,000.00	01-25 Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	72,025,300.00
14-00 Outros rendimentos	88,682,900.00	01-28 Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau	49,163,400.00
<b>Agregado dos Rendimentos dos Organismos Especiais</b>	<b>29,934,711,100.00</b>	01-29 Delegação Económica e Cultural de Macau	17,123,700.00
Ajustamento	20,280,738,900.00	01-30 Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos	88,463,500.00
<b>Receita Global</b>	<b>154,657,511,400.00</b>	03-00 Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	430,889,000.00
		05-00 Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	4,998,731,600.00
		07-00 Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	191,772,700.00
		08-00 Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações	126,737,000.00
		09-00 Direcção dos Serviços de Finanças	425,265,200.00
		11-00 Pensões e Reformas	12,105,500.00
		12-00 Despesas Comuns	15,147,001,000.00
		13-00 Gabinete de Apoio ao Ensino Superior	226,552,700.00
		14-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	1,547,855,400.00
		16-00 Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional	59,673,800.00
		18-00 Direcção dos Serviços de Identificação	289,810,800.00
		19-00 Direcção dos Serviços de Economia	211,242,500.00
		20-00 Estabelecimento Prisional de Macau	517,340,700.00
		21-00 Serviços de Alfândega da Região Administrativa Especial de Macau	676,711,100.00
		22-00 Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos	99,374,700.00
		23-00 Direcção dos Serviços de Turismo	303,563,900.00
		24-00 Gabinete de Comunicação Social	128,391,700.00
		25-00 Serviços de Polícia Unitários	40,819,700.00
		26-00 Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	252,678,800.00
		27-00 Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	1,256,012,200.00
		28-00 Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	4,068,035,000.00
		29-00 Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais	388,774,100.00
		30-00 Conselho dos Magistrados Judiciais	629,400.00
		31-00 Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	80,275,200.00
		32-00 Polícia Judiciária	857,368,700.00
		33-00 Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental	332,029,700.00
		34-00 Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça	255,818,900.00
		35-00 Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	475,927,800.00
		37-00 Instituto do Desporto	150,055,000.00
		38-00 Instituto Cultural	423,808,500.00
		40-00 Investimentos do Plano	14,785,372,400.00

**PROJECTO DO ORÇAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015**  
**– SÍNTESE –**

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	OR/2015 Proposta	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	OR/2015 Proposta
		50-00 Contas de Ordem - Consignações, Comparticipações e Transferências Orçamentais	20,194,488,900.00
		50-03 Fundo de Acção Social Escolar	466,289,600.00
		50-04 Fundo para Bonificações do Crédito à Habitação	43,457,500.00
		50-05 Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização	943,572,100.00
		50-06 Fundo de Turismo	1,041,593,300.00
		50-07 Instituto de Acção Social	2,572,905,800.00
		50-10 Obra Social da Polícia Judiciária	7,834,300.00
		50-11 Obra Social da Polícia de Segurança Pública	32,173,700.00
		50-16 Cofre dos Assuntos de Justiça	192,644,300.00
		50-17 Imprensa Oficial	85,518,300.00
		50-21 Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau	7,288,900.00
		50-23 Instituto de Habitação	479,570,200.00
		50-25 Autoridade de Aviação Civil	103,167,200.00
		50-26 Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	413,919,900.00
		50-27 Comissariado contra a Corrupção	274,667,700.00
		50-28 Serviços de Saúde	6,161,298,300.00
		50-29 Universidade de Macau	2,188,789,300.00
		50-31 Instituto Politécnico de Macau	688,643,000.00
		50-32 Fundo de Desenvolvimento Desportivo	559,952,600.00
		50-33 Fundo de Cultura	479,152,400.00
		50-35 Conselho de Consumidores	41,460,900.00
		50-36 Instituto de Formação Turística	332,823,900.00
		50-37 Fundo Social da Administração Pública de Macau	29,015,000.00
		50-39 Obra Social do Corpo de Bombeiros	7,249,000.00
		50-41 Comissariado da Auditoria	147,877,900.00
		50-42 Gabinete do Procurador	440,095,100.00
		50-43 Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância	527,784,300.00
		50-44 Assembleia Legislativa	166,669,000.00
		50-46 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	2,609,904,500.00
		50-47 Obra Social dos Serviços de Alfândega	4,007,800.00
		50-48 Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia	245,746,700.00
		50-49 Obra Social da Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	3,132,300.00
		50-50 Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	90,837,900.00
		50-51 Fundo de Reparação Predial	88,966,400.00
		50-52 Fundo de Desenvolvimento Educativo	818,408,200.00
		50-53 Fundo dos Pandas	7,380,000.00
		50-54 Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética	261,483,900.00
		50-56 Fundo das Indústrias Culturais	256,538,800.00
		<b>Despesa Ordinária Integrada do Governo</b>	<b>93,141,646,200.00</b>
		<b>Gastos dos Organismos Especiais</b>	
		50-15 Direcção dos Serviços de Correios	347,200,800.00
		50-15 Caixa Económica Postal	43,861,000.00
		50-18 Fundo de Pensões	1,657,128,200.00
		50-20 Fundo de Segurança Social	3,586,122,300.00
		50-22 Autoridade Monetária de Macau	2,635,220,500.00
		50-34 Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo	3,810,000.00
		50-45 Fundação Macau	2,579,253,200.00
		50-55 Fundo de Garantia de Depósitos	3,195,000.00
		<b>Agregado dos Gastos dos Organismos Especiais</b>	<b>10,855,791,000.00</b>
		Ajustamento	20,280,738,900.00
		<b>Despesa Global</b>	<b>83,716,698,300.00</b>
		<b>Saldo Orçamental e Resultado do Exercício</b>	
		Saldo do Orçamento Central	51,861,893,000.00
		Resultado do Exercício dos Organismos Especiais	19,078,920,100.00
		<b>Saldo Orçamental e Resultado do Exercício</b>	<b>70,940,813,100.00</b>
<b>Receita Global</b>	<b>154,657,511,400.00</b>	<b>Despesa Global e Saldo Orçamental e Resultado do Exercício</b>	<b>154,657,511,400.00</b>